



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento óptico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

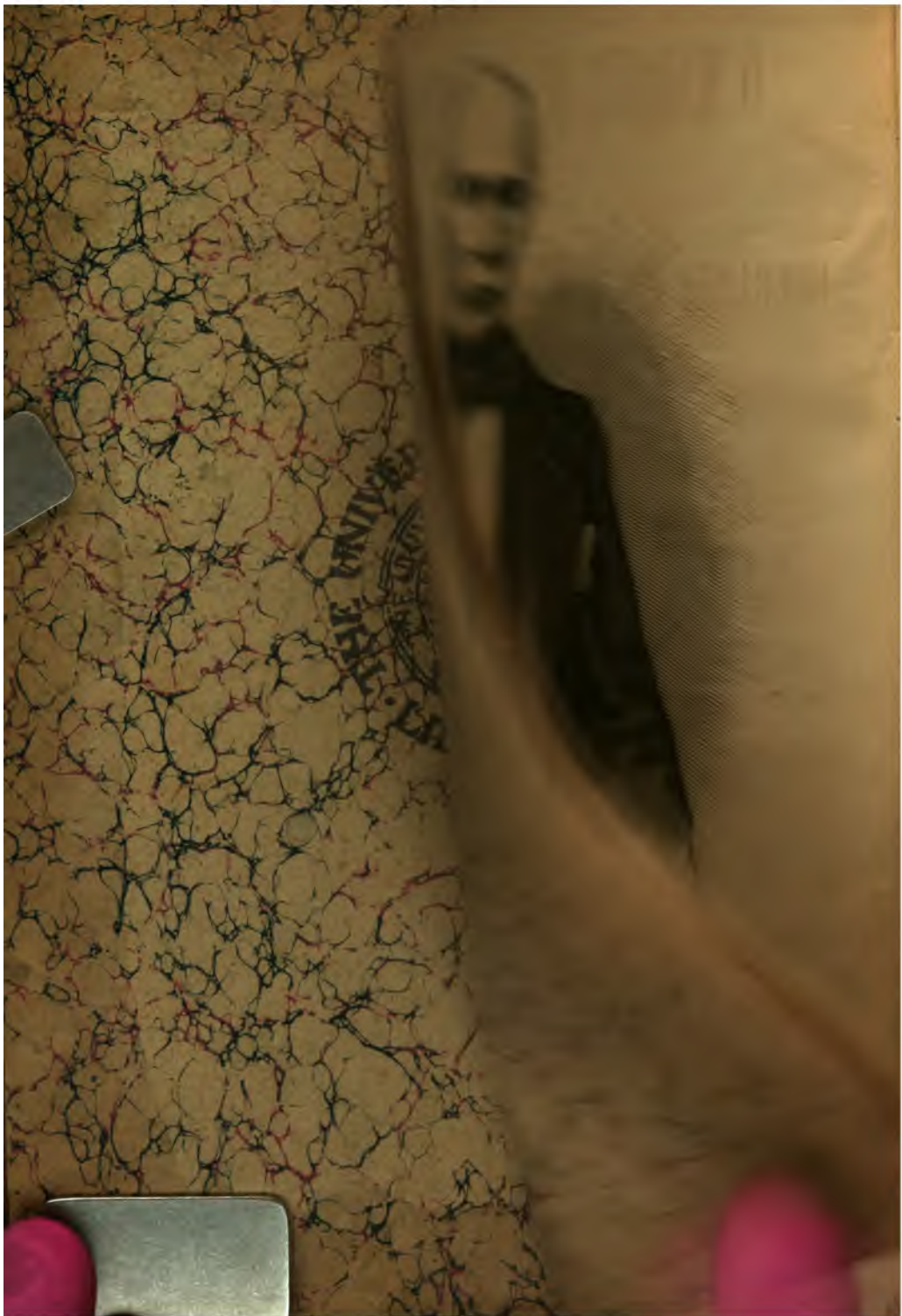
A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>

DP
645
.S12
M59

BUHR A



a39015 01815252 3b



O MARQUEZ DE SÁ DA BANDEIRA

BIOGRAPHIA FIEL E MINUCIOSA DO ILLUSTRE FINADO

REDGIDA SOBRE

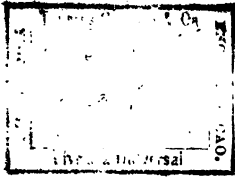
DOCUMENTOS OFFICIAES E PARLAMENTARES

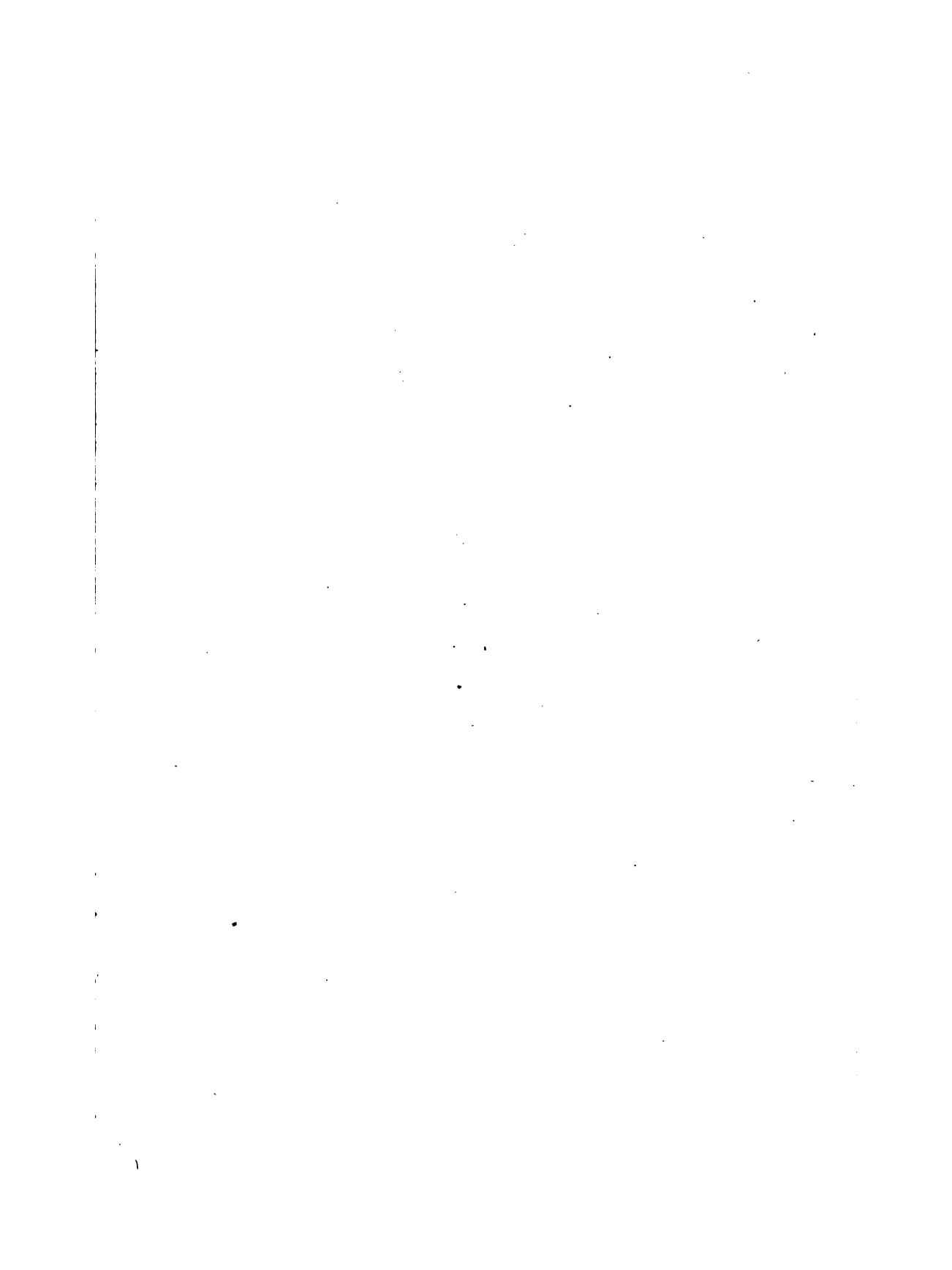
COM O AUXILIO DE VALIOSOS APOSTAMENTOS PRESTADOS POR ELLE MESMO EM 1873
E DE OUTRAS INFORMAÇÕES FIDELMNAS

POR

ANDRÉ MEYRELLES DE TAVORA DO CARMO E CASTRO









Sam. Danvers
S. D.

O MARQUEZ DE SÁ DA BANDEIRA

BIOGRAPHIA FIEL E MINUCIOSA DO ILLUSTRE FINADO

REDIGIDA SOBRE

DOCUMENTOS OFFICIAES E PARLAMENTARES

COM O AUXILIO DE VALIOSOS APONTAMENTOS PRESTADOS POR ELLE MESMO EM 1873
E DE OUTRAS INFORMAÇÕES FIDEDIGNAS

POR

ANDRÉ MEYRELLES DE TAVORA DO CANTO E CASTRO

LISBOA
EMPRESA EDITORA, CARVALHO & C.^a
DIRECTOR, CASTILHO E MELLO
RUA LARGA DE S. ROQUE, 100

DP
645
S12
M59

810511 - 190

Junio Beltrão
Abril 1941

E então como elle a amava e lhe queria
A esta pobre terra portugueza!
Velha tinha a razão, velha a experiencia,
Jovan só esse amor.

GARRETT — Na Luziar.

Vae acabando a geração dos fortes. Vão desaparecendo os grandes obreiros fundadores do governo liberal em Portugal; vae ficando orphã dos seus melhores filhos a nação portugueza!

Atrás de Joaquim Antonio de Aguiar e do duque de Loulé, ainda ha pouco roubados pela morte á affeição e reconhecimento do nosso povo, segue agora o vulto venerando de Bernardo de Sá Nogueira, o Bayard portuguez, o typo sympathico da lealdade, a incarnação do patriotismo, o exemplo vivo do valor e da abnegação!

Fixae bem a vista no formoso busto que a nossa gravura representa; olhae para os traços d'essa nobre fronte, e dizei-nos se ella não revela a lealdade e o amor da patria, a intelligencia e o estudo, todos esses sentimentos nobres, toda essa coragem civica, com que se acha engrinaldada a sua longa carreira publica!

Essa cabeça veneranda, que a mão do tempo quasi despoveou de cabellos, como se quizera abrir mais largo espaço para a corôa de immarcessiveis louros que a historia patria lhe cingiu, é a do homem que nunca viu a imagem livida do remorso, porque nunca teve a consciencia de ter praticado uma acção condemnavel!

Attentae na sympathica expressão d'essa physionomia energica e ao mesmo tempo bondosa; n'aquellas feições de marcial gentileza, onde transparecia, em maravilhosa harmonia, a elevação do espirito com a candura da alma, a firmeza de caracter e a bravura inexcedivel com a generosidade e sensibilidade do coração!

Reparae n'essa gloriosa mutilação do braço direito, que longe de afeiar, realça a nobre figura do velho soldado, a ponto de suscitar invejas de um defeito igual!

O homem, cujo retrato ahi vêdes, reinou sobre o seu tempo pela unica força do talento, da lealdade e da coragem; enriqueceu o thesouro da patria com um grande numero de brilhantes feitos; foi um dos

nossos mais illustres contemporâneos, que mais eficazmente concorreu para a restauração do throno e implantação do systema liberal no solo portuguez!

Martyr da liberdade, é elle o monumento vivo de uma epocha já morta, ante o qual não pôde passar sem se curvar reverente a geração moderna.

Vamos, em ligeiros traços, tentar um esboço biographico d'este insigne varão.

Nasceu Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo em 26 de setembro de 1795. Foram seus paes Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo, senhor do prazo de Reguengo e de outros, moço fidalgo da casa real, alcaide mór de Cadaval, commendador da ordem de Christo, e desembargador da relação do Porto, e D. Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godinho, filha de Estevão de Sá e Mendonça, senhor do morgado do Desterro, e capitão mór da villa das Pias¹.

Mostrando grande disposição para a carreira militar, e muita aptidão e vontade para o estudo, e tendo apenas quatorze annos, cinco mezes e vinte e seis dias de idade, sentou praça de cadete, Bernardo de Sá Nogueira, em 4 de abril de 1810 em Queluz, no regimento de cavallaria n.º 11, que ali se achava em organização, e a 15 de dezembro d'esse mesmo anno foi despachado alferes de cavallaria n.º 10, entrando logo em serviço de campanha na guerra peninsular².

Promovido a tenente de cavallaria n.º 4 em 6 de junho de 1812, continuou n'este posto a sustentar a nossa independencia nacional contra a avidéz das aguias napoleonicas até 1814, anno em que na acção de 13 de março foi gravemente ferido em Vielle, junto a Tarbes, no

¹ Quinze irmãos, e entre esses duas senhoras, teve Bernardo de Sá.

Tendo morrido dois de menor idade, veiu a ter adultos onze irmãos e duas irmãs.

Dos onze irmãos só um abraçou a causa miguelista, todos os mais abraçaram o systema liberal.

Na ilha Terceira militaram quatro. Bernardo, Francisco, Narciso e José. Narciso foi um bravo moço, que morreu valentemente crivado de balas no reconhecimento de Vallongo, sendo elle o primeiro official que no cerco do Porto deu a vida pela causa da liberdade.

² O commandante do regimento n.º 10 era o tenente coronel visconde (depois conde) de Barbacena, que por tal modo se affeição ao joven alferes, que era o proprio que ia ensinal-o e dirigil-o no desempenho dos seus deveres militares. A elle confessára Bernardo de Sá dever, bem como aos seus conselhos, e não menos aos livros que lhe dava para ler, sem fallar nos que já d'antes tinha lido, taes como Plutarcho, La Bruyère e outros mais, o manter constantemente uma conducta honesta e briosa, que até ao fim da sua vida nunca desmentiu, podendo com direito, depois de quasi sessenta e seis annos de bons serviços ao seu paiz, dizer como o nosso poeta Ferreira:

Para a trilhada senda
Sem pejo os olhos devolver me he dado.

departamento de Gers em França, e feito prisioneiro, depois de ter sido julgado morto no campo de batalha, e escapado á avidez dos *marauders*, essas aves de rapina que espreitam a agonia dos feridos para os despojarem, e cevarem n'elles a sua criminoso cubiça.

Foi n'esse dia 13 de março, que o joven official derramou o primeiro sangue pela sua patria, foi n'este primeiro combate que elle começou logo a mostrar aquelle primor de bravura e galhardia, aquelle sangue frio admiravel que não o abandonaram nunca nas conjuncturas as mais difficeis e perigosas: indo á descoberta e á frente de um piquete de cavallaria portugueza á estrada junto a Tarbes, levado pela impetuosidade do fino cavallo em que montava, caiu de repente no meio dos inimigos, e accomettido por força superior, empenhou-se o combate de Vielle, e ahi, coberto de feridas, caiu exanime no campo; recolhido, algumas horas depois de envolta com os cadaveres, foi arrojado com elles para uma casa destinada ao deposito dos mortos, que deviam ser enterrados no dia seguinte.

Ali passou toda a noite sem accôrdo; dando, porém, alguns signaes de vida quando o despojavam do fardamento, foi conduzido ás ambulancias, onde recobrou os sentidos, e se lhe fez o conveniente curativo. Conduzido ao logar que lhe deram por prisão, só regressou a Portugal depois de assignada a paz geral em 1815.

Com que entusiasmo não contava elle esse episodio sangrento de que só por milagre escapou?

Qual não era a sua ufania em ter concorrido com o seu sangue para repellar as hostes aguerridas d'esse grande capitão do seculo, chamado Napoleão Bonaparte, que, enchendo de ruinas e de catastrophes o seculo em que viveu, queria tambem depois Portugal para complemento dos seus triumphos!

Ainda não ha muitos annos que, rectificando o nosso heroe algumas asserções do conde Goblet d'Alvielle ácerca da parte que elle teve nos acontecimentos de 1837 e 1838, disse elle em carta dirigida ao diplomata francez, entre outras, as seguintes phrases:

«Não será a primeira vez que nos achemos em posições oppostas. Por exemplo em 1813 vós servieis nos exercitos de Napoleão, e havieis sido feito prisioneiro de guerra, quando a praça de S. Sebastião foi tomada de assalto pelo exercito alliado, commandado pelo duque de Wellington... emquanto que eu na mesma epocha era tenente na cavallaria portugueza e estava no cêrco da praça de Pamplona, defendida por uma guarnição franceza.»

Curso Bernardo de Sá em Lisboa a academia militar de fortificações, artilheria e desenho, e frequentou os estudos de mathematica desde 1816 até 1818; em 20 de outubro d'este ultimo anno matriculou-se em mathematica e philosophia na universidade de Coimbra, e em 11 de maio de 1819, sendo promovido a capitão para o regimento de artilhe-

ria n.º 4, recolheu dos estudos em 1 de julho de 1820, e apresentou-se prompto para o serviço.

Desejando coadjuvar com a sua espada os esforços dos revolucionarios de Napoles; que pugnavam então pela causa liberal, pede licença para ir áquella cidade para servir aquella causa; mas restabelecido logo depois o governo absoluto, viu mallogrados os seus generosos intentos.

*

* *

Proclamada a constituição de 1820, despertaram-se no coração liberal do joven capitão as nobres aspirações da liberdade. Tornando-se notavel na defeza da liberdade da urna, foi por essa causa deportado para a praça de Almeida.

No celebre dia 11 de novembro de 1820 tomou Bernardo de Sá uma parte activa. É ainda pouco sabida a causa da *novembrisada*. Proveu ella da desconfiança que a officialidade do exercito, votada á causa da liberdade, concebêra de que o decreto que mandava proceder ás eleições as restringia, coarctando a liberdade dos eleitores, pondo estes á mercê da magistratura e dos seus escrivães. Bernardo de Sá e os seus partidarios pugnavam pela *inteira liberdade do voto*. O partido dos Silveiras (Antonio da Silveira e seus adherentes), que já do Porto vinham desavindos com Fernandes Thomás e os seus partidistas, aproveitaram em Lisboa estas occorrencias como membros da junta do governo, para darem todo o apparatus militar ao descontentamento que havia no exercito contra o decreto eleitoral, tendo por fim expulsar da referida junta os membros que Antonio da Silveira tinha por seus inimigos.

Bernardo de Sá, percebendo isto, separou-se da facção Silveira, contra a qual a opinião tambem se manifestou, de que resultou saírem os Silveiras da junta e tornarem a entrar para ella Fernandes Thomás e os seus partidistas. O projectado decreto eleitoral foi substituido por outro no sentido liberal, obtendo-se por este modo o fim primordial do movimento de 11 de novembro.

Seguiu-se depois uma violenta polemica na imprensa, accusando o dito movimento por illegitimo, accusação a que Bernardo de Sá respondeu, *ser esse acto tão legitimo, como o de 24 de agosto d'esse anno*, que fôra puramente militar, como o de 11 de novembro. Esta opinião fê-la elle saber ao governo n'uma carta que lhe dirigiu, de que resultou ser mandado, como já dissemos, para a praça de Almeida, como deportado, onde residiu, até que se publicou uma amnistia ordenada pelas côrtes. Sendo depois convidado a aceitar, por parte do governo, uma commissão de serviço, respondeu que não acceitava, emquanto a constituição não houvesse definido os direitos dos governados e dos governantes.

Alcançando licença em 26 de agosto para ir frequentar estudos em Paris, ahi os continuou com o maior aproveitamento e assiduidade até 30 de setembro de 1824, seguindo os cursos de Cuvier, Blainville, de Gay-Lussac e de Geoffroy de Saint-Hilaire, tão vantajosamente acreditados no mundo litterario e scientifico.

Voltando a Portugal offereceu logo o contingente valioso da sua dedicação á causa da liberdade, que o partido absolutista queria a todo o custo esmagar.

Levado El-Rei D. João VI para Villa Franca pelo partido reaccionario, para ali se fazer mais facilmente obedecer ás suas exigencias e intuitos liberticidas, Bernardo de Sá preferiu ficar defendendo em Lisboa a obra da revolução de 1820, sendo por isso um dos que mais energicamente lutou contra o partido absolutista, o partido dos *inauferviveis* direitos que quiz suffocar e effectivamente suffocou por algum tempo o nobre sentimento da liberdade.

O joven militar lutou então como os que mais lutaram, sempre acompanhado d'aquella temeridade, d'aquella dedicação que só são inspiradas pelas idéas elevadas e grandiosas. O apoio da sua espada, o seu conselho, o seu desinteresse e abnegação, tudo offereceu profusamente á nobre causa que havia adoptado, que seguiu sempre em todas as phases da sua longa carreira publica.

Desgostoso pelo restabelecimento do systema absoluto, novamente solicita e obtem a permissão de ir ao estrangeiro concluir os seus estudos, sendo a sua grande ambição aperfeçoar a sua educação litteraria, continuando as suas explorações scientificas, e juntando todo esse cabedal de conhecimentos variados que haviam de enriquecer, mais tarde, a sua gerencia publica como homem d'estado.

Passou, pois, a Inglaterra, onde mais especialmente se dedicou a visitar as principaes fabricas, os mais acreditados museus de marinha e do exercito, adquirindo d'est'arte uma instrucção solida e vastissima, que desde logo fizeram d'elle um dos officiaes mais distinctos do exercito portuguez.

Proclamada a carta constitucional de 1826, regressou a Portugal o capitão Bernardo de Sá, vindo ajudar com alma e coração o empenho do partido liberal na luta civil que durante mais de seis annos fez derramar tanto sangue portuguez.

Tende acompanhado como assistente da divisão de operações no Algarve o general Saldanha, então ministro da guerra, na sua expedição áquella provincia, em outubro d'aquelle mesmo anno passou depois a servir no estado maior do conde de Villa Flor (depois duque da Terceira) na provincia do Alemtejo: mostrou-se ahi strenuo defensor da causa a que offerecera o seu braço, obrando prodigios de valor nos combates de Coruche, do Prado e da Ponte da Barca.

Em 15 de março de 1827 era promovido ao posto de major por

distincção na arma de engenharia, em consequencia d'estes brilhantes feitos, e em 17 de agosto passou para as ordens do conde de Villa Flor, com quem serviu até 10 de março de 1828. Em 1 de junho immediato era nomeado commandante dos engenheiros na divisão volante.

Levantado o grito da revolução liberal em 16 de maio de 1828, primeiramente em Aveiro pelo batalhão de caçadores n.º 10, e logo em seguida pela guarnição do Porto e de grande parte do povo d'esta cidade, declarou-se francamente pelo movimento liberal o major Bernardo de Sá Nogueira, e foi apresentar-se em Coimbra ao brigadeiro Francisco Saraiva da Costa Refoios, que ali commandava uma pequena divisão de tropas liberaes, composta do batalhão de caçadores n.º 2, vindo de Thomar, do regimento de infantaria n.º 10 e de um contingente de cavallaria n.º 10, vindo de Santarem. Ficando desde logo empregado no quartel general do brigadeiro Saraiva, entrou depois nos combates da Ega, e no da Cruz de Morouços e Vouga, em 24 de junho d'aquelle anno.

Na precipitada retirada da Cruz de Morouços sobre o Vouga, no dia 26, ficando tudo comprometido na cidade de Coimbra, foi o major Bernardo de Sá quem por um bilhete seu avisou o vice-reitor da universidade de Coimbra d'estes acontecimentos. No dia 28 foi a acção na ponte do Marnel, no Vouga, e logo depois foi o major Bernardo de Sá avisar pessoalmente a divisão de Braga, que se achava em Rio Tinto, abandonada pelo seu commandante o marechal de campo Francisco de Paula Azeredo, para que se retirasse e viesse a Santo Thyrso unir-se com a que saía do Porto. Só quando voltou é que soube da resolução tomada de emigrar para Hespanha, sendo aliás deliberação assentada antecedentemente, entre elle e Pizarro, que o exercito liberal não sairia do reino sem primeiro tentar um combate decisivo.

Sendo-lhe offerecida commoda passagem a bordo do vapor inglez *Belfast*, o brioso official, reconhecendo mallograda a revolução, preferiu partilhar todos os trabalhos dos seus companheiros de armas, e recusando a offerta, seguiu por terra a chamada *divisão leal*, que procurava entrar na Galliza. A marcha d'esta força effectuou-se pela estrada de Santo Thyrso, porém sem ordem alguma; nem sequer uma força que cobrisse a retaguarda.

Na noite de 3 de junho, em que a *divisão leal* pernitoiu em Santo Thyrso, foi o major Bernardo de Sá quem tomou sobre si o cuidado de marcar o acampamento, postando os corpos, e supprindo, pela sua inexcusavel actividade, a inercia do general Rosado, depois pela officialidade da brigada ligeira (caçadores n.ºs 2, 3 e 7), para commandar a retaguarda da divisão, desempenhou cabalmente este encargo até á Galliza. A marcha foi dirigida por Braga, em direcção á ponte do Prado, sobre o Cávado, e á entrada de Braga houve uma escaramuça entre a retaguarda da divisão e uma guerrilha miguelista, que foi por ella desprezada.

Continuando a marcha, alguns grupos de soldados iam ficando para trás; um d'estes, de 30 ou 40 soldados, atirou com as mochilas ao chão, declarando que não continuavam a marchar. O major Bernardo de Sá veiu a elles, e por tal fórma lhes fallou e lhes suscitou os brios, que elles d'ahi a minutos marchavam entusiasmados.

No dia 5, á ponte de Caldellas, já na raia, amotinaram-se dois corpos (regimento de infantaria n.º 21 e caçadores n.º 11), mas foram logo batidos pelos regimentos 18 e 10, e no dia 6 entrou a *divisão leal* em territorio hespanhol, ainda em força de 4:000 homens aproximadamente, entregando as armas a um alferes, que lh'as recebeu na passagem da ponte de Torneros sobre o rio Caldo.

Foi n'esse mesmo dia que na Portella de Leonte se apresentou aos emigrados o coronel hespanhol Pereira, nos termos os mais grosseiros e brutaes, que levantou uma questão com o general Pizarro sobre o terem entrado armados os portuguezes em territorio de Sua Magestade Catholica. Não respondendo aquelle official, tomou a palavra o major Bernardo de Sá, observando prudentemente ao coronel Pereira, que não entraram armados em povoação alguma, que tinham deposto as armas á simples intimação de um official subalterno, e só as haviam até ahi conservado para se defenderem de guerrilhas portuguezas, que lhes iam fazer fogo das matas vizinhas. A isto retorquiu Pereira. «*Eso merecen ustedes, porque son ustedes rebeldes e criminosos*», ao que Bernardo de Sá, já azedado, respondeu immediatamente: «*Rebeldes e criminosos son esos que nos siguen*». E continuando entre os dois o seguinte dialogo: «*Y se atreve usted a hablarme con esa altanería?*»—«*Yo le hablo a usted de la misma manera que usted me habla*».—«*Usted me habla así mientras no le quito la cabeza*».—«*Y usted me habla así porque non tengo mi espada a mi lado*».

O gallego, acceso em ira, desembainha a espada, corre para o major Bernardo de Sá, e chama os seus soldados, que tambem correm de bayoneta calada. Bernardo de Sá cruza os braços com a maior impassibilidade e indiferença, não arreda um passo, e fitando o coronel Pereira com ar de desprezo, diz-lhe em tom de supremo escarneo: «*Es una cosa gloriosa el sacar la espada contra un hombre desarmado*».

Os officiaes hespanhoes que assistiam a esta scena lançaram as mãos ao braço do coronel Pereira, e conseguiram applicar-lhe as fúrias. Entretanto a divisão foi internada, porém maltratada sempre pelos gallegos, e privados até os officiaes dos cavallos que eram propriamente seus.

Quando a ilha da Madeira soltou o brado da independencia foi Bernardo de Sá, que então estava em Inglaterra, um dos primeiros que, com outros portuguezes, ali tentaram desembarcar; mas não podendo já entrar no porto a expedição, por encontrar a ilha em poder dos miguelistas, e abandonada pelo general Valdez (depois conde

de Bomfim), dirigiu-se ao Brazil pelas Canarias, onde conferenciou largamente com o Imperador ácerca da restauração do throno para sua filha.

Partindo d'ahi para Inglaterra, d'ali novamente embarcou com seu irmão o alferes José de Sá Nogueira (hoje general de brigada) a bordo de uma escuna ingleza, que foi apprehendida por um vaso de guerra do partido miguelista, e mutuamente visitada para verificarem se levava emigrados portuguezes para os Açores.

Com o auxilio do capitão da escuna mercante poderam os dois irmãos subtrahir-se á sorte que sem duvida os esperava, escondendo-se na arrecadação do carvão de pedra, que constituia a carga do navio, e estando durante sete dias em um apertadissimo espaço, sem poderem mudar de logar, e sustentando-se apenas de uma porção de bolacha que levaram consigo para o estreito esconderijo. Conta-se que José de Sá, descorçoado por se ver enterrado vivo em carvão de pedra, dissera para seu irmão: «*Ó Bernardo, eu vou matar-me*», ao que este flegmaticamente respondeu: «*Para que? Elles te matarão*».

Chegando a escuna a S. Miguel poderam evadir-se os dois irmãos, conservando-se embrulhados n'uma véla enquanto se fez a descarga. O consul, sir William Hardenys, hospedou-os durante dois mezes, até que conseguiram, apesar do bloqueio, entrar na ilha Terceira.

Logoque ali chegou foi Bernardo de Sá nomeado primeiro ajudante de ordens do general conde de Villa Flor, em companhia do qual fez parte das diversas expedições que tiveram por fim a restauração das ilhas do Pico, Faial, S. Jorge e S. Miguel.

Abdicando D. Pedro IV e chegando ao archipelago dos Açores em fevereiro de 1832, entrou na ilha Terceira em 3 de março do mesmo anno, e chamou logo para junto de si o major Bernardo de Sá na qualidade de seu ajudante de ordens, e com elle se fez de véla em 27 de junho do mesmo anno na gloriosa expedição dos 71500 bravos, que a Providencia destinára para transplantarem a arvore da liberdade para o continente portuguez.

Durante a sua estada nos Açores perdeu Bernardo de Sá seu pae, e succedeti-lhe nos vinculos que elle administrava, como seu filho primogenito, mas d'esta successão só tomou posse em 1833.

Foi, como é sabido por todos, no memoravel dia 8 de julho de 1832 o desembarque da expedição liberal perto da praia do Mindello.

Transcreveremos aqui, como documento curioso, a singela descrição que Bernardo de Sá fez em 12 de julho d'este mesmo anno, logoque entrou no Porto:

«Saímos de S. Miguel, como sabe, no dia 27 do passado; no dia 8 de julho desembarcámos na praia do Lavra, que está a meia legua ao norte de Leça. Enquanto ao tempo, nada podíamos desejar melhor. Saltámos em terra sem um tiro, tendo o inimigo, na distancia de 1 legua

a 1 legua e meia, 2:600 homens de infantaria de linha, 300 cavallos, 8 peças de artilheria e milheiros de realistas e voluntarios realistas. Ninguém appareceu na costa, excepto uns 50 homens a cavallo, que abalaram apenas os nossos lhes mostraram os mosquetetes. No dia do desembarque fui mandado como parlamentar a Villa do Conde, da parte do Imperador, ao commandante militar que ali houvesse. A meia milha de terra icci no bote bandeira parlamentar, e a pouca distancia de uma bateria fiz por um corneta tocar á chamada. Fui recebido na praia por um official, e conduzido ao commandante da tropa, que era um coronel José Cardoso, chefe do regimento n.º 22. Eu disse-lhe que era ajudante de campo de Sua Magestade o sr. D. Pedro, que vinha com uma communicação para o commandante militar; disse-me que a referisse. Deve notar-se que ficou a cavallo, estando eu de pé. Houve então o seguinte dialogo: «Sua Magestade o sr. D. Pedro quer que se saiba, antes do seu desembarque, que elle vem trazer a paz a Portugal, e não a guerra civil; que por isso deseja ser recebido em paz. Sua Magestade assegura a todos os militares, que sem demora reconhecerem o governo da Rainha, todas as vantagens». — «O sr. D. Pedro está á frente de rebeldes». — «Eu poderia perguntar: Quem são os rebeldes? Mas vim a uma missão de paz e conciliação, e não para entrar em discussões; contudo devo observar, que eu esperava achar uma linguagem polida e não insultante, especialmente entre militares e militares antigos, entre os quaes, mais do que entre outra qualquer gente, ella é ordinaria e necessaria». — «É cousa ridicula da parte do sr. D. Pedro vir com 5:000 ou 6:000 homens atacar 3 milhões de habitantes, promptos a defenderem até á ultima a causa do seu legitimo soberano o sr. D. Miguel I.». — «Sim, promptos a sacudirem o jugo que os opprime; e conhete v. s.ª porventura as forças do sr. D. Pedro? Não vê a esquadra ingleza que se vae approximando da nossa (o que era certo)? Sabe se n'este momento não tem logar algum desembarque em outra parte do reino? Não o sabe, ignora-o». — «Eu com a artilheria das minhas baterias poderia fazer metter a pique o escaler em que o senhor veio, mas deixei-o desembarcar para saber a que vinha». — «Fazia n'isso uma acção gloriosa! Eu vim com uma bandeira branca, como parlamentar debaixo da garantia do direito das gentes; estou em seu poder, o senhor pôde mandar-me fuzillar: mande já, se quier, nada me importa; mas a infamia de semelhante acção recairá sobre o senhor e o seu partido». — «Não se trata de fuzillar, disse elle com envergonhado, mas que o sr. D. Pedro se atrevê a desembarcar, e achará bayonetas bem aguçadas para o receberem». N'este tempo principiou elle a berrar e os circumstantes, poucos em numero: *Viva o sr. D. Miguel I, rei absoluto!* E eu voltei para bordo, gastando muito tempo de proposito no pouco caminho que tinha, a fazer, e demorando-me a apanhar conchas e flores emquanto berravam. Lembra-me que no Faial gritaram

do mesmo modo quando lá fui como parlamentar, e que depois fugiram. Voltei para bordo, e então effectuou-se o desembarque na praia do Lavra, que é muito extensa e tem varios nomes, a 1 legua e meia ao sul de Villa do Conde, e a 2 leguas e meia do Porto; marchámos de noite, e nò dia 9 entrámos no Porto, tendo o inimigo passado o Douro. Em 10 de tarde, depois de um tiroteio entre os marujos de algumas das nossas embarcações entradas no rio e os voluntarios realistas, mettidos nas casas de Villa Nova, dizem que d'estes morreram 15 a 20, tivemos 7 feridos, dos quaes 2 morreram. De tarde passámos o Douro da maneira a mais rapida, os miguelistas fugiram. Deve notar-se que desde o desembarque a gente do campo se apresentava em grandes massas sobre nós, procurando o Imperador, e chamando-nos seus libertadores: no Porto foi o mesmo, na classe inferior: os frades, padres e nobres tinham fugido pela maior parte. Em Villa Nova ainda foi maior o enthusiasmo; os habitantes não tinham esperado pela nossa passagem do rio, e andavam de manhã aos tiros nos voluntarios miguelistas; nunca vi-gente que parecesse tão louca de contentamento como a de Villa Nova. O povo da pequena parte do paiz que temos corrido é entusiasta da nossa causa, mas só o povo mais commum; a gente de gravata lavada está escaldada e pouco se mostra; os nobres e padres são contrarios, e muitos nos campos tinham organizado os paizanos contra nós: portanto decretos e mais decretos favoraveis ás massas, e guerraa os privilegiados, eis o que eu repito ao Imperador: abula os dizimos, etc., etc. Para levar este plano ávante é necessario habilidade e perseverança, porque ha muita cousa a fazer, que longo seria agora explicar.»

Assistiu em 23 de julho á batalha de ponte de Ferreira, e portava-se sempre com aquelle denodo e valentia que eram seus companheiros inseparaveis.

No dia seguinte foi nomeado governador militar da cidade do Porto, cargo este que acceitou com as condições seguintes:

1.^a Considerar-se a cidade para todos os effectos como praça de guerra;

2.^a Pertencerem-lhe todas as attribuições que a lei confere aos governadores das praças em tempo de guerra;

3.^a Ser independente das outras auctoridades no exercicio das suas funcções, entendendo-se directamente com o ministerio da guerra;

4.^a Ser o vehiculo das participações do que occorresse na cidade, o encarregado da sua defeza, e de requisitar os meios conducentes a este fim;

5.^a Ser encarregado do commando superior de todos os batalhões nacionaes para os empregar na dita defeza, sem todavia se intrometter com a sua disciplina e administração economica.

O sr. D. Pedro acceitou as condições impostas pelo distincto offi-

cial, que assumiu a honrada missão, de gravissima responsabilidade, de governador da cidade do Porto, desempenhando-a sempre com acrysolada lealdade, talento e apreço, difficeis de igualar e impossiveis de exceder.

Aos seus conhecimentos como engenheiro se deveu principalmente a fortificação da Serra do Pilar.

Em 6 de agosto de 1832 foi promovido ao posto de tenente coronel.

No dia immediato perdiam os constitucionaes a acção de Souto Redondo: o tenente coronel Bernardo de Sá acompanhava o Imperador na Torre da Marca, quando o tenente de cavallaria marquez de Loulé (depois duque do mesmo nome) veio trazer-lhe a triste noticia d'este revez.

D. Pedro passeiava agitado, mordendo os beiços, e duas lagrimas lhe assomaram aos olhos; parando de repente, perguntou a Bernardo de Sá o que julgava do acontecido, e que deveria fazer em taes circumstancias. O interrogado respondeu: «No caso do general Povoa ter tomado a vanguarda aos fugitivos no Alto da Bandeira, aprisionando toda a divisão, como lhe é facil, o unico recurso é embarcar Vossa Magestade, com toda a tropa que se acha no Porto, a bordo dos navios que ainda restam da expedição, indo prover-se de agua á bahia de Vigo, e dirigindo-se para os Açores. A difficuldade consiste em poder realisar o embarque em presença do inimigo victorioso. Offereço-me voluntariamente para proteger essa operação, dando-me Vossa Magestade 300 homens escolhidos. Das ilhas poderá Vossa Magestade tratar com seu irmão ou tentar nova expedição, se as circumstancias o permittirem».

O Imperador, commovido por tão patriotica dedicação, apertou nas suas aquella mão leal e valente, que um mez depois caía mutilada em defeza da causa da liberdade. Foi no dia 8 de setembro. As forças realistas atacaram a Serra do Pilar: o governador militar do Porto foi o proprio que conduziu o reforço para auxiliar os heroicos defensores d'aquelle importante baluarte; e já se achava empenhado um vivo tiroteio de fuzilaria entre o regimento de infantaria n.º 6 e as forças miguelistas, junto ao chafariz dos Arripiados, quando chegou o tenente coronel Bernardo de Sá ao logar do conflicto. Commandava elle mesmo a acção ao sul do Douro, quando no logar do Alto da Bandeira uma bala inimiga veio fracturar-lhe o braço direito. Nem mesmo assim quiz abandonar o campo; ferido como estava, continuou a avançar, electrizando as tropas com similhante exemplo, conduziu o reforço na melhor ordem, sempre debaixo do fogo do inimigo, indicou com perfeita serenidade de animo os pontos que deviam ser occupados para lhe flanquear a marcha que trazia, mandou reforçar a guarnição da Serra nos sitios que mais urgia, providenciou sobre o levantamento

da ponte das barcas; pôde dizer-se, sem receio de contestação, que ao seu já proverbial denodo, rara valentia, extremada coragem e pericia militar se deve a gloria d'aquelle dia para as armas liberaes. Foi ainda Bernardo de Sá quem, repellido o ataque, commandou o reforço na sua retirada para dentro da cidade, e chegando ao quartel foi então que se lembrou do grave ferimento que recebêra. Os facultativos chamados declararam urgente a amputação, a qual soffreu com animo placido, e continuando sempre a exercer o importante cargo que lhe fôra confiado.

Desde esse dia que a Serra do Pilar ficou fazendo parte das fortificações da cidade, sendo para lamentar que não fossem ouvidos os conselhos de Bernardo de Sá para que outro tanto se fizesse ao *Monte do Castro*, pois se assim fôra não haveria depois tantas difficuldades no desembarque de mantimentos.

No dia 9, já depois de amputado, dirigiu a seguinte allocução aos habitantes da cidade:

«O dia de hontem foi de gloria para o Porto. Atacada pelo inimigo, os seus habitantes correram á porfia á defeza das trincheiras, onde unidos com o exercito repelliram as tentativas dos inimigos da Rainha e da carta constitucional. E se fosse possível ao inimigo entrar em alguma das ruas da cidade, veriamos sem duvida repetidos os exemplos de Paris e de Bruxellas, onde o povo, sem o auxilio da tropa de linha, derrotou completamente os aggressores, concorrendo para acção tão gloriosa mulheres e creanças, lançando dos telhados e das janellas, sobre as tropas que haviam entrado as ruas, pedras, telhas, moveis, agua, azeite a ferver e quantos outros objectos podiam servir á sua destruição.»

Em novembro d'esse mesmo anno foi o nosso heroe chamado pela primeira vez aos conselhos da corôa, tomando conta da pasta da marinha, que geriu até maio de 1833.

Foi n'esse intervallo que mais sangue derramou pela causa a cuja defeza se tinha votado, sendo novamente ferido na tomada da importante posição do Monte das Antas no dia 24 de março, ferimento tambem de gravidade, n'uma perna, e do qual todavia ficou sem defeito.

Em todas as participações officiaes, em todos os boletins das diversas acções em que entrou Bernardo de Sá, durante a defeza, e posteriormente no resto da campanha liberal, foi sempre elogiada a sua bravura e reconhecida a sua pericia militar.

No dia 4 de abril de 1833 (anniversario natalicio de Sua Magestade a senhora D. Maria II), foi Bernardo de Sá Nogueira agraciado com o titulo de barão de Sá da Bandeira, em attenção ao seu brilhante comportamento na gloriosa acção de 8 de setembro¹.

¹ Mr. Arago e mr. Gouin, na sua *Historia do duque de Orleans*, escreveram

No dia 17 de maio de 1833 foi promovido o barão de Sá da Bandeira ao posto de coronel, e pouco depois, 28 de agosto, nomeado governador militar de Peniche, commissão esta de grande importancia, por estar muito arriscada a perder-se aquella praça, em consequencia de ter o exercito inimigo levantado o cerco do Porto, e vir marchando em direcção a Lisboa. As sortidas que fez de Peniche deram logar ás acções da Serra de El-Rei e tomada de Obidos em agosto d'esse anno.

Estava ainda em Peniche quando se deram as acções de 5 de setembro e 10 de outubro nas linhas de Lisboa; porém, logoque se estabeleceu o sitio de Santarem, foi commandar a quinta columna do exercito de operações, cujo commandante em chefe era o general Saldanha.

Em 1834 foi nomeado governader militar do Algarve, onde os constitucionaes apenas possuíam Faro, Olhão e Lagos, com pequenas guarnições, estando todas as outras terras d'aquella provincia em poder das forças miguelistas, que eram ainda consideraveis, e especialmente as guerrilhas, cujo principal caudilho era o celebre *Remethido*, preso, como é de todos sabido, pelo valente capitão de caçadores n.º 10, Manuel Maria Cabral¹, com grave risco da sua vida e condemnado a ser fuzilado, como effectivamente foi, pelo conselho de guerra que se lhe instaurou em Faro, em 1 de agosto de 1838.

O barão de Sá da Bandeira, partindo d'aquelle ponto no dia 19 de fevereiro, não levando de reforço nem um só soldado, chegou a Lagos no dia 20, e d'ahi levou consigo parte da guarnição para Faro, onde desembarcou em o dia seguinte.

Como já investido de poderes discricionarios, começou por dar uma prova da sua magnanimidade, soltando os presos politicos, e o mesmo fez depois aos paizanos que encontrou armados, e aos quaes, tirando-lhes as armas, mandou abonar rações até recolherem a suas casas.

sob o titulo *fatalidade*, os acontecimentos mais importantes que o *dia 13*, dia em que morreu o duque, faz lembrar a toda a França; seguindo este exemplo, relataremos tambem aqui os factos mais notaveis da vida de Bernardo de Sá Nogueira, que succederam no mez de setembro.

Alem da morte de seu pae e de sua mãe, que succederam em setembro, nasceu Bernardo de Sá em 26 de setembro de 1795, foi ferido no braço direito com um tiro de bala, que lh'o fracturou completamente em 8 de setembro de 1832; em 5 de setembro de 1833 ajudou a defender as linhas de Lisboa, atacadas por forças superiores, e em 10 de setembro de 1836, no dia seguinte ao da revolução, a rogos de Sua Magestade aceitou a pasta dos negocios da fazenda e a dos negocios estrangeiros. Finalmente, é para notar que de quinze irmãos que teve, só elle nasceu em setembro.

¹ Existe ainda hoje em Lisboa a virtuosa esposa d'este valente militar, e tem assim uma unica filha, a sr.ª D. Maria Emilia de Sá Cabral (mandada educar por Sua Magestade a Rainha a senhora D. Maria II), que tendo pedido ás côrtes a sobrevivencia da pensão de sua mãe, ainda lhe não foi deferida a sua justa pretensão.

Logo no dia 22 bateu os guerrilhas em S. Bartholomeu do Pexão, e a 23 entrou em Tavira, que desde esse dia ficou sempre em poder dos constitucionaes. Tomou posse igualmente da Villa de Castro Marim, podendo desde então entrar a flotilha liberal pelo rio Guadiana, e ficando a sua navegação impedida aos miguelistas.

Nos primeiros dias do mez de março derrotou as guerrilhas em Alportel e Loulé, e voltou a Faro, tendo limpado de inimigos toda a parte occidental do Algarve, d'onde fugira para o Alemtejo o general miguelista Bandeira. Logo depois recebia o reforço de um batalhão belga, com o qual entrou em novas operações no dia 10 do mesmo mez de março. Em substituição de Bandeira mandára o sr. D. Miguel para o Algarve o general Sebastião Martins Mestre, que reunira toda a sua força em S. Braz; porém á approximação das tropas constitucionaes aquella fugiu para a serra, onde foi ainda perseguida pelos lanceiros e alguns voluntarios de cavallaria.

Os belgas e francezes, aliás valentes no fogo, deram, todavia, repetidas provas de descomedimento e indisciplina. Tanto os que já estavam no Algarve, como os que chegaram depois, não era raro praticarem vexames nas povoações, e actos de insubordinação, que o coronel barão de Sá da Bandeira teve algumas vezes de punir severamente, julgando-se, em ultimo caso, obrigado a mandar fuzilar dois amotinadores. Com este exemplo, exigido pelo rigor da disciplina militar, restabeleceu-se esta nos soldados estrangeiros, e conservou-se mais segura a que sempre houvera nos portuguezes.

Dirigindo-se a Almodovar, na passagem do desfiladeiro do Valle do Mata, caiu sobre a retaguarda da divisão constitucional uma forte guerrilha realista, que aprisionou 64 homens, aos quaes o afamado *Re-mechido* deu a liberdade, querendo assim, mas só mui excepcionalmente, hombrear em acções generosas com o barão de Sá da Bandeira, por este, na sua chegada ao Algarve, haver dado a liberdade aos presos politicos e aos paizanos aprisionados com armas na mão.

Atravessando as montanhas chegou finalmente a Almodovar o barão de Sá da Bandeira em 17 de março. Tinha á sua disposição cerca de 1:000 homens, entre os quaes 40 lanceiros. O brigadeiro miguelista Cabreira saiu de Santarem para o Algarve com 2:000 homens de infantaria e 200 cavallos, para bater o barão de Sá, e ao mesmo tempo saiu para o Alemtejo o conde de Almer. O general Saldanha requisitou reforço para o Algarve, mas nenhum lhe foi mandado.

O barão de Sá mandou no dia 19 de março marchar metade da sua divisão para Mertola, e ficou em Almodovar com o resto.

No dia 24 dirigiu-se sobre Serpa, mas não pôde render o castello.

Voltou para Beja; sabendo, porém, que era perseguido por duas fortes columnas, uma vinda de Alcaccer e outra de Evora, retrogradou

sobre Mertola, e tornou a entrar no Algarve em 31 de março. Os guerrilhas vieram em força para aquella provincia, e enquanto o barão de Sá se dirigia sobre Faro, e mandava recolher a divisão a Loulé, caíram as guerrilhas sobre esta villa, mas foram repellidas.

Em abril recebeu o barão de Sá o reforço, que devêra ter vindo antes, e era composto de 30 lanceiros e um batalhão do regimento de infantaria n.º 4. Com elle guarneceu Faro, Lagos, Castro Marim, Villa Nova de Portimão, Olhão e Sagres.

No dia 24 deu batalha nas alturas de S. Bartholomeu de Messines, com 1:500 homens contra uma força de 4:000 homens, commandados pelo habil e valente general miguelista Cabreira. A acção durou dez horas, e esteve por muito tempo indecisa. A Ribeira de Arade foi atravessada por infantaria e cavallaria inimiga, sobre a qual carregou com os lanceiros o barão de Sá; porém as difficuldades do terreno e a desigualdade das forças deram apenas em resultado o sacrificio de todos os officiaes e muitos soldados de lanceiros, vendo-se o barão de Sá obrigado a retirar para Silves.

Este arrojado successo occasionou-lhe graves censuras, e o resultado d'elle parece ter diminuido a força moral ao valoroso commandante da divisão do Algarve, pois d'ahi em diante se limitou á defensiva, sustentando os pontos que havia guarnecido.

Tiveram, porém, uma grande vantagem em favor da causa constitucional as operações do barão de Sá no Algarve e Alemtejo, pois com este movimento desfalcou o exercito de Santarem, d'onde foi necessario enviar forças consideraveis para o sul, o que muito contribuiu para a sua total ruina nos campos da Asseiceira, não podendo aquellas forças ir tomar parte na grande acção de 16 de maio de 1834, que decidiu da causa da usurpação miguelista.

No dia 27 de maio foi a convenção de Evora Monte, seguindo-se-lhe a convocação das côrtes geraes, que effectivamente se abriram em Lisboa no dia 15 de agosto d'esse mesmo anno de 1834.

*

* *

Tomou assento na primeira camara o coronel barão de Sá, como incontestavelmente pelos seus serviços e talento tanto merecia; e logo depois era nomeado par do reino, por decreto do 1.º de setembro, ainda assignado pelo sr. D. Pedro IV, já então soffrendo os crueis padecimentos a que succumbiu algumas semanas depois.

Chegou o fatal dia 24 de setembro de 1834, que cobriu de lucto os corações dos liberaes portuguezes, perdendo a nação o seu libertador, e o barão de Sá um amigo verdadeiro e um apreciador sincero da sua valia. Nos paroxismos da morte não se esqueceu elle de recommendal-o

a sua augusta filha como um dos mais leaes e dedicados defensores do seu throno.

No dia 1.º de dezembro d'esse mesmo anno (1834), anniversario da gloriosa restauração de 1640, foi o barão de Sá da Bandeira agraciado pela senhora D. Maria II com o titulo de visconde, e realisando-se n'esse mez o contrato matrimonial da mesma augusta senhora com o principe D. Augusto Beauharnais, foi o visconde de Sá recebel-o a Allemanha, juntamente com o marquez de Ficalho, encarregado de acompanhar-o a Portugal.

Em 18 de novembro de 1835 foi pela terceira vez chamado ao ministerio, e encarregado da pasta da marinha e ultramar o visconde de Sá da Bandeira, conservando-se nos conselhos da corôa até 20 de abril de 1836.

Comquanto fosse conhecida a sua desaffeição ás medidas financeiras inauguradas pelo governo, não tomou parte activa na revolução de 9 de setembro d'aquelle anno. Entretanto a solicitações do paço, assim como de alguns dos proprios ministros demissionarios (e nomeadamente do duque da Terceira), entrou para o novo gabinete no dia seguinte á revolução, ficando com a pasta da fazenda e dos negocios estrangeiros, que geriu só até 4 de novembro d'esse anno. N'ellas cooperou efficazmente com Passos (Manuel) para radicar o systema constitucional no paiz, ha tão pouco tempo arrancado ao absolutismo, e já minado pelas divergencias pouco patrioticas no seio da familia liberal. Foi assim que o nobre visconde se achou ligado ao partido setembrista, o que na verdade mais se harmonisava com as suas aspirações de progresso e de liberdade; e foi assim tambem que acceitando a bandeira d'esse partido, só curou de fazel-a triumphar, e jamáis a abandonou em todas as crises por que tem passado a politica interna de Portugal.

O ministerio de que elle fez parte reorganizou a instrucção publica, creou a escola polytechnica de Lisboa, a academia polytechnica do Porto, a academia das bellas artes e o conservatorio dramatico. A formação do codigo administrativo, a do codigo do processo e muitas outras providencias dimanadas d'essa administração provaram as suas intenções sinceras, e quanto ella estava superior á atmospherá caliginosa das paixões em que a quizeram envolver os seus antagonistas.

Presidente do conselho de ministros e ministro dos negocios estrangeiros e da guerra por decretos de 5 e 6 de novembro de 1836, referendou o decreto de 10 de dezembro, abolindo nas possessões portuguezas o trafico da escravatura, conservando esses cargos até 1 de junho de 1837.

Dedicado sempre á causa progressista foi em 14 de julho de 1837 nomeado logar-tenente de Sua Magestade nas provincias do norte, e promovido a brigadeiro graduado em 5 de setembro, e a effectivo em 27 do mesmo mez pelos extraordinarios e muito distinctos serviços que

prestou com o visconde das Antas e o barão de Bomfim, alcançando as victorias que nos dias 28 de agosto, 15 e 18 de setembro puzeram termo á porfiada tentativa contra a liberdade nacional, conhecida na nossa historia contemporanea com o nome de *Revolta dos Marechaes*, por se acharem á sua frente os marechaes do exercito marquez de Saldanha (hoje duque) e o marechal duque da Terceira.

O visconde de Sá não julgando degradar-se do alto cargo em que fôra investido, combatendo debaixo das ordens dos generaes setembristas, entrou na acção do Chão da Feira ás ordens do barão (depois conde) de Bomfim, assim como na de Ruivães ás ordens do visconde (depois conde) das Antas, contribuindo, como fica dito, para as victorias alcançadas pelas forças do partido setembrista, com varias providencias quasi exclusivamente devidas á sua illustrada actividade e inexcedivel valor.

Novamente chamado á presidencia do conselho de ministros e ao exercicio das pastas da marinha e estrangeiros em 10 de agosto de 1837, conservou esses cargos até 18 de abril de 1839, tendo n'esse intervallo tambem occupado interinamente a pasta da guerra, desde 9 de março a 17 de abril de 1838.

Em 1838 rejeitou o titulo de conde com que Sua Magestade instára em agracial-o, fundando-se a sua louvavel recusa no facto de ser n'essa occasião ministro da corôa.

Inimigo declarado do partido anarchista, esteve para ser assassinado n'esse anno no dia da procissão de Corpus Christi, quando sendo então presidente do conselho de ministros, defendia com o seu corpo e com a sua auctoridade a porta da escada que communicava para a casa onde se haviam abrigado José da Silva Carvalho e Antonio Bernardo da Costa Cabral (hoje conde de Thomar), perseguidos pelo povo. Um dos amotinados arremessou uma bayonetada ao visconde de Sá, que lhe teria sido fatal se não tivesse encontrado o crachá da commenda da Torre e Espada que trazia n'essa occasião ao peito, e que por ella foi preservado do golpe que lhe dirigiram. O auctor d'este attentado foi agarrado por alguns dos circumstantes, que perguntaram ao nobre visconde o que queria que lhe fizessem, ao que elle respondeu: «Dêem-lhe de comer e deixem-n'o».

Vem aqui agora a proposito tambem um outro facto que muito honra a coragem do illustre visconde. Por occasião da Belemzada, os batalhões estavam em armas, quando o infeliz Agostinho José Freire caiu debaixo dos golpes de um assassino infame; dizia alguém ao visconde de Sá que queria sair e impor respeito á multidão exaltada: «Não vá, olhe que o matam». — «Se matarem, peor para elles, respondeu com serenidade o general, a vergonha dos actos criminosos é para aquelles que os praticam».

Em 1839 foi o visconde de Sá nomeado embaixador extraordinario

- á côrte de Inglaterra para assistir á coroação da rainha Victoria; porém a sua extrema modestia levou-o a resignar no duque de Palmella tão honrosa missão diplomatica.

Foi ainda n'este mesmo anno que, como ministro que preza a dignidade da corôa, rebateu energicamente a insolita exigencia do gabinete inglez, de que Portugal acceitasse, sem alteração nem demora, uma minuta de tratado que lhe seria presente, contendo bases differentes d'aquellas que até então haviam sido combinadas nas negociações internacionaes entabouladas para tornar efficaz a repressão do trafico de escravos.

Entre essas bases, todas mais ou menos lesivas da independencia e dignidade da corôa portugueza, comprehendia-se a clausula de perpetuidade para as estipulações do tratado, o poder dado aos cruzadores inglezes para destruir a sua vontade os navios portuguezes nos mares de Africa, e a faculdade de explorar as costas das possessões portuguezas do ultramar até ao ponto que importava violação de territorio¹.

Entretanto o visconde de Sá e os seus collegas do gabinete, quanto rejeitassem *in limine* as deshumanas condições de lord Palmerston, continuaram a trabalhar pela realisação do seu humanitario pensamento de reprimir o trafico da escravatura.

Houve as mais terminantes recommendações ao governador da provincia de Angôla para a exacta observancia das instrucções que lhe haviam sido dirigidas em novembro de 1838, e pelas quaes o visconde de Sá concedia áquelle delegado do governo poderes para uma convenção provisoria, que com effeito foi celebrada em 29 de maio de 1839, estabelecendo a faculdade de reciproco direito de visita e pesquisa a bordo dos navios.

Em 16 de agosto de 1840 foi nomeado commandante da 7.^a divisão militar, e governador da praça de Elvas, cargo este de que pediu a exoneração em 12 de fevereiro de 1841.

Em 7 de fevereiro de 1842 foi encarregado da pasta dos negocios da guerra no ministerio presidido pelo duque de Palmella, e de que tambem fez parte como ministro da fazenda o conselheiro Antonio José d'Avila (hoje marquez d'Avila e de Bolama), como ministro do reino Joaquim Antonio de Magalhães, e interino da justiça, e no ministerio da marinha e ultramar Antonio Aluizio Jervis de Athoquia (depois visconde de Athoquia).

¹ Encontram-se preciosos esclarecimentos sobre este conflicto diplomatico em um opusculo publicado em francez em Lisboa, no anno de 1839, e que se intitula *Notes officielles de Mr. le Vicomte de Sá da Bandeira et de Mr. le Baron de Ribeiro Sabrosa, présidents de conseil de ministres de Sa Majesté Très Fidèle en réponse aux notes de lord Howard de Walden, Envoyé Extraordinaire de Sa Majesté Britannique à Lisbonne.*

Este ministerio apenas durou dois dias, pois foi substituido em 9 de fevereiro pelo que presidiu o marechal duque da Terceira.

Passámos em claro as agitações dos partidos conservador e progressista, e a administração que governou o paiz até março de 1846, em que rebentou na provincia do Minho a revolução popular, vulgarmente denominada da *Maria da Fonte* ou *Patuléa*.

O visconde de Sá, fiel á sua bandeira politica, acompanhou o movimento revolucionario que derribou a situação presidida pelo conde de Thomar.

Depois da emboscada de 6 de outubro (contra-revolta militar feita em Lisboa, pela qual foi substituido o ministerio progressista por outro de feição conservadora, e restituídas as antigas auctoridades) o visconde de Sá não hesitou um momento em offerecer a sua espada á junta provisoria, creada na cidade do Porto, e que em 9 do referido mez de outubro começou a funcionar *em nome da nação e da rainha*, proclamando esta coacta pela camarilha do paço.

Approximando-se do Porto o barão (depois conde) do Casal com uma columna de tropas hostis á junta, encarregou esta o general visconde de Sá de commandar a expedição que devia sair do Porto em perseguição d'aquella columna. Organizando-se á pressa uma divisão de pouco mais de 3:000 homens, composta dos regimentos n.ºs 3 e 15 de infantaria, guarda municipal, um contingente de artilheria n.º 3, o 1.º batalhão de artistas e os batalhões nacionaes de Bayão e Vista Alegre, marchou o visconde de Sá em seguimento do barão do Casal, apenas com vinte e quatro horas de atrazo, retirando-se aquelle á praça de Chaves.

O visconde de Sá, seguindo até ahi, tomou posição defronte da praça, e de balde esperou que o inimigo lhe desse batalha. Depois de uma semana de acampamento nas immediações d'aquella villa, pensou na conveniencia de occupar militarmente a provincia de Traz os Montes, e dirigiu-se para a villa de Mirandella, que é a povoação mais central da mesma provincia.

O barão do Casal, comprehendendo o plano do general da junta, e querendo frustral-o, seguiu atrás d'elle e veiu enconral-o em Valle Passos no dia 16 de novembro. O visconde de Sá dispoz as forças do seu commando para dar a acção; porém no começo d'esta, chegando os soldados ao alcance da voz, os dois regimentos n.ºs 3 e 15 prorompem em vivas ao ministerio Saldanha, e passaram-se para as fileiras inimigas, começando desde logo a fazer fogo sobre a restante força da junta.

Entretanto a guarda municipal e o batalhão de artistas sustentaram o fogo por quatro horas, contendo as forças do barão do Casal nas suas posições primitivas. Os batalhões da Vista Alegre e Bayão, não podendo resistir ao choque da cavallaria e do regimento n.º 3, que os

carregára a bayoneta, debandaram, fugindo para a retaguarda, e o proprio visconde de Sá, que se dirigia para a frente das linhas, seria infallivelmente envolvido se o seu ajudante de ordens, o alferes Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, lhe não lançasse as mãos ás redeas do cavallo, trazendo-o a galope para a retaguarda.

Apesar da passagem dos dois corpos para o governo, e do mais occorrido durante a acção, foram sustentadas as principaes posições, e o barão do Casal, recolhendo n'essa noite a Mirandella, seguiu no dia seguinte para Chaves, não continuando a perseguir as forças da junta, contra a expectativa de todos quantos conheciam a superioridade em que ficára pela aquisição dos dois corpos mencionados.

Ao visconde de Sá, ficando-lhe fiel um unico corpo de linha, que foi a guarda municipal, e sendo o resto da força de batalhões nacionaes, nos quaes era maior o enthusiasmo do que a instrucção militar, não era possivel de modo algum perseverar no desempenho da sua commissão sem se arriscar a uma derrota completa; e assim, resolveu retirar para o Porto, seguindo pela estrada de Murça a Favaios, e d'ahi ao porto do Pinhão, onde embarcou com parte das forças, emquanto outra parte seguia pela margem esquerda do Douro a esperal-o na Regua.

Chegando perto d'esta villa, e constando-lhe que uma guerrilha miguelista desarmára um destacamento pertencente ás suas tropas, deixando depois continuar a marcha, mandou desembarcar alguma força em ambas as margens do rio, e depois de um pequeno tiroteio entrou na Regua sem opposição, tendo retirado a dita guerrilha, e ahi pernouteu no dia 19.

No dia seguinte, completando os meios de transporte e embarcando novamente com toda a força que lhe restava, seguiu Douro abaixo até Porto Manço, aonde encontrou uma guerrilha miguelista de mais de 500 homens, commandada em pessoa por Mac-Donald. Os barcos foram atacados com grandes descargas de fuzilaria aos gritos de *Viva D. Miguel I*, o que deu logar a mandar o visconde de Sá desembarcar parte da guarda municipal e do batalhão de artistas, que desalojou as guerrilhas, escapando Mac-Donald a grande custo, e ficando mortos no campo 17 d'aquelles, e prisioneiros 9, dos quaes 1 era official. O tiroteio durou poucas horas, e da força da junta apenas houve 1 morto e 2 feridos.

Continuando a marcha para o Vimieiro, chegou ao Porto no dia seguinte, dando parte do occorrido por officio de 21 de novembro, datado do quartel general da casa pia.

De volta ao Porto não lhe esmoreceu o animo com o revez que soffrera em Valle Passos, em consequencia da traição de dois corpos, e activamente se occupou da reorganisação das forças da junta; nos quatro mezes seguintes áquella data renovou e melhorou as fortificações no Porto, onde se demorou desde novembro de 1846 até março de 1847.

Em março de 1847, entendendo a junta do Porto dever reforçar a divisão do conde de Mello, que se havia recolhido a Portalegre, em consequencia do revez que soffrêra em Extremoz, mandou para o sul uma brigada de 1:100 homens, sob o commando do visconde de Sá. Embarcou, pois, este general com o regimento de fuzileiros da liberdade, um contingente do batalhão academico e dois batalhões de voluntarios, levantando ferro os vapores *Porto* e *Mindello*, que conduziam esta força, no dia 28 de março.

Não podendo effectuar o desembarque em Setubal, ou por não estar lá ainda o conde de Mello, e, não havendo obras de defeza, ser arrojado tentar o desembarque com a força que levava, podendo ser immediatamente atacado por uma força consideravel, que saísse de Lisboa antes de fazer junção, nem deixar guarnição em Peniche, como se suppõe ser a primeira idéa d'aquelle general, em consequencia de estar o mar excessivamente levantado, ou tendo mudado de plano por outras considerações estrategicas, dirigiu-se para Lagos, onde aportou na tarde do dia 29; e tendo de atravessar parte do Algarve e Alemtejo, na extensão de perto de 30 leguas, para reunir-se com o conde de Mello em Setubal, que era o ponto strategico previamente escolhido para centro de operações da divisão do sul, só no dia 16 de abril conseguiu entrar n'aquella villa (hoje cidade); e n'esse mesmo dia passou revista a toda a divisão, sendo entusiasticamente victoriado.

O conde de Mello, que lhe entregára o commando das forças que até ali o seguiam, foi nomeado chefe d'estado maior da divisão do sul, e José Estevão Coelho de Magalhães, quartel mestre general.

A demora que houve na longa marcha de Lagos a Setubal impediu o visconde de Sá de manobrar sobre Lisboa, como porventura tencionava, pois deu tempo a sair contra elle, e a interpor-se entre Setubal e a capital, uma divisão commandada pelo conde de Vinhaes. Tratou, pois, o visconde de Sá de fortificar-se em Setubal, guarnecendo a villa e o forte com artilheria que mandou vir do Algarve, pondo-a em estado de resistir a qualquer ataque, e conservando-se ali por todo o resto do mez de abril.

Os mais exaltados populares, o contingente do batalhão academico, e a final toda a divisão, censuravam esta inactividade e pediam o combate. Por outro lado o visconde de Sá sabia terem-se entabulado negociações diplomaticas entre os governos inglez e hespanhol para intervir na revolução portugueza, e não ignorava tambem que as munições de guerra, especialmente polvora, que tinha em seu poder, eram insufficientes para dar uma acção decisiva ás forças do conde de Vinhaes; é essa a explicação da sua inactividade até ao dia 27 de abril, em que recebeu, por mão do coronel Fitch, um officio de sir H. L. Bulwer, ministro inglez em Madrid, communicando-lhe que no dia 19 os dois governos, hespanhol e inglez, tratavam de uma convenção, que seria

honrosa tanto para o governo da Rainha como para a junta, e aconselhando-o a que não levasse o negocio a extremos, que podiam ser factaes á causa que o visconde seguia.

No dia 29 recebeu o visconde de Sá outra carta de sir G. H. Seymour, e no dia 30 entrava no Sado o vapor de guerra inglez *Polyphemus*, de bordo do qual o coronel Wilde participava ao visconde de Sá que o governo de Lisboa acceitára a mediação de Inglaterra para pôr termo á guerra civil, concluindo por propor a suspensão de hostilidades. N'esse mesmo dia o visconde de Sá respondeu áquellas duas cartas e á do coronel Wilde, dizendo que muito folgaria com a suspensão de hostilidades, porém que a circumstancia de ter o general inimigo construido uma bateria no momento em que acabava de prometter aos parlamentarios de cessar as hostilidades até que voltassem, o collocava na posição de esperar a decisão do general em chefe, e de guardar ainda maiores precauções.

Entretanto a imprudencia exaltava cada vez mais os animos, e os academicos e até alguns commandantes de brigada, chegaram a ir declarar ao visconde de Sá que não respondiam pela disciplina, e instando com elle para dar a acção.

Ora o visconde de Sá não podia declarar a rasão principal da sua inactividade — a falta de polvora — porque divulgando-se esta circumstancia podia ella ser fatal á divisão que commandava. Essa falta ainda era maior do que elle suppunha, porque estando algumas semanas sem pret, os soldados vendiam, para se alimentarem, parte da polvora que lhe fôra distribuida.

Á vista de tudo isto, e sendo eminente a indisciplina, o visconde de Sá optou pelo mal que lhe pareceu menor, reuniu conselho n'essa noite, e resolveu que na madrugada seguinte saíria de Setubal a divisão para se atacar o inimigo nas suas posições:

E com effeito ás seis horas da manhã do dia 1.º de maio começou o ataque, levando a principio grande vantagem as forças da junta, cedendo os inimigos as posições da direita, e sendo destruido o reducto construido na vespera e todas as obras de assedio pela columna que saíra pela estrada de Azeitão. A segunda columna, que saíu pela estrada proxima ao castello de S. Filippe, era destinada a chamar a attenção do inimigo sobre a esquerda, coadjuvando assim a operação principal, que era a tomada do reducto na direita; porém, sendo o batalhão de caçadores 5 todo de recrutas bisonhos, enganado pela guarda municipal de Lisboa, que figurou vir entregar-se, e não podendo os fuzileiros servir-se com vantagem do armamento que haviam recebido na vespera, chegado no vapor *Royal Tar*, por estarem sujos os canos das espingardas e em muitos entupidos os ouvidos, tiveram estes corpos de ceder as suas posições e retirarem para Setubal e os academicos para o castello de S. Filippe.

O visconde de Sá com a sua natural placidez de animo, e rosto aprazível, era frequentes vezes visto no meio da linha de atiradores, e sempre no logar de maior perigo assistia ao cruzamento das balas, como se fôra a salvas de alegria. De todos os lados se requisitava polvora, e a todos o general respondia: «Já lá vae»; porém ella escasseava, e a reserva estava quasi exausta.

N'esta conjunctura, apresentou-se ao visconde de Sá o capitão inglez Mac-Clovertey, da parte do coronel Wilde, convidando o visconde de Sá a suspender o fogo. Na carta d'este dizia-se que tendo Sua Magestade Fidelissima accitado a mediação da Inglaterra, se elle visconde de Sá ficasse victorioso, as forças britannicas se opporiam á passagem do rio, defendendo assim a capital, e que se ficasse vencido, as tropas do seu commando ficariam fôra da amnistia, no caso d'elle não fazer immediatamente suspender o fogo.

A acção durava havia quatro horas e estava no maior calor; porém, o visconde de Sá, reconhecendo a inutilidade de maior sacrificio de vidas, por uma gloria ephemera, e talvez mesmo a difficuldade de continuar a acção por falta de munições, e recebendo do capitão a promessa que o conde de Vinhaes, commandante das forças da Rainha, faria por sua parte cessar o fogo, acquiesceu ao armisticio; e dentro em pouco as forças de ambos os lados recolhiam ás suas primitivas posições, deixando, porém, o solo coberto de mortos e de feridos, o maior numero dos quaes foi das forças de Lisboa, em consequencia da vantagem sobre ellas obtida no principio da acção, bem como dos consideraveis estragos causados pelo bem sustentado fogo da esquadilha, sob o commando de Salter, pelo castello de S. Philippe sob o commando do major Gamito, pelo Forte Velho sob o commando do capitão Horta, e pela bateria de campanha commandada pelo capitão Gilberto Antonio Rolla.

Celebrado o armisticio, nada mais se passou de notavel até ao dia 17 de maio, em que o visconde de Sá, com previa intimação, rompeu novamente as hostilidades, até que a pendencia terminou com o aprisionamento da esquadra do conde das Antas, com uma divisão de 4:000 homens das melhores tropas da junta no dia 31 do mesmo mez.

Este acontecimento foi communicado de bordo da nau ingleza *Hybernia*, por uma carta do almirante W. Parker ao visconde de Sá, pedindo-lhe unicamente que interrompesse as hostilidades e offerecendo-se a mandar vapores para receber a bordo a divisão do sul. Esta carta datada do dia 1, entregue ao visconde de Sá por mão do tenente Vaussitart, teve no dia immediato a resposta do visconde de Sá nos termos seguintes: «*Que se defenderia, se fosse atacado, porém, que á vista do novo e poderoso inimigo que se apresentava contra a causa do povo portuguez, não aggrediria até receber instrucções da junta*», concluia pedindo que mandasse ao porto um dos vapores inglezes com um official do seu estado maior, portador de officios para a junta.

Das cartas particulares, em termos amigaveis, passou-se ás propostas officiaes em termos desabridos; a que o almirante Parker remetteu ao visconde de Sá, por mão do capitão J. Robb, era concebida nos seguintes termos:

1.º Que elle (Sá da Bandeira) deporiam as armas debaixo das mesmas condições que foram concedidas ao conde das Antas, como prisioneiro de guerra dos inglezes.

2.º Que elle e as suas tropas seriam retidos n'uma fortaleza guarnecida por forças d'aquella nação ou a bordo dos navios de Sua Magestade Britannica, não sendo, n'um ou n'outro caso, guardados senão por tropas inglezas.

3.º Que a propriedade dos objectos particulares, ainda mesmo armas e cavallos, seria respeitada.

4.º Que as forças do commando do visconde de Sá seriam conduzidos até á fortaleza ou navios destinados a recebê-los em vasos de guerra britannicos.

Este officio entregue no dia 4 foi no mesmo dia respondido pelo visconde de Sá, que repelliu as propostas, visto não ter ainda recebido resposta da junta do Porto; e por essa occasião declarou associar-se ao protesto lavrado pelo conde das Antas contra o acto de aprisionamento praticado pela esquadra ingleza.

No dia 12 do mesmo mez de junho foi dirigida ao visconde de Sá uma nota dos plenipotenciarios de Hespanha, França e Inglaterra, communicando-lhe que a junta do Porto acceitára definitiva e officialmente as quatro condições que formam a base da mediação e que foram novamente consignadas no protocollo assignado em Londres no dia 21 de maio, convidando a que deixasse a attitude hostile e procedesse ao desarmamento das praças do seu commando, e declarando-lhe que quando elle não annuisse a esta *rogativa*, começariam immediatamente as hostilidades da força estrangeira contra a divisão do seu commando. Com esta nota era remetida uma proclamação de Sua Magestade a Rainha e o decreto de amnistia. O visconde de Sá respondeu, que logo que a junta suprema do governo do reino acceitára as quatro condições que serviam de base á mediação, era dever seu obedecer ás ordens da junta e seguir o seu exemplo. Esta resposta foi dirigida ao almirante Parker, e com ella foi o chefe do estado maior, Marques de Mello, para tratar pessoalmente do desarmamento com o almirante. Para este fim mandava o visconde de Sá uma proposta em treze artigos, alguns dos quaes não foram acceites pelo almirante: o que deu logar a nova carta do visconde de Sá, dizendo-lhe que os referidos artigos, especialmente aquelles em que propunha a conservação das armas ás praças da junta até chegarem aos seus destinos, e a sua conducção a bordo de vapores inglezes (o que aliás era implicitamente comprehendido na 2.ª das bases da mediação) eram calculados para facilitar e levar a effeito com o deseja-

vel socego a transacção do desarmamento; que as forças do seu commando não poderiam embarcar desarmadas a bordo de navios portu-guezes sem que parecessem prisioneiros do governo de Lisboa, o que aliás muito convinha evitar mesmo apparentemente; que n'esse caso o desarmamento dos seus soldados determinado por elle proprio, seria um facto que não lhe parecia honroso, e cuja responsabilidade não assumiria; que as alterações feitas nos artigos propostos exacerbariam os animos dos soldados, podendo dar origem a incalculaveis desgraças e inutil effusão de sangue, para o qual não querendo concorrer, estava disposto a resignar antes e immediatamente o commando que lhe fôra confiado pela junta, se acaso não fossem acceitas as suas propostas n'aquelle ponto.

Foi o conde da Taipa o encarregado de levar esta resposta; porém, durante a correspondencia, uma parte das forças de Setubal, constan-do-lhe que se pretendia desarmal-a, poz-se desde logo, e sem attenção a ordem superior, em retirada para fóra da villa, marchando armada para o interior da provincia. O general Vinhaes, sabendo esta circum-stancia, pediu auctorisação ao almirante inglez para entrar na villa em perseguição das forças que se retiraram; porém o visconde de Sá de-clarou terminantemente que se opporia a tal passo emquanto tivesse um soldado debaixo das suas ordens. O almirante, pelo contrario, jul-gou que o visconde deveria convir na permissão solicitada; este vendo que todas as suas tropas já tinham saído da villa, deixando-o sem meios de resistencia, e recebendo do almirante nova offerta de ir para seu bordo com os officiaes que o quizessem acompanhar, sendo ali conside-rados como refugiados e não como prisioneiros, recolheu-se effectivamente a bordo do vapor inglez *Sidon*, com todo o seu estado maior e varios outros officiaes, respondendo d'ahi, em data de 16, á nota dos represen-tantes alliados.

Póde dizer-se que terminou n'esse dia a historia militar do visconde de Sá da Bandeira.

De 1847 para cá não tornou a ter occasião de desembainhar a sua valente espada em defeza das liberdades patrias.

*

* *

Comprehendido na amnistia de 28 de abril e 27 de julho de 1847, foi promovido a marechal de campo em 1851, contando a antiguidade de 29 de abril, e em 8 de agosto immediato foi nomeado director da es-cola do exercito, cargo este que exerceu até morrer, com aquelle zêlo que caracterisava todos os seus actos.

Não tomou parte activa na revolução de 1851, á testa da qual se apresentou o duque de Saldanha.

Em 6 de junho de 1856 entrava no ministerio presidido pelo marquez de Loulé, occupando a pasta da marinha, e interinamente a das obras publicas, de 6 a 25 de junho, a da guerra desde 23 de janeiro a 8 de setembro de 1857, e de 16 de dezembro de 1858 a 16 de março de 1859, em que essa administração caiu e foi substituída pela do duque da Terceira.

Foi auctor e referendou a lei de 14 de julho de 1856 (publicada na ordem do exercito n.º 53, de 11 de novembro d'esse anno) que aboliu para o exercito os castigos das varadas e das pancadas com espada de prancha.

É tambem d'elle o regulamento para a execução d'essa lei, em que se estabelecem penas para as transgressões de disciplina militar, para os incorrigiveis, e em que se prohibem as reclamações collectivas, e permittindo só as individuaes.

Na lei de 12 de agosto d'esse anno creou um collegio das missões ultramarinas e estabeleceu outras providencias para a educação e instrucção do clero e a preparação dos missionarios para as dioceses e missões do real padroado na Asia, Africa e Oceania.

N'outra lei de 21 de agosto do referido anno regulou a alheação dos terrenos baldios do ultramar, pertencentes ao estado.

Em 21 de setembro de 1857 fôra promovido a tenente general, e em 9 de julho de 1860 nomeado conselheiro d'estado effectivo.

Em 3 de dezembro d'este ultimo anno occupou a pasta da guerra, no ministerio presidido pelo marquez de Loulé, e saindo este para Turim para d'ahi acompanhar Sua Magestade a Rainha a senhora D. Maria Pia, até Lisboa, exerceu interinamente a presidencia e a pasta dos estrangeiros, de 12 de setembro a 6 de outubro de 1862. Saiu do ministerio em 14 de janeiro de 1864.

Em 13 de fevereiro de 1864 foi o nobre visconde elevado ao titulo de marquez de Sá da Bandeira, e em 5 de março de 1865, presidindo o duque de Loulé, entrou para a pasta da guerra o marquez de Sá, que em 17 de abril assumiu a presidencia do mesmo gabinete, e tomou conta da pasta da marinha, interinamente, sendo exonerado de umas e outras funcções em 4 de setembro de 1865. Teve as honras de ajudante de campo de El-Rei D. Luiz em 26 de março de 1864, e foi nomeado seu ajudante de campo em 24 de agosto de 1866.

Em 22 de julho de 1868 presidiu novamente o conselho de ministros, e occupava a pasta da guerra, e interinamente a dos estrangeiros, de 18 de novembro a 9 de dezembro, na ausencia do conselheiro Carlos Bento da Silva, e depois desde 17 de dezembro a 11 de agosto de 1869, pela exoneração do dito conselheiro. Saiu em 11 de agosto de 1869, em que lhe succedeu o ministerio do duque de Loulé.

Em 29 de agosto de 1870 foi encarregado da presidencia do conselho, da pasta da guerra e interinamente da da marinha, até 29 de

outubro, em que lhe succedeu a administração presidida pelo sr. marquez d'Ávila e de Bolama.

A sua passagem pelos diversos ministerios, que occupou desde 1832 a 1870, foi assignalada por bastantes medidas de interesse publico, e n'estes ultimos annos deve merecer especial menção a nobre insistencia com que pugnou na camara dos pares pela defeza militar do paiz, tendo a final sido encarregado de dirigir as fortificações de Lisboa e seu porto, por carta regia de 20 de março de 1873, trabalhos estes que teve a satisfação de ver começar, e que elle suppunha a base fundamental e indispensavel do systema da defeza de todo o reino. As suas idéas a tal respeito acham-se plenamente desenvolvidas em um opusculo que elle publicou em 1866.

A sua propaganda em favor dos escravos, tanto na imprensa como no parlamento, obteve tambem todos os resultados que ambicionava, pois chegou a ver publicada a lei da sua iniciativa, que estabeleceu em todas as colonias portuguezas a liberdade dos escravos, e viu regulamentadas as disposições que tendem a tornar faceis e bem accites as determinações d'essa lei. Devia-lhe igualmente ser mui agradavel o ter visto a homenagem que a Portugal prestou o presidente da grande republica americana, quando lhe constou a iniciativa tomada pelo nosso paiz n'essa medida tão civilisadora como humanitaria.

Portugal, que havia sido a primeira das nações colonias que tén-tára reconhecer a liberdade dos escravos; que deu o exemplo da sua solicitude humanitaria, reconhecendo pela lei de 8 de maio de 1758 a liberdade e propriedade aos indios do Brazil, e logo depois pela lei de 19 de setembro de 1761, libertando todos os escravos, logoque tocassem qualquer terra de Portugal; devia tambem acabar a sua obra generosa, fazendo desaparecer dos seus dominios os vestigios da condição servil, e completando os designios preparados no decreto de 10 de dezembro de 1836, devido ao illustre marquez de Sá; no tratado com a Inglaterra de 3 de julho de 1842, nos decretos de 14 de dezembro de 1854, 29 de abril de 1858 e 25 de fevereiro de 1869.

Obra tão humanitaria e racional devia ter seu sabio complemento na lei de 29 de abril de 1875, que foi ainda devida á nobre perseverança do Wilberforce portuguez!

A sua iniciativa são devidas quasi todas as recentes instituições em beneficio do exercito, taes como a reforma da escola do exercito, as escolas regimentaes, o beneficio aos capitães de 1.^a classe, augmento de soldo e pret, padaria militar, etc.

*

* *

Tão nobre e laboriosa carreira terminou no dia 6 de janeiro d'este anno, enchendo de lucto o paiz que na pessoa de tão distincto cidadão

considerava uma das suas glorias e via um dos seus mais devotados servidores.

O seu nome ou a sua voz acham-se associados a todos os grandes commettimentos, a todas as idéas de engrandecimento moral e material, que n'estes ultimos quarenta annos tem visto a luz publica, e fizeram da monarchia velha um cadaver, introduzindo na nova sociedade os elementos e as aspirações que a ennobrecem hoje.

No seu epitaphio glorioso, senão houvesse o conhecimento da manifestação da sua última vontade, deviam escrever-se, alem de Ega, Ponte da Barca, Prado, Cruz de Morouços, Vouga, Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, S. Miguel, Porto, Ponte Ferreira, Serra do Pilar, Algarve, Peniche, Alentejo, Serra de El-Rei e Obidos, liberdade dos escravos, defeza do paiz, melhoramentos no exercito!

Bravo entre os mais bravos, tinha sobre tudo Sá da Bandeira o condão de manter a mais plena liberdade de espirito, mesmo nos maiores conflictos.

No meio das balas conservava nos labios aquelle franco sorriso, que era o reflexo da lealdade do seu character e da ingenuidade da sua alma.

Não era só um bravo soldado, era tambem um general de plano, ante cujos talentos militares se inclinava reverente o proprio almirante Napier.

Algumas pessoas lhe censuraram o esquecer-se demasiado do pe-rigo, quando commandava uma acção, e arriscar temerariamente a sua pessoa.

Não sabemos até que ponto tenha fundamento semelhante censura, mas pelo que se acha escripto ácerca d'essas acções, por historiadores insuspeitos, só se deprehende que o valente general velava mais pelos seus, do que pela propria pessoa, sendo sempre visto socegado e risonho, onde maiores estragos faziam as balas inimigas. Ás observações que o seu estado maior lhe fazia, para resguardar-se mais, respondia, alludindo ao seu defeito de ouvido... «*Se eu não as ouço (as balas)...*»

Não foi na tribuna um orador eloquente, d'essa eloquencia tribu-nicia dos Rebellos da Silva ou dos José Estevão, nem era tão pouco argumentador argucioso. O sophisma repugnou sempre á rectidão das suas intenções, como tambem não foi cultor esmerado d'essas flores de rhetorica, condão natural de outros estadistas.

As suas palavras eram simples e meditadamente sinceras e francas, porque eram sempre conducentes a exprimir o seu sentir intimo e a verdade das suas convicções arraigadas.

Fallava o marquez de Sá, e a sua voz era religiosamente escutada; jamais pessoa alguma ousou conceber uma idéa suspeita sobre a lealdade das suas palavras; todos acreditavam nos seus firmissimos sentimentos de dedicação pelo bem do paiz.

Á mingua de dotes oratorios, de expressões fluentes, de riquezas de estylo, irradiava da nobre fronte do marquez de Sá a aureola do verdadeiro patriotismo, quando com a sua palavra firme e singela pugnavá pelo engrandecimento da sua patria!

*
* *

O marquez de Sá da Bandeira tinha as seguintes distincções, ganhas pelos seus elevados meritos e relevantes serviços.

A commenda da Torre e Espada, a medalha de oiro de quatro campanhas da guerra peninsular, a gran-cruz das ordens de Christo, da Torre e Espada, da Rosa e do Cruzeiro do Brazil, de Leopoldo da Belgica, de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, de Carlos III e de Isabel a Catholica de Hespanha, de S. Salvador da Grecia, de Francisco José de Austria, de S. Gregorio Magno de Roma, de Santa Rosa de Honduras, e grande official da Legião de Honra, cavalleiro da Anunciada de Italia, a medalha de D. Pedro e de D. Maria, algarismo n.º 9.

Foi elogiado na ordem do dia 11 de abril de 1834 pelo bem que desempenhou a commissão de que foi encarregado, e pela pericia e conhecimentos que desenvolvêra, libertando o reino do Algarve, e augmentando o conceito que merecia a Sua Magestade Imperial pelos seus feitos heroicos.

Elogiado na ordem n.º 208 do dia 12 de maio, pela maneira distincta com que se conduziu durante a acção de 24 de abril, em S. Bartholomeu de Messines, e depois na retirada para a cidade de Silves.

Era director da escola do exercito e presidente do conselho ultramarino; primeiro ajudante de campo de El-Rei D. Luiz, e presidente da commissão da defeza de Lisboa.

Era socio emerito da academia real das sciencias de Lisboa, e membro de algumas das principaes sociedades geographicas da Europa.

Tendo-se fundado em Lisboa uma sociedade geographica, inscreveu-se logo n'ella como socio, empenhando-se na celebração de um contrato com um geologo allemão para a exploração scientifica das nossas Africas.

Foi nomeado presidente da commissão encarregada de propor o local e meios adequados para se erigir um monumento ao duque da Terceira, e teve a satisfação de assistir ao solemne lançamento da primeira pedra d'esse monumento no dia 24 de julho de 1875.

Foi elle que na sessão de 21 de março de 1874 da camara dos pares, havia apresentado uma proposta para que se recommendasse ao governo que tomasse *as medidas necessarias a fim de que na cidade de*

Lisboa seja erigido um monumento dedicado á memoria do marechal do exercito duque da Terceira.

*

* *

As principaes obras publicadas pelo honrado marquez foram as seguintes:

Documentos officiaes sobre a negociação do tratado entre Portugal e a Gran-Bretanha, para a suppressão do trafico da escravatura, mandados imprimir por ordem da camara dos senadores — 1839.

O trafico da escravatura e o bill de lord Palmerston — 1840.

Reflexões sobre a pratica do direito eleitoral, em 1845, dirigidas a s. ex.^a o marechal ministro da guerra, e aos senhores generaes e officiaes do exercito.

Carta do visconde de Sá da Bandeira ao conde de Santa Maria, sobre a liberdade de votos dos officiaes militares — 1845.

Carta segunda ao conde de Santa Maria: contém o exame das accusações que com auctorisação de s. ex.^a lhe foram dirigidas — 1845.

Correspondencia entre o visconde de Sá, os ministros plenipotenciarios e outros agentes signatarios do protocollo de 1847-1848.

Apontamentos historicos com a epigraphie La force était son droit, la faiblesse était son crime — 1847.

A interferencia ingleza nos negocios de Portugal — 1847.

Factos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territorios de Molembo, Cabinda e Ambriz, e mais logares da costa occidental de Africa — 1856.

Zambezia e Sofala: mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos, portuguezes e estrangeiros, pelo visconde de Sá da Bandeira — 1861.

Cultura do algodão, noticia sobre esta cultura, modo de trazer o seu producto ao commercio — 1862.

Memoria sobre as fortificações de Lisboa — 1866.

Lettre adressée au comte Goblet d'Alvielle par le marquis de Sá da Bandeira, sur l'ouvrage «L'établissement des Cobourg en Portugal», accompagnée d'une notice sur les événements qui ont eu lieu dans ce pays depuis 1836. — Lisbonne, 1870.

Carta dirigida ao ex.^{mo} sr. José Maria Latino Coelho, sobre a reforma da carta constitucional, pelo marquez de Sá da Bandeira — 1872.

O trabalho rural africano e a administração colonial, pelo marquez de Sá da Bandeira — 1873.

A emancipação dos libertos. Carta dirigida ao ex.^{mo} sr. Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes, presidente da relação de Loanda, pelo marquez de Sá da Bandeira — 1874.

Attribue-se-lhe tambem *A parte geographica da monarchia portugueza na Folhinha da Terceira para 1832*, publicada em Angra do Heroismo.

Lettre au comte Goblet d'Alvielle sur les événements politiques de Portugal, de 1836, 1839 e 1870.

Notes officielles du vicomte de Sá da Bandeira et du baron de Ribeira de Sabrosa, en réponse à lord Howard de Walden en 1839.

Notas sobre o plano de defeza de Lisboa, pelo marquez de Sá da Bandeira — 1867.

*

* *

Foram imponentes as manifestações de toda a imprensa da capital e das provincias. Alem d'essas as da côrte, do corpo diplomatico, dos corpos legislativos, dos ministros, do funcceionalismo, no triste cortejo do acompanhamento dos restos mortaes do venerando general, demonstraram ao paiz quanto era grande a perda sentida e quanto desejaram tomar parte no pagamento de uma divida de gratidão tão geralmente reconhecida por todos!

Via-se a multidão formando alas, aos milhares, n'esse immenso tracto que da casa onde elle fallecêra até á estação do caminho de ferro em Santa Apollonia, faziam acompanhamento ao carro funebre que conduzia o seu cadaver.

Bem cedo ainda começára a concorrer muito povo para a casa do general, indo até muitas senhoras orar á capella ardente onde elle fôra depositado.

O corpo estava n'um caixão de madeira, dentro de um outro de chumbo fechado, mas tendo uma abertura com um vidro, que deixava ver o rosto e o pescoço do general.

A um dos lados do caixão estava uma corôa de perpetuas com fitas roxas com este distico: *Saudade perpetua tributa Maria José Antas Coelho de Sá Nogueira em 9 de janeiro de 1876.*

Via-se alem d'esta uma outra corôa do sr. Gil Carneiro, tendo fitas pretas e as seguintes palavras: *Escravos livres. Offerece Gil Carneiro em homenagem de gratidão d'esses milhares de homens que elle arrancou á escravidão.*

A divisão formava nas ruas do transito, tocando marchas fúnebres, e indicando com a sua presença que prestava ali respeitosa homenagem ao general que em vida fôra seu amigo, companheiro e protector!

Na gare do caminho de ferro o conselheiro director da companhia com os seus empregados veiu receber o funebre cortejo; e em seguida, collocado o caixão na camara ardente do comboio, partiu este em direcção a Santarem, sendo acompanhado pelas commissões dos grupos politicos denominados reformista, historico e regenerador.

A escola do exercito, a escola polytechnica, a academia real das sciencias de Lisboa, o collegio militar, a associação dos engenheiros civis, a commissão primeiro de dezembro, a associação dos logistas, o gremio popular, a civilização popular, a associação geographica, a associação cooperativa primeiro de dezembro, differentes redacções dos jornaes de Lisboa e Porto, a academia civilização, a associação commercial, a camara municipal de Lisboa, uma deputação do corpo de aspirantes de marinha; todos se fizeram representar por alguns dos seus membros.

Chegado a Santarem, era ali tambem imponente, senão mais imponente o aspecto da cidade!

Os seus habitantes trajavam luto rigoroso; os estabelecimentos fechados, e bem assim as repartições publicas, todos ali quizeram receber com o respeito que lhes era devido as reliquias venerandas de um seu filho benemerito, que de mais a mais escolhêra aquella cidade para ali repousar o somno eterno.

A cidade onde nascêra o valente general, aquelle que lhe merecêra sempre o maior affecto, pela qual elle se interessára tanto, quer nos conselhos da corôa, quer fôra d'elles, para que fosse considerada e protegida, quiz em tão triste occasião manifestar a sua gratidão, compartilhando o sentimento publico que em todos os angulos do paiz se havia expressado de um modo tão honroso.

Na igreja de S. Salvador, onde fôra baptisado, rezaram-se-lhe os responsos do ritual, e conduzido d'ali ao cemiterio, recebeu-o o tumulo do grande patriota Manuel da Silva Passos, aquelle que fôra seu companheiro nos conselhos da corôa, e realisára em setembro de 1836 com elle todas essas reformas liberaes que tão bom nome deram a estes estadistas.

Junto ao tumulo pronunciaram-se diversos discursos, proprios de tão triste solemnidade, sendo o mais sentido o do sr. Elias Garcia, em nome da escola do exercito e da camara municipal de Lisboa, e o do sr. Assis de Carvalho, por parte dos estudantes que completaram o curso militar da escola do exercito.

*

* *

Entre os papeis do sr. marquez de Sá da Bandeira encontraram-se os seguintes:

«*Disposições para o meu funeral.* — 1.^a Quero que o meu corpo seja sepultado no cemiterio da cidade de Santarem, á qual tenho tido sempre especial afeição, por haver nascido n'ella, e pela sympathia que á mesma cidade me causaram os seus infortunios, soffridos pela invasão dos francezes e guerra civil.

«2.^a Quero que, no caso de eu fallecer em Lisboa, o meu corpo

seja transportado directamente da casa que habitar, para a estação do caminho de ferro de leste, sendo acompanhado pelo parcho da freguezia e por quatro ou seis dos meus antigos camaradas, qualquer que tenha sido o seu posto, das campanhas da independencia nacional, e da liberdade constitucional.

«3.^a Quero que não haja algum outro acompanhamento nem pompa de sorte alguma, e que se não façam convites nem avisos nos jornaes, nem que concorra tropa ao acto funebre, nem se empreguem coches da casa real. Os quatro ou seis camaradas que ficam indicados, bastarão para o acompanhamento.

«4.^a Quero que em Santarem se façam os officios na igreja do Salvador, em cuja freguezia nasci, e que estes officios constem apenas de uma missa rezada com as ceremonias do ritual.

«5.^a Quero que, por occasião do meu fallecimento, sejam dadas esmolas a gente pobre da freguezia em que eu fallecer, e da freguezia do Salvador, em Santarem.

«6.^a Desejo que no referido cemiterio meu corpo fique coberto com uma simples campa rasa, cercada com uma grade de ferro, e que haja n'esta campa o seguinte epitaphio:

BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA

FOI SOLDADO DESDE O DIA 4 DE ABRIL DE 1810;
 COMBATENDO PELA INDEPENDENCIA DA PATRIA, FOI GRAVEMENTE FERIDO
 E DEIXADO POR MORTO NO CAMPO DE VIELLE, EM FRANÇA;
 COMBATENDO PELA LIBERDADE, FOI FERIDO QUATRO VEZES,
 E PERDEU O BRAÇO DIREITO NO ALTO DA BANDEIRA.
 SERVINDO O SEU PAIZ, SERVIU AS SUAS CONVICÇÕES;
 MORRE SATISFEITO, A PATRIA NADA LHE DEVE.
 NASceu EM SANTAREM EM 26 DE SETEMBRO DE 1795
 E FALLECEU EM DE DE 187

«7.^a Quero que junto á minha sepultura seja plantada uma arvore, mas não cypreste, sendo, por exemplo, uma nogueira.

«Lisboa, 24 de maio de 1872. — *Sá da Bandeira.*»

«Tendo eu offerecido á escola do exercito e mandado para a sua bibliotheca a maior parte dos meus livros e mappas, recomendo agora a quem me succeder, que para a mesma escola faça remetter os livros sobre assumptos militares, mappas e mais papeis sobre os mesmos assumptos, que, no dia do meu fallecimento, se acharem na casa da minha ordinaria residencia.

«Havendo eu reorganizado esta escola no anno de 1873, e tendo um consideravel numero de seus alumnos adquirido nome honroso, como distinctos funcionarios publicos, resultado devido não sómente ao seu talento e applicação, mas tambem, em grande parte, ao saber e ao zêlo

dos seus professores e instructores, e tendo eu estado, ha mais de vinte annos, á testa d'esta escola, faço a presente recommendação, com o fim de deixar um testemunho do apreço em que tenho o corpo cathedratico da escola, bem como os mais empregados e alumnos, e da affeição que tenho a este instituto, e desejo que ao conselho da escola seja transmittida uma copia d'esta recommendação.

«Lisboa, 26 de abril de 1872. — *Sá da Bandeira.*»

«Durante muitos annos, occupei-me com verdadeiro interesse dos negocios das colonias portuguezas, e reuni um consideravel numero de noticias relativas a esses negocios, as quaes se acham dentro de alguns cartões e pastas que estão na casa que habito. E como algumas d'essas noticias possam ser uteis, quando se tratar dos interesses das ditas colonias, por isso desejo que quem me succeder as offereça á junta consultiva dos negocios do ultramar, e que lh'as envie, no caso de ella as aceitar.

«Lisboa, 26 de abril de 1872. — *Sá da Bandeira.*»

O sr. marquez de Sá, alem de 3:000 volumes com que presenteou a escola do exercito, havia mandado para a collecção de modelos um braço artificial que lhe offerecêra em 1845 o duque de Palmella, e bem assim um garfo e faca que lhe offerecêra o coronel Hare para uso das pessoas que tem sómente um braço.

Eis as notas que d'estes objectos escreveu o proprio marquez com o seu punho, e que acompanhavam as offertas referidas :

«*Braço artificial.* — O braço artificial, da invenção de Van Pater-son, que contém esta caixa, foi usado, pelo abaixo assignado, com bom exito, durante algum tempo; podendo com a respectiva mão levar um copo de agua á bôca, segurar um chapéu, e fazer outros serviços.

«Elle não continuou a empregar-o por se haver habituado a prescindir do uso do braço direito que perdêra no Alto da Bandeira, em 8 de setembro de 1832, no primeiro ataque dirigido contra a cidade do Porto, da qual elle era governador militar.

«Este braço artificial foi offerecido ao abaixo assignado, pelo duque de Palmella, em 1845, logo depois de haver sido inventado; e agora elle offerece-o á escola do exercito, para a sua collecção de modelos.

«Lisboa, 9 de fevereiro de 1871. — *Sá da Bandeira.*»

É acompanhada da descripção do machinismo, escripta pelo punho do sr. marquez de Sá da Bandeira, extrahida do *Journal des Débats*, de 19 de fevereiro de 1845.

A offerta foi recebida estando o conselho reunido, o qual mandou fazer uma machineta em que se guardasse o machinismo, e acha-se no gabinete de armas.

«*Garfo e faca para uso de pessoa que tem sómente um braço.*—O exemplar que contém esta caixa foi offerecido ao abaixo assignado, pelo coronel Hare, do exercito britannico, official mui digno, que esteve em commissão do seu governo, no quartel general de Sua Magestade o duque de Bragança.

«O abaixo assignado pouco uso fez d'este util instrumento; e offerece-o agora á escola do exercito para a sua collecção de modelos.

«Lisboa, 9 de fevereiro de 1871.—*Sá da Bandeira.*»

Deixou tambem o seguinte escripto junto ao seu testamento:

«Bernardo de Sá Nogueira fallecido em... Soldado desde 4 de abril de 1810, batalhei sempre pela liberdade e independenciá da patria. Estive caído por morto em Vielle, França. Fui ferido quatro vezes no cêrco do Porto; n'uma perdi um braço. O paiz nada me deve.»

No seu testamento beneficia sua filha, dois irmãos e irmã, e bem assim manda gratificar todos os seus creados e caseiros. Declara que recebêra em 1834 da repartição competente da comarca de Santarem, titulos no valor de 23:000\$000 réis, por lhe haverem n'aquella epocha incendiado a casa por ordem pessoal do sr. D. Miguel, com direito a indemnisação, que nunca reclamára.

*

* *

Não será fóra de proposito dar logar aqui, n'este imperfeito e rapido trabalho, a algumas anedotas que se referem a este insigne veterano, e mostram a importancia da perda que a patria acaba de soffrer.

Estando em 1832 com o Imperador, o sr. João Baptista Ribeiro, director que foi da academia polytechnica do Porto, muito apreciado por Sua Magestade pelo seu merecimento e distinctas qualidades, e vendo o Imperador que para o seu palacio se dirigiam todos os ministros¹, disse para o dito Ribeiro: *o Sá Nogueira com a sua honra cobre todo o ministerio que ali vem em linha*», phrase esta tão espontanea quanto merecida pelo character probo do valente militar a que se referia.

— O marquez de Sá passeiava com o sr. D. Pedro V em Cintra, e ao passarem por diante da quinta de um ricasso, que grangeára no Brazil grandes haveres, o marquez parou, e apontando para as aguas que repuxavam no tanque, disse para El-Rei:

— Sabe Vossa Magestade o que está ali correndo?

— O que ali corre? tornou o sr. D. Pedro espantado. É agua.

¹ Eram os seguintes: marquez de Palmella, reino e estrangeiros; José Xavier Mousinho da Silveira, fazenda; Agostinho José Freire, guerra; Joaquim Antonio de Magalhães, justiça; Bernardo de Sá Nogueira, marinha e ultramar.

Em 6 de junho de 1856 entrava no ministerio presidido pelo marquez de Loulé, occupando a pasta da marinha, e interinamente a das obras publicas, de 6 a 25 de junho, a da guerra desde 23 de janeiro a 8 de setembro de 1857, e de 16 de dezembro de 1858 a 16 de março de 1859, em que essa administração caiu e foi substituída pela do duque da Terceira.

Foi auctor e referendou a lei de 14 de julho de 1856 (publicada na ordem do exercito n.º 53, de 11 de novembro d'esse anno) que aboliu para o exercito os castigos das varadas e das pancadas com espada de prancha.

É tambem d'elle o regulamento para a execução d'essa lei, em que se estabelecem penas para as transgressões de disciplina militar, para os incorrigiveis, e em que se prohibem as reclamações collectivas, e permittindo só as individuaes.

Na lei de 12 de agosto d'esse anno creou um collegio das missões ultramarinas e estabeleceu outras providencias para a educação e instrucção do clero e a preparação dos missionarios para as dioceses e missões do real padroado na Asia, Africa e Oceania.

N'outra lei de 21 de agosto do referido anno regulou a alheação dos terrenos baldios do ultramar, pertencentes ao estado.

Em 21 de setembro de 1857 fôra promovido a tenente general, e em 9 de julho de 1860 nomeado conselheiro d'estado effectivo.

Em 3 de dezembro d'este ultimo anno occupou a pasta da guerra, no ministerio presidido pelo marquez de Loulé, e saindo este para Turim para d'ahi acompanhar Sua Magestade a Rainha a senhora D. Maria Pia, até Lisboa, exerceu interinamente a presidencia e a pasta dos estrangeiros, de 12 de setembro a 6 de outubro de 1862. Saiu do ministerio em 14 de janeiro de 1864.

Em 13 de fevereiro de 1864 foi o nobre visconde elevado ao titulo de marquez de Sá da Bandeira, e em 5 de março de 1865, presidindo o duque de Loulé, entrou para a pasta da guerra o marquez de Sá, que em 17 de abril assumiu a presidencia do mesmo gabinete, e tomou conta da pasta da marinha, interinamente, sendo exonerado de umas e outras funcções em 4 de setembro de 1865. Teve as honras de ajudante de campo de El-Rei D. Luiz em 26 de março de 1864, e foi nomeado seu ajudante de campo em 24 de agosto de 1866.

Em 22 de julho de 1868 presidiu novamente o conselho de ministros, e occupava a pasta da guerra, e interinamente a dos estrangeiros, de 18 de novembro a 9 de dezembro, na ausencia do conselheiro Carlos Bento da Silva, e depois desde 17 de dezembro a 11 de agosto de 1869, pela exoneração do dito conselheiro. Saiu em 11 de agosto de 1869, em que lhe succedeu o ministerio do duque de Loulé.

Em 29 de agosto de 1870 foi encarregado da presidencia do conselho, da pasta da guerra e interinamente da da marinha, até 29 de

outubro, em que lhe succedeu a administração presidida pelo sr. marquez d'Ávila e de Bolama.

A sua passagem pelos diversos ministerios, que occupou desde 1832 a 1870, foi assignalada por bastantes medidas de interesse publico, e n'estes ultimos annos deve merecer especial menção a nobre insistencia com que pugnou na camara dos pares pela defeza militar do paiz, tendo a final sido encarregado de dirigir as fortificações de Lisboa e seu porto, por carta regia de 20 de março de 1873, trabalhos estes que teve a satisfação de ver começar, e que elle suppunha a base fundamental e indispensavel do systema da defeza de todo o reino. As suas idéas a tal respeito acham-se plenamente desenvolvidas em um opusculo que elle publicou em 1866.

A sua propaganda em favor dos escravos, tanto na imprensa como no parlamento, obteve tambem todos os resultados que ambicionava, pois chegou a ver publicada a lei da sua iniciativa, que estabeleceu em todas as colonias portuguezas a liberdade dos escravos, e viu regulamentadas as disposições que tendem a tornar faceis e bem acceites as determinações d'essa lei. Devia-lhe igualmente ser mui agradavel o ter visto a homenagem que a Portugal prestou o presidente da grande republica americana, quando lhe constou a iniciativa tomada pelo nosso paiz n'essa medida tão civilisadora como humanitaria.

Portugal, que havia sido a primeira das nações colonias que tentára reconhecer a liberdade dos escravos; que deu o exemplo da sua solicitude humanitaria, reconhecendo pela lei de 8 de maio de 1758 a liberdade e propriedade aos indios do Brazil, e logo depois pela lei de 19 de setembro de 1761, libertando todos os escravos, logoque tocassem qualquer terra de Portugal; devia tambem acabar a sua obra generosa, fazendo desaparecer dos seus dominios os vestigios da condição servil, e completando os designios preparados no decreto de 10 de dezembro de 1836, devido ao illustre marquez de Sá; no tratado com a Inglaterra de 3 de julho de 1842, nos decretos de 14 de dezembro de 1854, 29 de abril de 1858 e 25 de fevereiro de 1869.

Obra tão humanitaria e racional devia ter seu sabio complemento na lei de 29 de abril de 1875, que foi ainda devida á nobre perseverança do Wilberforce portuguez!

Á sua iniciativa são devidas quasi todas as recentes instituições em beneficio do exercito, taes como a reforma da escola do exercito, as escolas regimentaes, o beneficio aos capitães de 1.ª classe, augmento de soldo e pret, padaria militar, etc.

*

* *

Tão nobre e laboriosa carreira terminou no dia 6 de janeiro d'este anno, enchendo de lucto o paiz que na pessoa de tão distincto cidadão

considerava uma das suas glorias e via um dos seus mais devotados servidores.

O seu nome ou a sua voz acham-se associados a todos os grandes commettimentos, a todas as idéas de engrandecimento moral e material, que n'estes ultimos quarenta annos tem visto a luz publica, e fizeram da monarchia velha um cadaver, introduzindo na nova sociedade os elementos e as aspirações que a ennobrecem hoje.

No seu epitaphio glorioso, senão houvesse o conhecimento da manifestação da sua ultima vontade, deviam escrever-se, alem de Ega, Ponte da Barca, Prado, Cruz de Morouços, Vouga, Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, S. Miguel, Porto, Ponte Ferreira, Serra do Pilar, Algarve, Peniche, Alemtejo, Serra de El-Rei e Obidos, liberdade dos escravos, defeza do paiz, melhoramentos no exercito!

Bravo entre os mais bravos, tinha sobre tudo Sá da Bandeira o condão de manter a mais plena liberdade de espirito, mesmo nos maiores conflictos.

No meio das balas conservava nos labios aquelle franco sorriso, que era o reflexo da lealdade do seu character e da ingenuidade da sua alma.

Não era só um bravo soldado, era tambem um general de plano, ante cujos talentos militares se inclinava reverente o proprio almirante Napier.

Algumas pessoas lhe censuraram o esquecer-se demasiado do perigo, quando commandava uma acção, e arriscar temerariamente a sua pessoa.

Não sabemos até que ponto tenha fundamento semelhante censura, mas pelo que se acha escripto ácerca d'essas acções, por historiadores insuspeitos, só se deprehende que o valente general velava mais pelos seus, do que pela propria pessoa, sendo sempre visto socegado e risonho, onde maiores estragos faziam as balas inimigas. As observações que o seu estado maior lhe fazia, para resguardar-se mais, respondia, alludindo ao seu defeito de ouvido... «*Se eu não as ouço (as balas)...*»

Não foi na tribuna um orador eloquente, d'essa eloquencia tribunicia dos Rebellos da Silva ou dos José Estevão, nem era tão pouco argumentador argucioso. O sophisma repugnou sempre á rectidão das suas intenções, como tambem não foi cultor esmerado d'essas flores de rhetorica, condão natural de outros estadistas.

As suas palavras eram simples e meditadamente sinceras e francas, porque eram sempre conducentes a exprimir o seu sentir intimo e a verdade das suas convicções arreigadas.

Fallava o marquez de Sá, e a sua voz era religiosamente escutada; jamais pessoa alguma ousou conceber uma idéa suspeita sobre a lealdade das suas palavras; todos acreditavam nos seus firmissimos sentimentos de dedicação pelo bem do paiz.

Á mingua de dotes oratorios, de expressões fluentes, de riquezas de estylo, irradiava da nobre fronte do marquez de Sá a aureola do verdadeiro patriotismo, quando com a sua palavra firme e singela pugnavá pelo engrandecimento da sua patria!

*
* *

O marquez de Sá da Bandeira tinha as seguintes distincções, ganhas pelos seus elevados meritos e relevantes serviços.

A commenda da Torre e Espada, a medalha de oiro de quatro campanhas da guerra peninsular, a gran-cruz das ordens de Christo, da Torre e Espada, da Rosa e do Cruzeiro do Brazil, de Leopoldo da Belgica, de S. Mauricio e S. Lazáro de Italia, de Carlos III e de Isabel a Catholica de Hespanha, de S. Salvador da Grecia, de Francisco José de Austria, de S. Gregorio Magno de Roma, de Santa Rosa de Honduras, e grande official da Legião de Honra, cavalleiro da Anunciada de Italia, a medalha de D. Pedro e de D. Maria, algarismo n.º 9.

Foi elogiado na ordem do dia 11 de abril de 1834 pelo bem que desempenhou a commissão de que foi encarregado, e pela pericia e conhecimentos que desenvolvêra, libertando o reino do Algarve, e augmentando o conceito que merecia a Sua Magestade Imperial pelos seus feitos heroicos.

Elogiado na ordem n.º 208 do dia 12 de maio, pela maneira distincta com que se conduziu durante a acção de 24 de abril, em S. Bartholomeu de Messines, e depois na retirada para a cidade de Silves.

Era director da escola do exercito e presidente do conselho ultramarino; primeiro ajudante de campo de El-Rei D. Luiz, e presidente da commissão da defeza de Lisboa.

Era socio emerito da academia real das sciencias de Lisboa, e membro de algumas das principaes sociedades geographicas da Europa.

Tendo-se fundado em Lisboa uma sociedade geographica, inscreveu-se logo n'ella como socio, empenhando-se na celebração de um contrato com um geologo allemão para a exploração scientifica das nossas Africas.

Foi nomeado presidente da commissão encarregada de propor o local e meios adequados para se erigir um monumento ao duque da Terceira, e teve a satisfação de assistir ao solemne lançamento da primeira pedra d'esse monumento no dia 24 de julho de 1875.

Foi elle que na sessão de 21 de março de 1874 da camara dos pares, havia apresentado uma proposta para que se recommendasse ao governo que tomasse *as medidas necessarias a fim de que na cidade de*

attribuia a ordem mantida no Brazil á conservação do systema estabelecido pelo fundador do imperio.

«O governo deve, pois, tomar providencias, tanto a respeito da defeza do paiz, como a respeito dos meios para evitar para o futuro as causas das dissensões entre as differentes fracções liberaes.»

Queremos crer que o illustre chefe do grupo reformista, se não quizesse, pelas conveniencias da sua posição, guardar certas reservas, seria mais explicito quanto a especificar os pontos em que a reforma da carta tem sido julgada uma necessidade a que deve attender-se.

Comprehende-se hoje que é preciso que a independencia dos poderes do estado seja uma realidade e não uma ficção. Não basta que no pacto fundamental esteja consignada essa independencia. É preciso que na pratica os poderes do estado, completamente separados, tenham a independencia que é julgada indispensavel para a boa governação publica e garantia d'esses poderes, para o bom regimen social.

Até agora não se conhece na pratica senão um só poder, o *executivo*, que assoberba todos os outros, apesar de se dizer na carta que existem outros independentes. O poder executivo nomeia os juizes; o poder executivo faz os deputados; o poder executivo, portanto, domina o poder judicial e o legislativo; e não tendo estes aquella independencia com que a carta os quiz dotar, é evidente que são precisas disposições legislativas que a façam realmente respeitar e garantir, para que essa mesma carta possa dar os fructos desejados.

*

* *

Parece-nos ter tambem aqui logar alguns dos principaes extractos das sessões da camara dos pares, em que o sr. marquez de Sá tomou parte, e onde mostrou sempre a maior tolerancia e urbanidade, a par dos sentimentos da maior justiça e equidade.

Na sessão de 13 de março de 1867, presidindo o sr. conde de Lavradio, e depois do sr. Miguel Osorio pedir explicações ao governo sobre se pretendia propor ao parlamento alguma resolução ácerca dos bens que pertenceram, por morte da Imperatriz-Rainha a senhora D. Carlota Joaquina, ao ex-infante o sr. D. Miguel de Bragança, cuja importancia fôra mandada recolher em deposito por não permittir a lei de 19 de dezembro de 1834, que elle aquinhoasse n'essa herança, e respondendo-lhe o sr. Mártens Ferrão, ministro do reino, *que estando o assumpto regulado por lei, que essa lei só póde ser revogada, ou pela iniciativa do digno par ou do governo, e que permittisse a camara que elle reservasse por ora a sua opinião sobre assumpto tão melindroso*, eis como n'essa occasião fallou o sr. marquez de Sá da Bandeira:

«O sr. *marquez de Sá da Bandeira*: — Sr. presidente, pedi a palavra unicamente para fazer algumas observações sobre o assumpto. Eu fui um dos membros d'esta casa que votaram a lei de 1834, de que se trata, e talvez o unico que esteja presente, e tenho a dizer que quando se fez esta lei, na qual se mandaram processar e executar summariamente as pessoas a que diz respeito, foi só com o fim de aterrar e não com o de executar. Entretanto a lei existe; e eu já ha bastante tempo tinha fallado com o sr. Joaquim Antonio de Aguiar para combinarmos nós os membros d'esta casa, que tínhamos concorrido para fazer essa lei, em uma proposta de lei para modificar a de 1834.

«Agora, sr. presidente, os tempos são outros, as circumstancias mudaram; é necessario attendermos a isto. Acho que a lei deve ser modificada. Para isso poderá uma proposta ser feita por um membro da camara ou pelo governo.

«É porém este que considero mais proprio para a preparar e apresentar, e parece-me que praticaria um bom acto se trouxesse ás côrtes um projecto de lei que correspondesse ao estado actual da civilisação, pondo de parte aquellas disposições exaradas na referida lei, e que foram tomadas para circumstancias que já deixaram de existir: occasiões tem havido, sr. presidente, em que medidas semelhantes se têm proclamado, não com o fim de se executarem, mas sómente de atterrarem; e para prova do que acabo de avançar vou referir um caso que se deu commigo em 1837.

«Tinha então acontecido a revolta chamada dos marechaes. Eu tive a honra de ser nomeado logar-tenente de Sua Magestade a Rainha nas provincias do norte, e chegando á cidade do Porto muitos patriotas informaram-me de que n'aquella cidade existia uma grande conspiração com o fim de excitar tumultos, e que n'ella tinham parte aquelles que eram designados com o nome de *chamorros*; que essa era uma conspiração permanente contra o governo estabelecido, e que portanto era necessario darem-se ordens para que esses individuos fossem immediatamente capturados. Ouvi-os, como devia, com toda a attenção. Respondi observando, que a reunião ou associação de quaesquer individuos era um direito constitucional, e que por isso me parecia que não deviam ser presos só porque se haviam reunido. No entanto o que não era permitido era que qualquer individuo saísse para a rua com as armas na mão contra a ordem de cousas estabelecida.

«Como porém tive motivos para considerar ser verdadeira a informação de que se tratava de transtornar a ordem; publiquei no dia seguinte uma ordem do dia em que determinava que a cidade do Porto era declarada em estado de sitio, e que portanto todos os attentados contra a ordem publica seriam julgados em conselho de guerra e segundo as leis militares, e que as penas impostas por esta lei achavam-se entre os artigos de guerra do regulamento de infantaria de 1763,

dos quaes o artigo 15.º manda executar todo aquelle que for cabeça de motim.

«Esta publicação foi feita sem que existisse a minima intenção de mandar executar a pena do dito regulamento.

«Este exemplo serve unicamente para mostrar que medidas d'esta ordem são de occasião, e tomadas em circumstancias excepçionaes, e quasi sempre mais para aterrar do que para se executarem.»

Na mesma sessão, com referencia á reforma administrativa, eis a maneira por que elle manifestou as suas idéas em favor da manutenção da circumscripção territorial que o governo de então quiz alterar, e que effectivamente alterou, sendo depois revogada pela administração presidida pelo sr. conde d'Avila, hoje marquez d'Avila e de Bolama.

«O sr. *marquez de Sá da Bandeira*: — Eu acabei de ler uma representação da camara municipal de Abrantes, em que pede que seja conservado o districto de Santarem. A minha opinião tambem é de que esse districto deve ser conservado, e não só o de Santarem, mas todos que existam actualmente.

«Se em 1835, quando se fez a divisão do territorio, se tivesse attendido a certas circumstancias, talvez que então se podesse fazer uma melhor divisão: mas agora, tantos annos depois, o que a boa rasão e prudencia aconselham é que se conserve o que está, porque teria mais inconvenientes fazer novas circumscripções. Assim aconteceu em França acerca da divisão de territorio feita depois da revolução.

«As antigas provincias foram divididas em departamentos, confundindo-se ou não se attendendo aos seus anteriores limites. E a divisão então adoptada, com insignificantes alterações, tem sido conservada até hoje.

«A circumstancia de haver presentemente communicações acceleradas entre Lisboa e Santarem não é uma rasão sufficiente para a supressão d'aquelle districto.

«Em todos os paizes da Europa têm sido conservadas as circumscripções das provincias depois da construcção dos caminhos de ferro; e diversas cidades capitaes d'estas provincias estão a menor distancia das capitaes dos respectivos estados, de que o está Santarem de Lisboa. Assim o departamento do Senna, o menos extenso de França, e em que está Paris, acha-se encravado no departamento de Seine-et-Oise, cuja capital é Versailles, que, pela via ferrea, dista meia hora da capital do imperio.

Outros dois departamentos limitrophes, o de l'Oise tem a cidade de Beauvais, sua capital, a 60 kilometros de Paris, e a menos de 40 está Melun, capital do departamento do Seine-et-Marne.

Em Hespanha as provincias de Guadalajara, Toledo, Avila e Sego-

via circumdam a provincia de Madrid e as suas respectivas capitaes, com excepção da de Avila, estão por vias ferreas a menor distancia de Madrid, do que Santarem está de Lisboa, e a população de duas d'estas provincias, a de Avila e a de Segovia, é inferior á do districto de Santarem, que é de 201:000 habitantes, e pouco superior o é a de Guadalajara.

«Das 47 provincias em que se divide o continente de Hespanha, 9 têm menos de 200:000 habitantes. Tambem em França ha 5 departamentos n'estas circumstancias, e 8 provincias no reino de Italia, e bem assim 3 das 11 provincias do reino dos Paizes Baixos, e 1 da Belgica.

«São pois numerosos os exemplos de conservação de circumscripções territoriaes, provincias ou departamentos, cuja população é igual ou inferior á do districto de Santarem, e cujas capitaes se acham a uma distancia menor das capitaes dos respectivos estados do que aquella a que está de Lisboa a villa de Santarem.

«Ainda direi que o que tenho exposto a respeito do districto d'esta villa tem applicação em grande parte ao districto da Guarda em relação com Vizeu. Pois é mais favoravel ás povoações de Almeida, do Sabugal e muitas outras recorrerem á primeira das ditas cidades do que á ultima que lhes fica muito distante. Quanto ao districto de Vianna, que se quer annexar ao de Braga, o qual então ficaria em 530:000 habitantes, direi que das outras provincias em què se divide a vizinha Galliza, tres têm uma população inferior a esta.

«O governo apresentando esta proposta teve de certo o pensamento louvavel de melhorar o serviço publico, e por isso mesmo é tambem de crer que não rejeitará proposta alguma no sentido de que esse mesmo serviço seja effectivamente melhorado.

«Para que mais tarde esta camara possa esclarecer-se na discussão, pedirei ao governo que queira satisfazer ao requerimento que faço, e é o seguinte:

«Convindo que as circumscripções administrativas sejam feitas em harmonia com os interesses dos povos, e sendo estes quem podem com mais conhecimento expor o que a tal respeito lhes convem, requeiro que se peça ao governo, com urgencia, ordene aos governadores de Aveiro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarem e Vianna que reunam as camaras e os conselhos municipaes para discutirem e responderem ao seguinte quesito:

«Convem ou não convem aos interesses dos povos dos respectivos concelhos que seja supprimido o districto a que actualmente pertencem?

«As respostas positivas ou negativas deverão ser motivadas.

«As juntas geraes dos mencionados districtos serão tambem consultadas sobre o mesmo assumpto. Requeiro mais que se peça ao go-

verno que envie a esta camara com a possivel brevidade as respostas das referidas corporações.

«Camara dos pares, 12 de março de 1867.—*Sá da Bandeira.*»

«Eu poderei mudar de opinião se os povos declararem que lhes é conveniente a suppressão proposta pelo governo; mas não sendo assim, e se a proposta do governo chegar aqui sem vir alterada da outra camara, tenciono propor como emenda que todos os districtos administrativos do reino sejam conservados, salvo qualquer rectificação que convenha fazer-se. E em segundo logar, e no caso de não ser approvada essa emenda, requererei que ao menos seja conservado o districto de Santarem, por isso que aquella povoação está em condições especiaes, por ser uma das villas mais antigas e de primeira categoria da monarchia, por ser entre todas as villas do reino a que soffreu mais pela causa da independencia nacional e pela causa da liberdade.

«Nos annos de 1807 e 1808 foi occupada pelas tropas francezas durante os nove mezes que estiveram em Portugal, e teve de sustentar muitos milhares de soldados, e pagar pesadissimas requisições em generos e dinheiro.

«Em 1810 foi occupada pelo exercito do marechal Massena, e até março de 1811, em que se retirou, soffreu as maiores calamidades, ficando a villa em grande parte destruida, e sendo cortadas para obras de fortificação immenso numero de oliveiras e laranjeiras e outras arvores. N'este tempo uma grande parte da população da villa e do districto ficou aniquilada.

«Em 1833 o exercito do sr. D. Miguel retirou-se áquella villa, e ahi permaneceu durante oito mezes, ficando os seus habitantes sujeitos a todas as requisições impostas para sustentar a guerra, de que resultou ficar a villa novamente arruinada.

«E entretanto o districto de Santarem é aquelle que, depois dos districtos de Lisboa e do Porto, maiores contribuições paga para o estado. A verba das contribuições pessoal e predial que paga é a maior de todos os outros districtos.

«Emquanto ao numero dos seus habitantes excede elle a 201:000, sendo superior ao de alguns districtos do continente, que a proposta do governo conserva, e superior igualmente ao de cada um dos quatro districtos insulares tambem conservados.

«Por estas e outras razões parece-me evidente que seria injusta a suppressão do districto de que particularmente me tenho occupado.»

Sobre este mesmo assumpto, e sobre a dotação do clero, sendo então presidente do conselho de ministros, disse na sessão de 30 de julho de 1868 o seguinte:

«Emquanto á lei administrativa tambem em parte concordo com o digno par, os concelhos extremamente pequenos, que não tem condi-

ções de vida, convem que sejam reunidos a outros; mas essa reunião, que tão profundamente affecta a independencia local, deve ser feita de uma maneira voluntaria e não arbitrariamente só por meio de uma disposição legislativa, porque uma imposição d'esta ordem póde dar logar a muitos graves difficuldades.

«Com relação á suppressão dos districtos administrativos, professo idéas diametralmente oppostas ás do digno par, entendo que não devem ser diminuidos. Os districtos correspondem em extensão ás sub-prefeituras de França, onde ha oitenta e nove departamentos e de duzentos a trezentos *arrondissements* ou sub-prefeituras, e onde o governo central se corresponde directamente com oitenta e nove prefeitos; ora o nosso ministro do reino que tem apenas vinte e um districtos sob a inspecção, póde sem a minima difficuldade estar em correspondencia com os chefes d'esses districtos.

«Estes districtos que existem ha trinta annos têm já as suas tradições locais e os seus trabalhos proprios e as suas estatisticas separadas e outros trabalhos que são peculiares a cada um, os quaes ficariam pela suppressão dos districtos, na sua maior parte, perdidos e confundidos, e inutilisadas todas as despezas que com elles se fez. Reduzir a despeza que se faz n'esses districtos com governadores civis, secretarios geraes e mais funcionarios, etc., é talvez possivel, mas isso é uma questão secundaria; comtudo o governo póde occupar-se d'ella com toda a attenção.

«O serviço administrativo em França tem tres graus de jurisdicção, confiada aos prefeitos sub-prefeitos e *maires*.

«No nosso regimen podemos com vantagem dispensar no machinismo da administração uma dessas rodas, sub-prefeito, havendo apenas, como ha, governadores civis e administradores do concelho. São estas, sr. presidente, as minhas opiniões com relação ao objecto.

«O digno par, o sr. visconde de Gouveia, referiu-se tambem á dotação do clero. Com relação a este assumpto entendo que a lei das congruas deve ser abolida, e substituida por disposições que fixem as necessarias verbas no orçamento geral do estado para a sustentação do clero, como succede a respeito dos bispos e arcebispos.

«Emquanto ao numero das parochias é elle demasiado, mas é necessario cuidado na maneira de as reduzir, e que ao menos quando se diminuem se conservem capellas onde os povos possam concorrer sem incommodo; é esta a minha opinião, mas ao meu lado está pessoa muito mais habilitada do que eu para esclarecer este objecto.

«Para a redução das dioceses existe uma lei feita ha muitos annos, sendo ministro da justiça o sr. Felix Pereira de Magalhães, pela qual o governo foi auctorisado a reduzir as dioceses a doze. Esta lei votada ha tantos annos não tem até agora tido execução; e ha dioceses tão pequenas em população, que effectivamente se podem annexar a outras maiores.

«Quanto ás congruas e ao modo de pagar ao clero inferior, isto foi estabelecido em 1836 pelo sr. Vieira de Castro, então membro da administração de que eu fiz parte.

«A legislação do sr. D. Pedro IV acabou com os dizimos e outras contribuições, de maneira que o clero em algumas partes ficou reduzido a circumstancias muito precarias. Isto não quer dizer que antes d'esse tempo não houvesse parochos pagos mesquinamente. Citarei o bispado de Castello Branco, onde havia parochias para as quaes nenhum presbytero queria ir parochiar, e o prelado tinha de obrigar os clerigos a irem por um anno parochiar com o rendimento de 16\$000 a 20\$000 réis. Isto passava-se no antigo regimen. O sr. Vieira de Castro apresentou em conselho de ministros uma exposição de muitos ecclesiasticos, em que diziam que pela lei que se fez em 1834 e 1835 sobre o modo de determinar as congruas, se devia fixar para essas congruas uma somma minima de 200\$000 réis, creio eu, calculando o pé de altar e o rendimento dos passaes, e por fim quando não chegassem a réis 200\$000 se fizesse pelos freguezes uma derrama do que faltasse. Ora a derrama era feita por juntas eleitas pelos parochianos, e essas juntas orçavam os rendimentos dos passaes em sommas exorbitantes, e pelo mesmo modo os rendimentos de pé de altar, resultando que havia parochias em que a verba da derrama era apenas de 3\$000 réis, de maneira que havia parochos que ficaram quasi sem ter que comer, porque se faziam avaliações exageradas, e por isso foi necessario recorrer á medida proposta pelo sr. Vieira de Castro. E elle mesmo disse, apresentando-a, que era imperfeita, e que carecia de remediar-se mais tarde. Remediou-se, mas não se remediou completamente; ora o que convem fazer é acabar com esta lei e determinar as congruas dos parochos, as quaes devem ser satisfeitas, como se pratica em França e na Belgica, pelos cofres do estado e pagas como aos funcionarios publicos, porque os parochos são uma parte dos funcionarios publicos, porque têm a seu cargo o registo dos nascimentos, dos obitos, dos casamentos, etc., e estão em relação constantemente com os outros funcionarios do estado.»

Na mesma sessão, com referencia ás fortificações de Lisboa, em que o illustre veterano tanto insistiu, e que a final viu começadas, disse tambem o seguinte:

«Com relação ás fortificações de Lisboa devo dizer que estou disposto a continual-as, porque sem termos a capital convenientemente fortificada, são inuteis todas as organisações do exercito que se possam fazer; 10:000 homens em campo aberto devem ser batidos por 20:000, mas defendendo parapeitos devem resistir a 30:000 ou 40:000 homens.

«Napoleão dizia: «que para combater em campanha rasa eram pre-

cisos soldados, mas que para defender parapeitos bastavam homens.» Conto apresentar brevemente ás côrtes uma proposta de lei, pedindo um credito para no actual anno civil continuar os trabalhos das fortificações da capital, e para se adquirirem algumas bôcas de fogo de grandes calibres, proprias para se empregarem contra navios couraçados, a fim de se principiar a armar com elles o porto de Lisboa.

«Com relação aos campos de instrucção, devo dizer que os julgo muito uteis; elles estavam decretados desde 1861.

«Em Vendas Novas adquiriu o governo uma porção de terreno para o polygono de artilheria, e tinha adquirido da camara municipal de Montemor o Novo um terreno vasto para fazer um campo de manobras, e chegou em um anno o sr. visconde da Luz a ser encarregado de estabelecer o campo, o que não se pôde realizar por diversas circumstancias. Mas agora não se devem perder as obras feitas em Tancos, devem conservar-se para serem aproveitadas sempre que seja possível. Quando, porém, o ministro da fazenda não poder dar ao da guerra os fundos necessarios para o campo de manobras e para se trabalhar nas fortificações ao mesmo tempo, ha de prescindir-se do campo, e ha de continuar o trabalho das fortificações, porque são indispensaveis para a defeza do paiz.»

Na sessão de 3 de fevereiro de 1866 fallou do seguinte modo, relativamente á abolição da escravidão nas colonias portuguezas:

«A base dos melhoramentos das nossas colonias está em acabar com o estado de escravidão que n'ellas existe. Nós não podemos prescindir de o fazer. No continente americano não ha estado algum, exceptuando o Brazil, que conserve a escravidão. Nos Estados Unidos foi elle abolido por um acto constitucional do governo, publicado em 16 de dezembro do ultimo anno, pelo qual quatro milhões de individuos foram declarados livres. Nas colonias de todas as nações não ha escravos, com excepção da Hespanha e Portugal. É necessario abolir a escravidão, assim o exige a civilisação e o interesse publico. É preciso tambem que essa abolição seja acompanhada de certos regulamentos. Na camara existe para este fim uma proposta de lei assignada pelo nosso digno presidente, pelo sr. conde d'Avila, e por mim, e ainda não houve parecer algum sobre ella, porque a commissão espera que os srs. ministros, especialmente os srs. ministros da marinha e da fazenda, concorram a uma das suas reuniões para se discutir a proposta, na qual são attendidos os interesses dos proprietarios de escravos. Pelo decreto de 1854, que determinou os registos dos escravos em todas as colonias, acham-se os indigenas divididos em tres classes: a 1.^a é dos homens livres, os quaes têm os mesmos direitos que os de origem europêa; a 2.^a é a dos libertos, que são obrigados a servir sete ou doze annos, e

durante este tempo os seus direitos approximam-se aos dos homens livres, mas não têm todos; e a 3.^a classe, é a dos escravos. A proposta de lei extingue a escravidão, passando os escravos para a classe de libertos, a fim de mais tarde passarem á de homens livres. Eu não sou de opinião que os escravos libertados passem immediatamente para a classe de homens livres, porque temos exemplos de outros paizes onde isto se tem feito e tem tido inconvenientes.

«Acho que é melhor que elles continuem durante um certo tempo a ser obrigados a trabalhar, ficando em circumstancias iguaes áquellas em que estão nas ilhas Mauricia e da Reunião, e nas Guyannas franceza e ingleza os indigenas da India e da China, que debaixo do nome de *cules*, quer dizer, trabalhadores, são engajados para estas colonias, e fazem estes contratos geralmente por cinco annos.

«Uma parte d'elles voltam depois para a sua terra, e a outra tem-se estabelecido nas proprias colonias. Na ilha Mauricia estão hoje muitos milhares de indios estabelecidos, e tambem alguns chinas.

«Eu não digo que se importem para as nossas colonias os indios, mas o que acho conveniente, é que os escravos passem á classe de libertos, ficando obrigados a trabalhar para os seus patrões durante um certo numero de annos. Emquanto á indemnisação dos senhores, devo dizer, que elles devem ser indemnizados quando deixarem de dispor do serviço dos individuos que agora são seus escravos, e que na qualidade de libertos lh'o hão de continuar a prestar.

«Será bom advertir, que o estado de escravidão não é reconhecido, nem pela carta constitucional, que não falla uma só vez em escravos, nem os auctores do código civil o consideram, de maneira que talvez depois de publicado o código, possa alguém reclamar contra a existencia da escravidão como illegal, e é muito possivel que haja juizes que não reconheçam o direito dos senhores sobre os escravos. É pois conveniente para os actuaes senhores de escravos, que por lei, abolindo-se a escravidão, se defina o direito dos patrões ao serviço temporario dos libertos, e ás indemnisações.

«Os que hoje são senhores de escravos tornar-se-hão patrões dos libertos, e terão direito ao serviço d'elles, como têm os brazileiros ao serviço dos europeus que se engajam por contratos durante um certo numero de annos. As côrtes designarão, depois, o modo de se fazer a indemnisação.

«No decreto do sr. D. Pedro V, de 2 de abril de 1858, que determinou que a escravidão havia de cessar no dia em que se completassem vinte annos, depois da data d'esse decreto, diz-se que as côrtes determinarão a maneira de se dar a indemnisação; se for approvada a proposta de lei em questão, resultará que em logar da emancipação completa se fazer d'aqui a doze annos, se fará d'aqui a sete, e que em logar dos senhores de escravos serem indemnizados d'aqui a doze annos, sel-o-hão d'aqui a sete.

«Espero que os srs. ministros da marinha e da fazenda terão a bondade de comparecer na commissão, para dizerem ali o que o governo pensa sobre este assumpto, porque elle é de tal natureza e gravidade, que não convem que seja discutido emquanto o governo não tenha uma vontade firme e decidida de o apoiar.»

Depois da resposta do governo, continuou o sr. marquez de Sá nos seguintes termos:

«Quanto ao projecto de lei para a abolição da escravidão, como o sr. ministro da fazenda tenciona concorrer á commissão, lá se discutirá.

«Entretanto observarei, que a abolição da escravidão é presentemente a ordem do dia na ilha de Cuba.

«Os proprietarios, senhores de escravos, têm proposto diferentes meios para acabar a escravidão, e até consta que capitalistas da mesma ilha, senhores de 100:000 escravos, fizeram propostas para que se abo- lisse immediatamente a escravidão, ficando os negros emancipados, obriga- dos ao trabalho durante dez annos, pagando-lhes os seus patrões quatro duros de salario mensalmente. Se ainda não está decidida a abo- lição da escravidão, ella, comtudo, não poderá continuar por muito tempo em Cuba e Porto Rico.

«A abolição da escravidão nas nossas colónias dará ao governo por- tuguez o direito de poder dirigir-se amigavelmente ao governo hespa- nhol solicitando-lhe a abolição da escravatura nas suas colonias, porque a existencia da escravidão, principalmente nas Antilhas Hespanholas, é que dá alimento ao trafico da escravatura, por isso que ha ali um mercado permanente de escravos, e emquanto existir esse mercado, ha de haver quem a elle leve escravos para vender.

«Sr. presidente, por occasião de uma questão que teve logar em 1839 entre o governo portuguez e o governo inglez, tive eu necessidade de escrever uma memoria sobre o assumpto, a qual se imprimiu com o titulo de *O trafico da escravatura e o bill de lord Palmerston*. N'essa memoria disse eu, que emquanto houvesse mercado de escravos, ha- via de haver quem os fosse buscar á Africa, apesar de todos os blo- queios que aos seus portos se fizessem. É justamente o que tem succe- dido, e que ainda succede.

«Por exemplo, no Rio Pongo, proximo da Serra Leôa, tem-se feito carregações de escravos, e no anno passado foi aprisionado um navio que saía com escravos d'aquelle rio. No porto de Ajudá, o qual se diz erradamente que é possessão portugueza, quando não é assim, poisque no mesmo porto ha tres feitorias, uma portugueza, outra franceza, e outra ingleza, pertencendo o territorio em que foram edificadas ao do- minio do rei de Dahomé: no porto de Ajudá faz-se um grande trafico de escravatura. O anno passado saía d'ali um navio a vapor carregado

de 1:000 pretos, e havendo á vista quatro vapores inglezes do cruzeiro, e assim mesmo aquelle navio pôde escapar-se com aquelle grande carregamento. O que sustenta o trafico é a existencia do mercado onde se vendem os escravos.»

Acerca das fortificações disse mais s. ex.^a na mesma sessão :

«As fortalezas que temos hoje em Portugal são insufficientes para a defeza do paiz; é preciso fortificar as duas principaes cidades do reino. Ha uma lei que determinou que se fortificassem Lisboa e Porto. Quanto a Lisboa, acham-se feitos estudos excellentes, pelos nossos engenheiros, estudos que não poderiam ficar melhores se fossem feitos n'outro paiz.

«As obras foram começadas, mas ha mezes pararam os trabalhos. O ministro da guerra tinha-me dito que tencionava mandal-os continuar no corrente mez de janeiro, mas não sei se isto se fez.

«Eu tinha pedido n'esta camara no mez de dezembro que, pela secretaria da guerra, se mandasse para aqui um relatorio sobre os trabalhos feitos tanto de estudos, como trabalhos de construcção das fortificações de Lisboa sobre o modo por que tem sido executada a lei de 1861. O sr. ministro disse-me que havia de mandal-o. No entretanto ainda não veio, e eu não tenho insistido no pedido em vista do precario estado de saude de s. ex.^a; todavia parece-me que, estando nós já no segundo mez da legislatura, e continuando a doença de s. ex.^a, qualquer dos seus collegas poderia assignar o officio da remessa d'estes papeis. Á vista d'elles chamarei a attenção da camara sobre o estado d'esta questão, que é grave. Podemos ter grande entusiasmo e determinada vontade de defender o nosso paiz, mas para poder tirar resultado d'isto, é necessario que tenhamos em bom estado forças effectivas, as quaes consistem no exercito e nas fortificações em que elle deve apoiar-se. É assim que se pratica em todos os paizes. Desde 1815 quasi todas as nações têm construido grandes fortalezas, como, por exemplo, a Russia, a Prussia, a Austria e a Italia, que recentemente as tem augmentado.

«A França fortificou Paris, tem melhorado as suas praças principaes, e a Inglaterra está empregando grandes sommas em fortificar os portos de Portsmouth, Plymouth, Milford e Cork.

«As nações pequenas têm feito o mesmo; haja vista á Belgica, que em Anvers tem construido uma fortaleza que é das primeiras da Europa.

«Nós não temos feito nada!

«Em uma occasião de guerra entre duas potencias, sendo nós neutraes, pôde o porto de Lisboa soffrer um insulto, porque podem encontrar-se aqui dois navios das potencias belligerantes, e darcm uma batalha no Tejo, sem que tenhamos meios de os trazer á rasão.

«Convem que sejamos neutraes nas guerras que possam occorrer,

mas é necessario que tenhamos meios de fazer respeitar a nossa neutralidade, e estes não se obtêm senão tendo sufficiente força armada de mar e terra, exercito e fortalezas.

«Emquanto ás fortificações de Lisboa e Porto cumpre lembrar que o governo foi auctorizado a levantar 400:000\$000 réis para isso, e á quantia decretada por lei para essas obras não póde o governo dar outra applicação. Essas fortificações hão de levar muito tempo a fazer. O forte da Graça levou vinte e sete annos a construir, e n'elle se gastaram mais de 700:000\$000 réis. Com a somma votada podemos fazer algumas das obras, e acabar a que está já principiada na serra de Monsanto, a qual deverá ser a principal das linhas de defeza de Lisboa. Será preciso applicar todos os annos uma somma para fortificações, e se persistirmos n'esse systema, dentro de alguns annos teremos as obras em estado de servirem para uma defeza efficaz.

«O nosso paiz está aberto por mar e por terra, não tem defeza sufficiente, e pela facilidade actual das communicações mui promptamente se poderá effectuar uma invasão, porque se podem transportar rapidamente grandes forças pelas vias ferreas ou por mar. Temos o exemplo de Sebastopol em que 50:000 homens desembarcaram na Criméa sem obstaculo. Durante a ultima guerra dos Estados Unidos foram com a maior rapidez transportadas grandes massas de tropas a grandes distancias.

«Sr. presidente, se não possuirmos fortificações com que possamos defender-nos contra uma aggressão repentina, emquanto reunimos as nossas forças e esperámos os soccorros dos nossos alliados, de pouco nos servirá o exercito e o patriotismo da nação. Se um inimigo poderoso e pouco escrupuloso, pretextando ter de vingar uma offensa, repentinamente fizesse occupar Lisboa por um exercito, o nosso paiz havia de soffrer, e pelo menos pagar as contribuições de guerra que se lhe extorquissem a titulo de indemnisação das despezas feitas com a expedição. Poderia citar exemplos de casos semelhantes que têm occorrido. Não basta dizer que queremos ser livres e independentes. A Polonia tambem quiz ser livre e é uma nação valente, e está retalhada; os ducados do Elba tambem não queriam os austriacos nem os prussianos, e elles lá estão. A Irlanda tambem tem soffrido muito desde que Cromwell a sujeitou a uma legislação draconiana. É essencial que tenhamos patriotismo; mas se não usarmos dos meios que temos para o sustentar, elle não será sufficiente no dia do perigo.

«Está da nossa parte, se queremos ser uma nação independente, que empregemos os meios necessarios para nos defendermos de qualquer aggressão. A base da defeza do reino é a cidade de Lisboa fortificada. Este é o ponto principal de defeza, e em todas as guerras que têm havido entre Portugal, foi este ponto de que o invasor pretendeu sempre apoderar-se.

«Já a Philippe IV diziam os seus conselheiros que não tratasse se-

não de segurar Lisboa, porque depois o reino se havia de submeter. É pois esta cidade que devemos primeiro fortificar, assim como o Porto. Emquanto a Lisboa já estavam principiadas as obras, e parece-me que o governo faria bem em continual-as.

«A direcção das obras foi confiada a um dos officiaes mais competentes, que é o general Costa, tendo ás suas ordens officiaes engenheiros muito dignos. O plano das obras consiste em uma linha de recinto proxivamente como a de 1833; e em certo numero de fortes destacados a alguns kilometros d'aquelle recinto. Todas as grandes praças de guerra construidas desde 1815, ou melhoradas desde então, são cercadas de fortes destacados. É assim que têm sido fortificadas Posen, Anvers, Radstadt, Coblenz, Paris, Leão, Portsmouth e muitas outras.

«O systema de Vauban, de linhas continuas em torno das praças, tem sido abandonado, porque forçada a linha só n'um ponto, toda seria logo capturada.

«Cada forte destacado precisa de um ataque especial para ser tomado, e aindaque cáia um não se segue que cáiam os outros.

«Houve uma epocha em que se dizia que as fortificações não valiam nada para a defeza dos estados, mas essa opinião já se não defende.

«Os fortes destacados em torno de Lisboa serviriam ainda, em caso de ataque, de livrar a cidade de ser bombardeada, porque pelos seus fogos obrigariam a ficar a grande distancia o inimigo que tentasse o bombardeamento. É verdade que Sebastopol não se rendeu por motivo de bombardeamento, mas é certo que por este meio tem-se feito capturar muitas praças. O sr. ministro da fazenda, como militar e engenheiro muito distincto, ha de seguramente apreciar devidamente a necessidade da continuação das obras começadas, embora se não applicuem a ellas senão as sommas auctorizadas por lei. Será isto muito melhor de que não continuarem os trabalhos, porque só n'este ultimo caso é que a comparação com as obras de Santa Engracia, de que s. ex.^a fallou, seria valiosa, poisque estas, se não se concluíram, foi isto devido a não haver dinheiro para ellas.»

*

* *

Transcreveremos agora as manifestações que houve nas duas casas do parlamento, quando constou o triste acontecimento que o paiz deplora.

Na camara dos pares o seu presidente, o sr. marquez d'Avila e de Bolama, antigo collega e amigo do finado, muito apreciador das suas excellentes qualidades e merecimento, disse, muito commovido, as seguintes palavras:

«Mais um dos nossos illustres collegas acaba de baixar á sepultura! O sr. marquez de Sá da Bandeira já não existe! (*Profunda sensação.*)

«Com elle desapareceu de entre nós o ultimo ministro do glorioso Imperador!... Não farei o seu elogio. O elogio de Sá da Bandeira está na profunda estima e na veneração que elle soube inspirar a todos nós, que soube inspirar á nação inteira, pelo seu nobilissimo character, e pelos relevantes serviços, que n'uma longa carreira pôde prestar á independencia e á liberdade d'este paiz. (*Apoiados geraes.*)

«Proponho á camara que se lance na acta um voto de sentimento profundo, que todos experimentámos por tamanha perda, e que na fórma do estylo se dê conhecimento d'esta resolução á familia do illustre finado. (*Apoiados geraes.*)

«Os apoiados da camara demonstram que esta proposta está unanimemente approvada.

«Devo informar a camara que os restos mortaes do valente e saudoso general, por disposição testamentaria, serão transportados da sua casa directamente para a cidade de Santarem, sua patria, que elle tanto amou, e a quem deu esta ultima prova do seu estremecido affecto.»

Na camara dos deputados o sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, na sessão de 7 de janeiro, pronunciou as seguintes phrases, a que a camara commovida prestou a maior attenção:

«Não pensei que teria de levantar a minha voz n'esta casa, pela primeira vez na actual sessão legislativa, por motivo tão doloroso como aquelle que me obriga a fazel-o.

«Tenho de annunciar á camara a morte do honrado patriota, distincto general, gloria e honra d'este paiz, o sr. marquez de Sá da Bandeira. (*Apoiados.*)

«Não me leve a camara em conta de audacia o incumbir-me eu de pedir a palavra em primeiro logar. Não só todos n'esta casa são profundamente respeitadores das virtudes d'aquelle nobre e honrado cidadão (*apoiados*), mas de certo muito melhor do que eu poderiam dar a essas virtudes o relevo que ellas merecem. A mim faltam-me os dotes necessarios para tão alta missáo, e agora, como a camara observa, estou tão doente e cansado, que mal posso fallar. Porém eu e o sr. Osorio de Vasconcellos, nosso collega, que se juntou a mim para assignar a proposta que vou apresentar, tivemos a honra de pertencer á familia militar d'aquelle heroico soldado.

Em 1846 o sr. marquez de Sá deu-me a honra de me chamar para as suas ordens ao entrar em campanha, e o sr. Osorio de Vasconcellos nos ultimos annos serviu por differentes vezes junto d'elle, sendo ainda agora ajudante de campo do distincto general.

«Incumbia-nos, portanto, sermos os primeiros a propor á camara, perante o paiz inteiro, este tributo de respeito, de veneração e de profunda saudade (*Vozes: — Muito bem.*)

«Não posso discursar largamente a respeito da honrada e gloriosa memoria do esclarecido veterano. Não m'ó permite o estado da minha saude, e o assumpto commove-me em demasia.

«O Marquez de Sá da Bandeira foi honra das armas e das letras portuguezas (*apoiados*), foi servidor leal da monarchia (*apoiados*) e estrenuo defensor da liberdade. (*Apoiados.*) Estas tres qualidades, que eu ha pouco lhe attribua na dedicatoria de um livro, que s. ex.^a não chegou a ver impresso, são, me parece, o resumo dos seus grandes predicados, resumo de que cada uma das partes se divide em muitas outras, todas ellas manifestadas tantas vezes em assignalados serviços ao paiz, e em exemplos de virtude, de abnegação e de patriotismo dados a todos nós. (*Muitos apoiados.*)

«Não digo mais nada. A dor que sinto pela morte do illustre general corresponde á magua de todas as classes da sociedade. (*Muitos apoiados.*) Falla por mim aqui dentro o sentimento da camara, fóra d'este recinto o do reino inteiro (*Muitos apoiados.*)»

A este deputado seguiu-se o sr. Pinheiro Chagas com um brilhante improviso, que enthusiasinou toda a camara e as pessoas que nas galerias assistiam á sessão.

«Peço agora a v. ex.^a e á camara permittam para erguer tambem a minha humilde voz, a fim de prestar ao illustre finado, cuja perda nós e a patria deplorámos, a homenagem do meu profundo respeito.

«Depois das palavras eloquentes do sr. Teixeira de Vasconcellos, eloquentes pelo talento que as soube alindar, e eloquentes ainda mais pelo sentimento que as inspirou, é difficil fallar. Comtudo eu que pertenço á geração nova, que apenas tem colhido o fructo do trabalho da geração que a precedeu, entendo que é do meu dever acrescentar algumas palavras ás que proferira aquelle que foi companheiro de armas de Sá da Bandeira n'uma das lutas da liberdade em Portugal.

«Chegámos a uma epocha triste, á hora crepuscular do seculo. A geração dos grandes feitos vae-se desfolhando no tumulo como as arvores no outono! (*Vozes: — Muito bem.*)

«Bem poucos restam já dos heroes de 1834, dos ministros do Imperador, d'esses titães que emprehenderam a obra da nova regeneração social; o ultimo baqueou prostrado pela morte. E o nosso respeito e a nossa veneração procuram debalde em torno de nós um d'esses vultos que ousaram, sem hesitar um só instante, demolir a velha sociedade, alastrar o chão de ruinas, para erguerem d'entre os destroços o edificio da liberdade, tão solidamente arreigado, que nem os erros, nem os desvarios de seus filhos conseguem já abalar-lhe os alicerces. (*Vozes: — Muito bem.*)

«Sr. presidente, n'esse grande drama da nossa vida nacional o

marquez de Sá desempenhou um duplo papel, como estadista nos conselhos da corôa, como soldado no tablado ardente dos campos de batalha. Estadista, foi o representante constante e inabalável da democracia liberal (*apoiados*); soldado, foi o protagonista d'essas pelejas legendarias, em que se combatia um contra vinte, como em Aljubarrota e Diu. Sá da Bandeira defendeu a liberdade com os brios cavalheirescos de um cavalleiro da idade media; como elles, como que perfumou a sua alma para a transformar no tabernaculo d'essa deusa immortal das sociedades contemporaneas. Como as leis da cavallaria exigiam dos seus adeptos não só o valor e a abnegação, mas a pureza da consciencia, a lealdade sem quebra, e a virtude sem mancha, Sá da Bandeira, que foi, por assim dizermos, não um soldado da liberdade, mas o seu paladino infatigavel; Sá da Bandeira, que era um d'esses varões de Plutarcho, que apparecem de seculos a seculos na historia, que se chamam Nuno Alvares Pereira na nossa idade media, Bayard em França, D. João de Castro na nossa epopéa indiana; Sá da Bandeira, o cavalleiro *sans peur et sans reproche*, valente como a sua espada, era tambem como a sua espada um espelho de lealdade, de pundonor e de brio. (*Apoiados*. — *Vozes*: — Muito bem.)

«Felizes os que morrem! Estas tradições austeras, este culto supersticioso da honra, esta rigidez inquebrantavel de character, vão-se apagando, como tudo o que é elevado e grande, no espirito das gerações contemporaneas. Como succedeu na historia aos vultos grandiosos dos conquistadores da India, as physionomias efeminadas dos vencidos de Alcacer-Kibir; aos caracteres austeros dos Castros e Albuquerque, as consciencias accessiveis ás cedulas de Christovão de Moura; assim á geração potente que nos deu a liberdade succede uma geração egoista e epicuriana, que mal sabe conservá-la. Aos homens de ferro succedem os homens de oiro; aos corações accesos no puro fogo do enthusiasmo, as almas onde vacilla, ao sopro de um scepticismo frivolo e de uma astustadora indifferença, a chamma da liberdade.

«Que ao menos os nomes d'estes grandes homens, que vão desaparecendo da face da terra, desperte a emulação nos nossos animos! Que o nome de Sá da Bandeira, evocado no meio da luta das nossas paixões, desperte na nossa alma os dois echos em que se resumem os seus dois grandes affectos: a patria e a liberdade. (*Apoiados*. — *Vozes*: — Muito bem.)

«O marquez de Sá da Bandeira foi um dos vultos mais notaveis d'essa grande epopéa do nosso seculo, a epopéa liberal, tão grandiosa como os *Lusiadas*, mas ainda mais santa do que elles.

«Os cantos das epopéas têm muitas vezes por echo os gemidos dos povos. O carro triumphal esmaga as nações levando manietada a liberdade, como os vencidos captivos nos triumphos romanos. As estatuas das columnas *Vendôme* fundem-se com o bronze dos canhões e as algemas dos escravos.

«Perante os vultos dos Cesares, se a historia ajoelha primeiro deslumbrada e attonita, a consciencia dos povos não tarda a erguer-se para traduzir em maldições ao tyranno os hymnos do conquistador.

«Esta nossa epopéa liberal não foi só um poema, foi mais, foi um evangelho; não deu a Portugal a gloria, deu-lhe mais, deu-lhe a liberdade. A gloria é o relampago da procella, que sulca as trevas da noite para as fazer voltar depois mais densas; a liberdade é a luz radiante da aurora, que desperta e reanima a natureza inteira. (Vozes: — Muito bem.)

«Curvemo-nos, pois, diante d'estes heroes da epopéa liberal, que nos trouxeram no gladio, como os apóstolos na cruz, a liberdade e a redempção.»

*

* *

Dissemos que a imprensa tinha unisona prestado honrosa homenagem ás virtudes e qualidades do finado, e pozera em honrosa evidencia a immensa perda que o paiz soffrera.

Eis os artigos dos principaes jornaes de que tivemos conhecimento, abstrahindo a parte biographica:

O Diario Popular de 6 de janeiro (Lisboa):

«Está de lucto o partido reformista, a quem a morte roubou o seu nobre e honrado chefe. Está de lucto o paiz, que na pessoa do sr. Marquez de Sá da Bandeira perdeu um dos seus mais estrenuos, mais desinteressados, mais illustres e mais valorosos servidores.

«Logo no alvorecer da mocidade consagrou Bernardo de Sá Nogueira a fazenda e a vida á defeza do solo patrio invadido pelos exercitos napoleonicos, e nos campos de batalha da gloriosa epopéa peninsular manifestou o valor sereno, a dedicação illimitada, a nobreza de character e o vigor intellectual, que foram as feições dominantes da sua poderosa individualidade. N'essa luta de gigantes não houve batalha em que o moço soldado portuguez deixasse de assignalar-se entre os mais destemidos, até que as balas inimigas o prostraram moribundo nos campos de Vielle.

«Vencido e expulso o inimigo estrangeiro, a alma de Sá Nogueira, sempre abrasada no amor do seu paiz e sequiosa de grandes dedicações, devotou-se ao serviço da causa da liberdade, e desde essa epocha, nas lutas sangrentas que precederam o advento definitivo do systema representativo, não houve sacrificios, nem heroismos que lhe parecessem arduos para conseguir as suas nobres aspirações. Poucos poderão enumerar iguaes serviços á dynastia constitucional e á liberdade, nenhum maiores, nem mais espontaneos, nem mais afastados de qualquer idéa de interesse pessoal. Na emigração arriscava Sá Nogueira a vida

para salvar os seus companheiros das injurias e das violencias dos satellites do absolutismo. No memoravel cerco do Porto, quando todos hesitavam em guarnecer a serra do Pilar, sem a qual seria impossivel a defeza da cidade, o heroico soldado offerencia-se para sacrificar a vida em prol da causa commum. E no momento angustioso, em que nos conselhos do Imperador se discutiam os meios de salvar as minguadas phalanges liberaes, sendo necessario deixar dentro dos muros do Porto uma pequena guarnição que detivesse por momentos o inimigo, era ainda Bernardo de Sá Nogueira quem se offerencia para commandante da praça, ao passo que demonstrava deverem perder-se sem remedio os que ficassem guardando aquelle posto. Tal era como soldado o animo do marquez de Sá, que n'elle se podem ter por factos vulgares, o que n'outros se julgariam prodigios de valor e extremos de dedicação.

«Como estadista e como homem de letras o marquez de Sá da Bandeira não se illustrou menos que nos muitos campos de batalha, onde floreceu a sua leal e valorosa espada. As grandes idéas liberaes e os altos principios humanitarios encontraram sempre n'elle, até o ultimo suspiro, o mais fervoroso apostolo e o mais convicto defensor. Assim foi que, desde verdes annos, todos os momentos da sua vida foram consagrados a defender com a penna e com a palavra as conquistas liberaes, pelas quaes derramára prodigamente o sangue. Não houve commettimento levantado, não houve idéa generosa a que o marquez de Sá não se associasse de alma e coração. Um dia pegava da penna para vindicar a honra portugueza affrontada no parlamento britannico, outro, abolia no exercito os castigos affrontosos, que deprimiam a dignidade humana e os brios militares, outro, lidava pelos progressos das sciencias, outro, resuscitava a marinha portugueza do abatimento em que caíra, outro, velava pelo progresso e civilisação das colonias, gloriosa herança dos nossos maiores, outros, mantinha na imprensa, no parlamento e no governo os grandes principios liberaes, as altas aspirações progressistas, muitos, trabalhava para resgatar a raça negra da oppressão secular, lutando como philanthropo e como economista contra o egoismo de uns e os preconceitos de outros.

«E sempre lutando e sempre trabalhando por todas as causas nobres, ora com a penna, ora com a espada, sempre professando as idéas mais avançadas, nunca o marquez de Sá da Bandeira teve em vista outro premio, que não fosse a convicção do dever rigorosamente cumprido, a satisfação da sua consciencia. Morreu pobre, o heroico soldado da patria, da causa liberal e da humanidade; mas a Providencia quiz dilatar-lhe a vida até que ficasse satisfeita uma das mais nobres aspirações do seu coração magnanimo. O anno passado foi promulgada a lei da sua iniciativa, acabando definitivamente com a escravatura em toda a monarchia portugueza. Este anno caíu no tumulto o esforçado

lidador, cujas venerandas cãs aurcolava a quadrupla gloria do soldado, do estadista, do sabio e do philanthropo. D'elle se póde dizer, que só deixou de servir dedicadamente a patria, a liberdade, a sciencia e a humanidade, quando exhalou o derradeiro suspiro.

«O marquez de Sá da Bandeira é o typo mais puro, e sem duvida um dos mais gloriosos da moderna historia portugueza. Cavalheiro sem mancha e sem temor, illustre ao par nas armas, nas letras e nas sciencias, respeitoso e incansavel subdito da sacrosanta lei do trabalho, o marquez de Sá desde a infancia até a velhice lidou em prol das suas convicções e dos seus principios, affrontando impavido a morte, as privações, os sacrificios, a furia dos elementos e os desvarios dos homens, como se intelligencia, estudo, forças, vida, tudo dêvera aos homens, seus irmãos, e nada a si proprio. O epitaphio que elle proprio escreveu para o seu tumulo, retrata fielmente o homem e o seu character.»

A *Revista militar*, de 15 de janeiro (Lisboa).

TRIBUTO DE SAUDADE

«São de lucto a primeira pagina que este anno se escreve n'este periodico, e dorido luto tomado pela morte de um valente militar, prestante cidadão e eximio liberal.

«O ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquez de Sá da Bandeira, general da divisão, par do reino, conselheiro d'estado, ministro d'estado honorario, primeiro ajudante de campo de El-Rei o senhor D. Luiz, deixou de existir na madrugada do dia 6 do corrente.

.....
 «Como aquelles famosos estoicos da antiguidade, julgava que tudo quanto, por maior que fosse o sacrificio, fazia, era devido á patria e nunca de mais.

«Nós, porém, juizes mais seguros n'este pleito, diremos que a patria lhe deve muito, e que por mais significativas que sejam as demonstrações de gratidão, e cordeaes se dêem as provas de sentimento, não serão excessivas a quem viveu como elle, uma vida sem mancha, a quem empunhou, como elle, uma espada impolluta, e que em tantas e tão complicadas crises, sustentando o timão do estado, deu evidentes manifestações do seu patriotismo.

«General e amigo, no alto empyreo onde cremos que disfructas o premio das muitas virtudes sociaes, que te adornaram, acceita a derradeira despedida dos teus fieis soldados; e na occasião em que teus restos saém d'esta capital, recebe como corôa de perpetuas, deposta nos humbraes da tumba, este sincero protesto de nossa saudade.

«Lisboa, 10 de janeiro de 1876. = *Antonio Florencio de Sousa Pinto*, coronel de artilheria.»

O *Diario de Noticias* de 7 de janeiro (Lisboa):

«Morreu o marquez de Sá da Bandeira. Envolveu para sempre a nobre fronte nos esplendores da gloria eterna o denodado soldado da liberdade, o sincero e insistente evangelizador dos seus mais austeros preceitos, e que desde os quatorze annos de idade lhe consagrara o coração e a vida. Cumpriu honradamente a sua grande missão, no longo transito vital, que tem por marcos milliares 1796 e 1876, uma existencia de oitenta annos, toda devotada a uma só mira — o bem da patria — afagada por um só ideal — o progresso — aquecida por um unico sentimento, tão fecundo como invencivel e prodigioso — o amor da liberdade.

«A sua missão foi effectivamente a de libertador. Ainda agora pelo interior dos sertões da Africa portugueza caminham ao acaso, parias á procura de um destino, mas gosando com desafogo o sol de Deus, e entoando o hymno da propria independencia nas rudes canções da ignorancia, milhares de homens de côr preta, que a inquebrantavel energia do marquez de Sá para sempre eximiu aos golpes do azurrague e ás affrontosas oppressões da escravidão. Se alguma alma caridosa segredasse aos ouvidos d'aquelles miseros, que mal comprehendem ainda o seu novo estado, porque a alforria do corpo lhes chegou desacompanhada d'essa outra mais importante alforria, a do espirito, a instrucção; se alguém lhes revelasse o nome do seu libertador, elles o glorificariam, como a um mandatario de Deus, porque elle foi para essa desamparada raça o que Moysés fôra para os israelitas no captiveiro dos Pharaós. Todavia os cantos meio selvagens d'esses milhares de libertos emancipados são n'esta hora solemne um dos hymnos de acção de graças que acompanham á Canaan da Eternidade esse vulto venerando, dominante sol, que através das densas brumas do tempo dardejará os seus raios sobre algumas gerações de portuguezes.

«Na Roma antiga e na Grecia era costume decretar-se lucto publico pelas calamidades que affligiam a nação, e algumas vezes foi incluída em o numero d'essas calamidades a morte dos cidadãos benemeritos. A perda de um benemerito como o foi o marquez de Sá deve ser considerada uma calamidade publica, e a nação poderia por ella cobrir-se de dó.

«Quando cáe assim ferido de morte, no sepulchro, um heroe d'essa estatura enorme, parece que a terra da patria estremece, e os corações dos cidadãos que contemplam a obra colossal de que elles foram obreiros, confrangem-se aos impulsos de uma dor immensa, e como que em vão procuram no vacuo, que sentem ao redor de si, algum vulto d'aquella grandeza que os podesse substituir. E não será talvez uma illusão dos sentidos. O esforço homerico, a fé ardente e profunda, a abnegação sem limites dos principaes personagens da epopéa do Porto e da Terceira, apenas se reproduzem, por intervallos de seculos, na historia dos povos.

«As angustias da orphandade em que ficámos, nós, homens da geração nova, que não sentimos de certo em nós aquella severa virtude espartana, aquella indomavel fortaleza cyclopica, terão um lenitivo. Será a idéa da solidez da obra que elles nos edificaram. Essa idéa fará com que n'estes momentos de natural desfallecimento não receiemos que um dia nos falte, n'uma crise extrema, a força para conservar intemerato o precioso palladium que nos fica em deposito.»

O *Diario Illustrado* de 7 de janeiro (Lisboa):

«Está de lucto a familia liberal. A morte, que ultimamente tem sido para com ella tão inexoravel, ceifando, uma após outra, tantas das vidas que lhe eram mais caras, acaba de lhe roubar uma das suas maiores glorias.

«É preciso que a nossa crença se retempere n'estas duras provações, e que, lamentando a perda dos que nos legaram tão preciosos exemplos, abençoemos a sua memoria, conservando e augmentando a herança que nos deixaram.

«Os serviços relevantissimos do marquez de Sá da Bandeira, as suas virtudes, a sua abnegação, a sua illustração, são sobremaneira conhecidos do paiz inteiro, que é primeiro que tudo admirador e respeitador sincero e convicto de todos os que se ennobrecem pelo trabalho, e que consagram esse trabalho esclarecido ao engrandecimento da patria.

«Ao que dissemos aqui no dia 24 de julho de 1874, em que publicámos o retrato do venerando marquez, não temos hoje que acrescentar.

«Só igual a si, foi sempre o mesmo até á hora derradeira. Desde aquella data os seus serviços, a sua applicação aos interesses publicos, o seu amor á causa liberal, a sua abnegação e independencia, a sua modestia, velando sempre as suas muitas e nobilissimas virtudes, continuaram sem o menor desfallecimento, sem a minima interrupção. Assim, transcreveremos agora o que então dissemos, porque tão desassombradamente se podem repetir essas palavras ao entreabrir-se o tumulo, que vae encerrar para sempre aquelles venerandos restos, como podiam dizer-se em face do respeitabilissimo ancião que as inspirou.

«Quando se encara frente a frente a historia d'esses homens que combaterem pela nossa liberdade, n'essa luta de gigantes que começou na ilha Terceira e que teve por epilogo a convenção de Evora Monte, acham-se pequenos os homens da geração actual, e, alem de pequenos, ridiculos aquelles que, aproveitando-se do legado que lhes foi deixado por esses athletas de 1833, insultam diariamente os vivos e affrontam a memoria dos mortos, inculcando-se mais ousados e mais corajosos do que elles, nas lutas da palavra, nas lutas da imprensa, que presentemente se travam.

«E que differença não ha entretanto!

«D'antes combatia-se com a espada, arriscava-se a vida em cada combate, e a cada grito de victoria sentia-se estalar um élo d'essa pesada cadeia do absolutismo, que por tantos annos nos conservou escravos.

«Então, escreviam-se nos rochedos da Terceira, nas muralhas do Porto e nas linhas de Lisboa, esses poemas admiraveis de heroismo, de valor, de abnegação e de desinteresse, que tiveram por fim conquistar para Portugal os fóros de paiz livre á sombra da monarchia constitucional, que por essa epocha se implantou.

«Então, morria-se por uma idéa, e felizes eram aquelles que expiravam no campo da batalha, porque os outros, os desgraçados, pagavam no patibulo o crime de quererem fazer livres seus irmãos.

«E hoje?! Hoje á sombra da liberdade que os atletas nos legaram, escreve-se, falla-se, proclamam-se as idéas mais subversivas e em vez das masmorras, das prisões do estado, em vez do degredo para longes terras, ou da morte affrontosa na forca, ha a policia correccional para os que saltam por cima da lei, e quando muito o sabre municipal para os desordeiros mais atrevidos.

«Hoje, finalmente, em vez de se morrer por uma idéa, *vive-se por ella*.

«A differença é grande como se vê, e seja-nos permittido, a nós, que não somos ingratos, curvarmo-nos reverentes ante esses vultos, que inscreveram os seus nomes com o seu proprio sangue na historia liberal d'este paiz.

«Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, hoje marquez de Sá da Bandeira, é um d'esses vultos a que a causa da liberdade mais deveu.

«Intrepido soldado da guerra peninsular, descendente de uma familia em que sempre foi proverbial o valor, coração generoso e aberto para todos os sentimentos bons, não lhe soffreu o animo cruzar os braços perante o medonho despotismo que assolava Portugal, e foi dos primeiros a alistar-se no pequeno grupo que levantou o grito da liberdade.

«Valente como poucos, combateu na Terceira, no Porto, em Lisboa, em toda a parte enfim onde as hostes liberaes se encontraram frente a frente com os possantes exercitos do absolutismo.

«Os postos, as condecorações, os titulos, comprou-os sempre no campo da batalha, onde em uma d'ellas perdeu um braço, e em muitas o sangue.

«Ministro do Imperador, ministro de D. Maria II, de D. Pedro V e de D. Luiz I, a sua espada e o seu conselho foram sempre pela liberdade e pela patria.

«A posteridade ha de julgal-o valente como poucos, e coração nobre e portuguez como nenhum.»

O Paiz de 8 de janeiro (Lisboa):

«Vae aspera, a invernia: vão-se despegando da haste e acamando na terra as ultimas folhas da arvore da liberdade. Cada uma era uma epopéa. Juntas eram a historia viva da epocha gloriosa em que uma nação se baptisou com o proprio sangue para se remir da servidão de seculos. Formavam um docel para o throno, uma tenda para o povo, uma jornada de progresso, um baluarte para a patria. Veneravam-se como monumentos do passado e como segurança do presente. Caindo no pó, sente-se-lhes a quéda como se deixasse desprotegido o futuro, separasse dois élos da cadeia dos tempos e quebrasse o fio da tradição politica. Olha-se para o tronco desnudo, e pergunta-se com tristeza: Quando reverdecerá? Dará a nova folhagem copado abrigo ás flores, que as geadas podem crestar, aos fructos, que insectos peçonhentos querem morder? Está empobrecido o solo em que a arvore bebe a seiva, está corrupto o ar em que aspira a vida: não ha, pois esperanças, que alliviem o lucto, não sorri primavera promettendo resarcir o luctuoso inverno, e as lagrimas correm em fio sobre os despojos dos grandes homens, que se vão — copiosas como as que só arrancam as perdas que se não supprem! A morte que os traga faz o vacuo!

«O marquez de Sá da Bandeira foi juntar-se na eternidade de Deus e no pantheon da humanidade ao duque de Loulé e a Joaquim Antonio de Aguiar. Se é a mão da Providencia que vibra a morte, que pressa é esta de immolar, uns sobre outros, os caudilhos da liberdade? Que plano é o seu, quebrando, sem descanso, as cariatides do throno? Mais parece que essa Providencia, que se diz cumprir ás vezes destinos crueis, nos combate a todo o transe e nos flagella sem piedade, de que se reconhece que a natureza vae cobrando o seu tributo! Não ha tempo para sellar as campas. As victimas são escolhidas. Anda uma fouce a aparar uma seara humana: as cabeças mais altas colhe-as o seu gume. Á frente dos partidos monarchicos vão ataudes guiando-os, como a columna de fogo dos israelitas. Os seus soldados já não prestam juramento nas mãos de um chefe: juram o seu credo ao ouvido de cadaveres. Hontem ainda, foram os regeneradores ao jazigo de Joaquim Antonio de Aguiar receber do seu phantasma a confirmação do baptismo politico; nós, historicos, temos por symbolo e por codigo da nossa religião liberal a memoria do duque de Loulé; hoje os reformistas vão cravar na terra do cemiterio a sua bandeira enluctada. O que é isto! Todos de nojo: o conselho da corôa reunido na necropole, a politica monarchica e liberal recebendo inspiração das saudades e da veneração pelos mortos? Não se dirá que a geração que passa vae attrahindo para o nada as instituições que a sua crença fundou? «Deus salva a patria, Deus salva a liberdade, Deus salva a monarchia!» É o epitaphio, todos os dias repetido, d'essa geração, que se enterra, scñão com a sua fé, com a sua intrepidez e o seu civismo.

O marquez de Sá da Bandeira é o melhor symbolo d'essa intrepidez, que nunca desmaiou, que não contava os inimigos e não ponderava os sacrificios, e que se esquecia da derrota planejando novo combate. Nunca se desembainhou a espada pela liberdade, a favor ou contra o throno, ficando-lhe inerte o braço e coberto o peito. A sua historia liberal começa com a do paiz, tem tantas paginas como ella, e enriqueceu-a de glorias. Bernardo de Sá Nogueira foi genuino herdeiro das tradições de valor heroico, que afamaram em recuados tempos o nome portuguez. Tivesse podido a sua coragem temeraria arrojarse em Africa sobre as muralhas das fortalezas mouriscas, na Asia contra as hordas que marulhavam diante das naus e das lanças conquistadoras, que teria emparelhado, na celebridade dos feitos, com os Pachecos, os Silveiras e os Albuquerquees. Fossem os campos de batalha em que pelejou mais descobertos á admiração do mundo, e teriamos n'elle o nosso Ney ou o nosso Murat. O seu denodo raiava pelo altivo desprezo dos perigos e pela total abnegação da vida, e era cavalheiroso como o de Bayard e o d'Assas. Custou-lhe uma vez a mutilação, mas não lhe custou um momento de fraqueza, porque até vencia a dor. Ferido, firmou-se no seu posto como Nelson, amarrado ao mastro, e se a espada lhe houvesse caído com a mão decepada, imitaria o cavalleiro d'Atamarra. Mais soldado do que general, porque o seu arrojo excluia a prudencia e porque calculava o esforço alheio pelo proprio, ainda assim os seus serviços á liberdade, quando a liberdade pelejava para conquistar o throno, não cederiam aos de nenhum outro dos seus paladinos, com que fossem postos em balanço; e emquanto se prezava como gloria o valor pessoal, emquanto os governos tiverem honras, os povos laureis, os exercitos aclamações, os poetas hymnos entusiasticos para exalçarem heroes, que se sobrepõem á natureza encarando serenamente a morte, tropejando pelos canhões e relampagueando no ferro açacalado, nunca escassearão homenagens á memoria do marquez de Sá, nem faltará aos seus feitos tradição, que os recorde nas vespervas das batalhas, como estímulo e exemplo para os soldados da patria.

«Como estadista, o soldado intemerato alistou-se nas fileiras mais avançadas dos liberaes, nas que em 1846 disseram á realza: Não sois a nação, a quem servimos, não sois o unico direito, que reconhecemos, não sois a liberdade, que conquistámos! Se a herança da sua espada não pertencesse á nação, pertenceria ao partido progressista. Deixemos cair uma lagrima sobre essa espada, embainhada para todo o sempre, e que não ha já, talvez, braço que sopese! Não a desejavamos para scintillar á luz dos archotes da guerra civil; queriamol-a, porém, para aparar os golpes apontados ao coração do povo, se alguma vez os despedisse um despotismo. Para isso servem tambem as armas, que a nação confia aos depositarios da sua força, e que nunca se deshonraram a proteger o direito e a lei. Que o diga a historia do marquez de Sá.

Não era elle dos pseudo-liberaes para quem a legalidade, a quem deviam obediencia, a liberdade constitucional, a que juraram ser fieis, está sempre onde está o poder; tão pouco era dos cortezãos para quem o throno é sempre altar, ainda quando falsos sacerdotes do seu culto hajam substituido o symbolo que n'elle deve venerar-se, o bezerro de oiro da propria ambição. Devotamente monarchico e estrenuo defensor da legitimidade da senhora D. Maria II, não entendeu que a dedicação se provasse pela subserviencia, que a lealdade se aprimorasse na condescendencia com erros e na cumplicidade de culpas. Serviu a corôa como homem livre, e serviu-a até contra ella. Eram assim os patriarchas da familia liberal portugueza, Mousinho, Passos, Aguiar, o duque de Loulé, o marquez de Sá: com o correr dos tempos, a corrupção dos costumes, o apoucamento dos homens, é que se inventou a orthodoxia realista, que excommunga quem falla aos reis a verdade do povo, da rasão e da justiça, e que se afervorou o amor á ordem até ao ponto de fazer esquecer o amor á liberdade. Possam os exemplos dos varões illustres, destinados á perpetuidade da historia, corrigir este prurido de espiritos sem virilidade!

«Tendo tido por escola da vida os campos de batalha, tendo sido educado a florear a espada, o marquez de Sá da Bandeira nem por isso fechou o coração á sympathia pelos soffrimentos humanos. O melhor dos seus esforços e dos seus pensamentos, serenada a atmospheria politica da patria, foi consagrada á empreza, cercada de obstaculos, de abolir totalmente a escravatura nas possessões do ultramar.

«Conquistou então logar entre os Beccaria e os Wilberforces no monumento que a humanidade deve erigir aos seus bemfeitores, abrindo a mão das armas com que lidára na emancipação dos servos politicos, para trabalhar com a penna em prol da emancipação dos negros, escravos do trabalho. Foi coherente. Tirou as justas illações dos seus principios liberaes. Não sabemos se foi mais benemerito á face da liberdade, como guerreiro e estadista, se como philanthropo. Coroou o seu trophéu de victorias, borrifado com sangue, com uma grinalda de paz e de amor; lançou sobre o corpo mutilado a servir de parapeito ao throno popular, a chlamide de apostolo: de envolta com os veteranos de tez bronzeada, venham, pois, as mulheres e as creanças — os mansos de coração; venham os infantes da familia humana, os negros, ungir com os perfumes de gratidão o cadaver do forte e do justo! Forte contra os inimigos soberbos, justo para com os escravos humildes; forte, affrontando a metralha a peito descoberto; justo para abominar a lei cruel que trespassava de balas ou rasgava com açoutes o criminoso, amarrado a um poste, como a rez no açougue! Militar com melhores fóros que ninguem, o marquez de Sá da Bandeira aboliu o castigo das varas e pronunciou-se contra os fuzilamentos: lembrem-se d'este exemplo, de como o espirito da disciplina póde associar-se ao espirito humanitario,

os militares que amanhã hão de inclinar as espadas na passagem do seu feretro!

«Soldado, estadista, philanthropo, o finado ganhou triplice direito a que o dia do seu passamento fosse de lucto nacional. E o lucto está nos corações. Todos os partidos politicos fraternizam na dor. Não é verdade que nada lhe deva a patria, como escreveu a sua modestia. Serviços como os seus nunca estão remunerados; merecimentos como os que o exornavam, têm um valor inestimavel pelo que são e pelo que servem de incentivo. A patria deve culto perpetuo á memoria do marquez de Sá e ha de prestar-lh'ó. Assim como os gregos, passando reverentes pelos tumulos dos seus heroes, collocavam pedras com que os iam acrescentando; assim as gerações hão de ir depondo corôas sobre a campa do grande homem, erigindo-lhe um monumento de gratidão, que será mais soberbo e altaneiro, quanto mais hajam corrido os tempos. Um dos privilegios dos grandes homens é parecerem tanto maiores, quanto mais avulta a distancia em que os vê a posteridade: gosál-o-ha o marquez de Sá da Bandeira, porque o seu valor ha de tornar-se legendario.»

A Democracia de 8 de janeiro (Lisboa):

«Bernardo de Sá Nogueira, foi soldado desde o dia 4 de abril de 1810. Combatendo pela independencia da patria, foi gravemente ferido e deixado por morto no campo de Vielle em França. Combatendo pela liberdade, foi ferido quatro vezes e perdeu o braço direito no alto da Bandeira. Servindo o seu paiz, serviu as suas convicções. Morre satisfeito. A patria nada lhe deve.»

«Eis-ahi escripto em phrase severa e simples, digna da antiguidade heroica, o epitaphio que um dos mais benemeritos, mais dignos, mais illustres filhos de Portugal, deixou para ser gravado na humilde pedra da sua ultima jazida.

«O que o soldado valentissimo, o estadista liberal, o sabio venerando, o perfeito cidadão, escreveu de si mesmo em estylo lapidar, memorando em breves termos, com modestia inimitavel, os seus feitos politicos e os seus serviços militares, deixou esteril a mais viva inspiração para o merecido panegyrico, e rematou com as palavras de um estoico a existencia de um grande cidadão.

«Bernardo de Sá Nogueira não se esconde, morrendo, nas sombras de um sepulchro, porque revive, despojado das humanas imperfeições, na brilhante aureola da gloria e nas limpidas regiões da grata posteridade.

«É intensa a dor universal, que lastima e pranteia a sua perda. Não é porém inconsolavel a publica saudade por este insigne é virtuoso portuguez.

«O tumulo iguala os grandes homens e os obscuros cidadãos. Mas

a gloria resuscita, engrandecidos por uma luminosa transfiguração, os homens generosos e historicos, e se deixa inerte no fundo do sepulchro um punhado de cinzas, testemunho da extincta humanidade, veste de luz os espiritos eleitos, e manda-os adejar, entre os seus concidadãos, sob um nimbo de eternos resplendores para serem, já longe das paixões e das invejas, o exemplo e o preceito das nobilissimas virtudes e das heroicas dedicações.

«É o tumulto o derradeiro crysol dos grandes nomes. É quando o corpo jaz inanimado, que o vulto moral dos grandes homens se levanta em toda a sua veneranda magestade. É da larva que surgem os alados organismos, que delicias e enlevam pela energica viveza dos seus vôos e pelo deslumbrante esplendor das suas cores.

«É agora justamente que Bernardo de Sá Nogueira vive para a admiração dos seus contemporaneos. É agora que as suas virtudes de homem brilham intemeratas. É agora que a sua galhardia de soldado apparece vivamente debuxada no fundo escuro do sepulchro. É agora que os seus predicados de estadista luzem finalmente, sem que os possa eclypsar a sombra dos partidos. É agora que os seus méritos de philosopho transparecem claramente, sem que se atreva a offuscal-os o egoismo dos interesses terrenaes. É agora que os serviços inestimaveis do convicto e fervoroso liberal se deixam justamente aquilatar. É agora que a patria, orphã dos grandes homens, iguala á sua dor a grandeza da perda, que experimenta. É agora que ella procura, immersa nas suas lastimas, aquelle homem, que foi nos trances angustiosos da liberdade, o escudo e o abrigo dos oppressos. É agora que ella invocaria em vão aquelle braço, que a sorte dos combates lhe deixára, quando depois de o mutilar e lhe escrever no corpo o sangrento calendario da epopéa guerreira de Portugal na primeira metade d'este seculo, parecia ainda confiar-lhe a sentinella da liberdade e esperar do seu valor, que nunca envelheceu, as mesmas gloriosas bisarrias da idade juvenil.

«Soldado, nunca a historia o poderia memorar mais aventuroso e mais galhardo. Cidadão, nunca o houve mais ardente na religião do civico dever. Homem particular, não houvera de temer o confronto e paralelo com os mais austeros e virtuosos caracteres. Sabedor quasi universal, ninguem poderia avantajarse-lhe na sêde insaciavel de estudar e de saber. A adolescencia passa-a nos campos de batalha, na guerra da independencia, aprendendo com o baptismo do sangue o officio do soldado, temperando a espada no odio contra todas as tyrannias, a tyrannia do estrangeiro, que nos profana a patria, e a tyrannia do oppressor, que nos decreta a servidão. A idade varonil vem recebê-lo já coroado dos seus primeiros louros nas lutas iniciaes da emancipação politica, e conta-lhe os annos nos combates da Terceira, nos prodigios bellicosos do cerco do Porto, principalmente n'aquelle celebrado alto da Bandeira, que veiu acrescentar ao seu famoso nome a

gloriosa antonomasia, não vaidoso cognome aristocratico, mas memoria popular de suas gentilezas militares.

«A maturidade do seu espirito assignala-se no seu scenario da revolução, defendendo nos gabinetes do governo, nas tormentas da tribuna, as novas liberdades conquistadas pelo movimento popular. O declinar da vida consagra-o principalmente ao estudo, á meditação, á defeza dos grandes principios, que definem o futuro da humanidade. Nos primeiros tempos, o instincto das emprezas grandiosas e audazes, leva-o a defender a independencia nacional e a sellar com o sangue prodigiosamente derramado o magnanimo protesto contra um violento conquistador. Mais tarde o sentimento da humana dignidade põe-n'o ao serviço da nobre causa d'este seculo, e aperta-lhe na mão a espada, com que se funda a futura democracia. Depois, deixado o ferro dos combates, a penna e a palavra são as armas, com que põe gloriosissimo remate á luta porfiosa contra a escravidão, esta infamissima instituição, que a violencia escreveu com o sangue dos vencidos, e o oiro buscou justificar com o brilho das atrozes grangearias.

«Primeiro a patria. Depois mais do que a patria, a liberdade. Depois mais do que a liberdade politica, a liberdade egoista das raças superiores, a liberdade de todos os homens, a liberdade não como um privilegio de felizes, mas como o patrimonio inviolavel de toda a humanidade.

«Estas foram as divisas e os emblemas, com que andou pelejando, ora com as armas do soldado, ora com as armas do talento, em sessenta e cinco annos de incansavel trabalhar. Estes são os seus titulos á gratidão da patria e á veneração universal.

«A patria não lhe deve nada». Tal foi o balanço, que chegou o animo generoso e modesto do illustre cidadão a julgar superiores aos seus meritos e aos seus feitos as recompensas nacionaes.

«Não. A patria deve muito a Bernardo de Sá Nogueira. Não lhe deve postos, nem fitas, nem veneras, nem altos officios, nem miseraveis mercês de chancellaria. Essas tinha-as elle de sobra, e do tumulo as repudiou, como inferiores á sua valia. D'essas se despiu, como de vestiduras theatraes, quando deixou o scenario do mundo para apparecer radiante da sua propria gloria no pantheon da posteridade. Já não é marquez, nem general, nem ministro, nem par, nem conselheiro d'estado, nem magnate, nem grão-cruz. Isto é a falsa douradura da cõrte e da convenção social. Agora é apenas Bernardo de Sá Nogueira, o soldado, que combate pelos principios, pelas convicções, pela sua ardente fé.

«O que a patria lhe deve é infinito. Deve-lhe, como ao mais intrepido soldado, como ao mais severo patriota, as liberdades que alcançou, e de que já não será possivel retrogradar. Deve-lhe os progressos da moderna instrucção em Portugal, pela fecunda creação das escolas

de Lisboa. Deve-lhe o ter-lhe expungido da frente o ferrete ignominioso de sustentar nas suas colonias africanas um immenso bazar de carne humana. Deve-lhe a gloria preciosa de poder numerar juntos e resplandecentes n'um só dos seus filhos mais illustres o valor mais extremado, o mais inquebrantavel estoicismo, a mais inextinguivel convicção da liberdade, a mais incansavel energia intellectual, a probidade mais severa, a tempera mais humana e o trato mais sympathico. O valor de um heroe, o espirito de um philosopho e a simpleza de um caracter infantil.

O *Tribuno Popular* de 8 de janeiro (Coimbra):

«Falleceu ant'hontem em Lisboa o sr. marquez de Sá da Bandeira.

«A patria acaba de perder um dos seus mais benemeritos filhos, um dos seus heroes.

«Todos conhecem os relevantes serviços que o marquez de Sá da Bandeira prestou ao seu paiz, nas guerras da independencia e nas da liberdade. O illustre militar, mais apegado ás glorias da sua patria do que á vida, expol-a muitas vezes no campo da batalha, e pela felicidade da sua terra trabalhou como homem de profundas convicções e de honradez indiscutivel.

«Nenhum homem tem modernamente em Portugal uma historia tão gloriosa como o marquez de Sá da Bandeira; nenhum como elle pôde quasi contar os dias pelos factos heroicos, que lhe hão de valer a admiração dos seculos, como já lhe valeram a gratidão da sua patria. Como militar, como estadista, como ministro, elle não teve nunca outro fim senão a felicidade do seu paiz, e o esplendor da liberdade, para que trabalhou incansavelmente, com o seu peito de ferro, mais valeroso ainda do que o referido pelo velho Horacio.

«Amor da patria e da liberdade—eis o lemma, em que o marquez poz sempre os olhos; eis a norma de todos os seus actos publicos; eis o distico mais bello para o seu monumento, e a garantia da sua immortalidade.

«Em frente pois do cadaver de um dos mais valentes soldados, de um homem illustrado, que consagrou a sua intelligencia e a sua vida a tudo que eram idéas nobres e generosas, e por ellas batalhou com a penna e espada, e com a corajosa tempera dos grandes corações, nós, que fazemos parte da familia liberal portugueza, deixámos consignado aqui o testemunho do nosso sentimento, e estas poucas linhas, como tributo sincero d'esta redacção á memoria de um dos maiores cidadãos que têm ennobrecido a patria.»

A *Actualidade* de 8 de janeiro (Porto):

«Quando ha dois dias, n'este mesmo logar, faziamos sentir a falta de homens importantes e de politicos parlamentares no nosso paiz, que

sustentassem com brilho e vigor o systema constitucional, mal pensamos que teriamos hoje de annunciar aos nossos leitores o desapparecimento de mais um, que já com a penna na mão, já com a espada nos campos de batalha, mais propugnára para o implantar n'esta terra.

«Referimo-nos ao infausto acontecimento da morte do sr. marquez de Sá da Bandeira, pelas duas horas da manhã do dia 6 do corrente; referimo-nos ao passamento d'este caudilho da liberdade, d'este caracter immaculado, cuja vida publica e particular foi um evangelho de virtudes; alma grandiosa, coração elevado, intelligencia culta, espirito trabalhador, a quem todos os partidos respeitaram durante a vida, e que era talvez dos homens da politica actual, o unico partidario sincero do systema constitucional; porque julgou que era possivel a alliança da corôa com as garantias e os direitos populares, e condemnou sempre as demasias do poder com os desvarios das massas.

«Não trepidava em dizer ao soberano e ao povo a verdade; nunca os seus labios se abriam á lisonja; a sua politica, a opposição feita da sua parte aos partidos ou ministros, era sempre nobre e justa. A sua cooperação em qualquer das facções era das que nobilitam; e por isso todos os partidos o desejavam agremiar entre as suas fileiras. Era, podemos dizel-o sem rebuço, um dos ultimos *leaders* existentes que implantaram em Portugal o regimen da monarchia liberal. Toda a sua vida politica se resume n'esta phrase: a alliança da democracia com o poder real.

«Queria o throno cercado de instituições democraticas. Postos sempre os olhos nos paizes onde o regimen liberal não é uma phantasmagoria, mas sim uma realidade, a Inglaterra e a Belgica, queria ver copiadas no nosso paiz as instituições que ali funcionam tão harmonicamente. Encarregado por varias vezes da pasta dos negocios da marinha e ultramar, dedicou incessantes e desvelados cuidados á sua gerencia; interessou-o sobretudo a questão da liberdade do trabalho dos escravos, a sua libertação; escreveu ácerca d'esta classe paginas eloquentes, que fizeram vibrar a alma do nosso paiz; formulou mesmo decretos e leis que tiveram como remate a liberdade d'esta pobre e desgraçada classe. Foi o que se póde chamar um varão illustre; e se tivesse visto a luz do dia n'uma nação de maiores proporções, teria atingido a gloria de um Washington, ou de um Lafayette.

«É pois o dia da sua morte um dia de lucto para todos, e a sua falta uma perda nacional.

«De todas as vezes que tomou parte nos negocios publicos, mostrou sempre especial interesse pelas nossas colonias, e foi elle que referendou os primeiros decretos para libertação dos pretos nas mesmas.

.....
 «Tal foi a vida, taes foram os trabalhos, taes os premios e condecorações de Sá da Bandeira, liberalisadas pela munificencia regia, du-

rante o longo periodo, de dezeseis lustros. Apesar da proveccta idade, o paiz sente profundamente a sua morte, porque não é facil encontrar assim outro varão illustre, que ao saber profundo e longa experiencia dos negocios publicos, reuna uma consciencia proba e desinteressada, um coração magnanimo, um sentimento innato, um amor exaltado pela liberdade.»

O *Jornal de Coimbra* de 9 de janeiro (Coimbra):

«Dorme o somno eterno na paz do tumulo o honrado chefe do partido reformista, o nobre marquez de Sá da Bandeira, estrenuo defensor da grande obra da liberdade, e desinteressado servidor do throno portuguez.

«Ceifou a morte o grande lidador cuja vida foi passada nos campos de batalha, onde a sua espada de exterminio por tantas vezes fez recordar as heroicas epopéas de Ourique e de Aljubarrota, onde nenhum portuguez mais louros colheu, nem maiores e mais desinteressados serviços prestou á dynastia constitucional e ao paiz que o viu nascer.

.....
«Como publicista não foi o nobre marquez de Sá da Bandeira menos notavel. Muitos foram os seus escriptos, e todos lhe grangearam justissima gloria.

«Com a espada e com a penna lidou este grande homem todos os dias da sua vida, defendendo energicamente as mais avançadas idéas liberaes de que foi verdadeiro apostolo, e associando-se aos mais altos commettimentos e ás mais generosas acções.

«Como militar foi um dos mais valentes do exercito portuguez, tornando-se notavel pela firmeza do seu character, pela sua bravura e pela intelligencia com que se houve em difficilimos lances, d'onde sempre saiu victorioso.

«Como estadista foi de inexcedivel probidade, e tendo sempre em mira o principio da justiça, administrou com zêlo os interesses da nação.

«Como publicista legou á posteridade trabalhos valiosos, e como homem lega-lhe um nome sem mancha, nome honrado que fica preso á historia d'este paiz como o de seu mais valoroso defensor.

«Ao partido reformista deixa tambem o nobre general exemplo muito para imitar, se é que a todos os partidos o não lega tambem, quem durante a sua vida e no meio dos mais violentos embates das paixões politicas foi modelo de virtudes, de coragem e de probidade.

«Á curta vida succede-se o somno longo, mas para quem no mundo sempre filiou as suas acções na escola do dever e da honra, segue-se ao passamento o esplendido dia da eternidade dos justos, sem que a sombra do tumulo o acompanhe ao menos na derradeira passagem.

«Deus fará á sua alma a justiça que merece.»

O *Primeiro de Janeiro* de 9 de janeiro (Porto):

«A um e um cáem ceifados pela morte, como espigas de madura messe, os soldados da gloriosa phalange que n'este paiz implantou a liberdade. Rareada vae já, e a pouco trecho desaparecerá de todo essa cohorte valorosa, que representava uma tradição de brilhantissimos feitos, e cujo heroismo era censura e correcção á tibieza e á descrença, que enervam as gerações de hoje. O mais illustre entre essas venerandas reliquias, o nobre marquez de Sá da Bandeira, foi agora juntar-se aos seus companheiros de armas, que já dormiam o somno eterno. Como o roble vetusto, que ao tombar carcomido, ou sob o golpe do lenhador, deixa na ramagem da floresta um claro que as arvores enfezadas de ao redor não podem preencher, assim o marquez de Sá da Bandeira, o intrepido soldado da guerra peninsular, do cêrco do Porto e da revolução popular do Minho, desaparece no tumulto, deixando de si uma tradição tão fulgente, que o seu passamento tem de ser considerado como perda enorme e irreparavel.

«Ondeia envolta em crepes a bandeira do partido reformista, porque d'elle era chefe o illustre finado. Mas ao lado do mesmo feretro ondeiam igualmente a meia haste as bandeiras de todos os partidos liberaes. Como quando morreu Joaquim Antonio de Aguiar, como quando morreu o duque de Loulé, assim agora toda a familia liberal se congrega para chorar as mesmas máguas e vestir o mesmo lucto. O marquez de Sá da Bandeira é mais uma estrella de primeira grandeza, que se apaga na vida, e que cáe na eternidade, para acrescentar com uma nova gloria a grande constellação da morte.

«A cada golpe d'estes, que a patria soffre, conturba-se-nos o animo á contemplação do futuro. Desejaremos que os varões benemeritos, que estão destinados a viver em todo o correr dos seculos na memoria dos seus compatriotas, fossem tambem immortaes no barro, tão fragil, que serve de envolucro a suas almas. Mas se a fraqueza humana arrasta igualmente á morte, *aequo pulsat pede*, o nobre e o plebeu, o rico e o pobre, o heroe e o cobarde, o patriota e o egoista, se ninguem póde fugir a essa terrivel igualdade, quizeramos ao menos—e é isso condição da virilidade dos estados—que os grandes homens se perpetuassem nas virtudes das gerações afeiçoadas a seu exemplo e pelos ensinamentos da sua vida, como as arvores se perpetuam nos seus renovos para manterem o esplendor da natureza e a magestade da criação.

«Ai! Quão doloroso é contemplar a tibieza d'esta geração anemica de crenças, abastardada de brios, a quem cabe recolher a herança dos valentes lidadores, que se vão finando! Onde estão as virtudes, que possam como as d'elles, levantar montanhas, entulhar abysmos e agrihoar e reduzir a pó o poderio fortalecido em sequencia ininterrupta de seculos?! Onde essa abnegação corajosa, esses milagres de heroismo, que tudo sacrificavam ao predominio de uma idéa, e que julgavam fa-

zer pouco por ella, quando só podiam offertar-lhe o sangue nos campos de batalha?! Velhos precoces são os homens novos, que ficam; e a velhice, que se esconde sob a terra, é a que representa ainda a juventude do coração, a energia de animo, a virilidade de convicções, a constancia inquebrantada nos artigos de fé da liberdade. Nós somos os filhos degenerados que malbaratámos e deixámos perder a herança valiosa, que tantos sacrificios e tantas lutas custou, e a que não damos apreço. Saberíamos melhor o que ella vale, e o quanto importa defendel-a de todas as usurpações, se a tivéssemos grangeado entre as amarguras do exilio e os relampagos de pelejas sanguinolentas e raivosas!

«São amanhã de Lisboa para Santarem, onde deve ser dado á campa, o cadaver do nobre marquez de Sá da Bandeira, soldado e publicista que teve sempre a espada contra a escravatura realenga, e a penna contra a escravatura de côr. Choremos todos, e chore tambem a dynastia! A raça dos varões fortes vae quaii extincta, e não é necessario que muito se encrespem as vagas, para que um baixel desnorteado e sem rumo se afunde no pego ou se faça pedaços nos escolhos. O desaparecimento de tantos homens illustres torna mais facil a desorganisação politica dos partidos. A morte é um auxiliar cruel dos estadistas obcecados!»

O *Jornal do Commercio* de 8 de janeiro (Lisboa):

«Não pranteemos sobre aquelles que se vão d'este mundo, tendo cumprido o seu dever, e enchido a medida dos annos da sua longa vida com boas acções, com serviços eminentes, com extremosa dedicação e inconcussa lealdade; glorifiquemol-os; porque, tendo chegado ao extremo da sua carreira mortal, deram á patria a sua intelligencia e a sua actividade, até que a fatal condição da humanidade lhes exauriu as forças vitaes.

«Por isso, n'este momento, nos curvâmos, reverentes, ante o cadaver do nobilissimo Bernardo de Sá Nogueira, marquez de Sá da Bandeira, mas logo nos erguemos, saudando o soldado intrepido e leal, o cidadão benemerito, o patriota que, n'uma longa carreira, serviu a sua patria *em boa fé*, na phrase do maior vulto da restauração da liberdade n'esta terra.

«A morte é tributo universal, mas a natureza é generosa, quando por longos annos conserva existencias, como a do marquez de Sá da Bandeira, existencias uteis, que passaram na vida em constante lidar pelo bem dos homens, e ficam na historia como padrões gloriosos e ensinamentos proficuos.

«Todos, n'este momento, lamentam a morte do marquez de Sá da Bandeira; mas os lamentos são a apotheose do benemerito cidadão, porque não são lagrimas que em breve enxugam, nem saudades que o tempo apaga; são as recordações de tudo quanto elle obrou pela pa-

tria, as lembranças da sua intrepidez nos campos de batalha, da sua dedicação á causa do povo: e estas recordações, e estas lembranças, transmittidas de geração em geração, jamais se desvanecem.

«O marquez de Sá da Bandeira foi soldado da guerra peninsular, da restauração da liberdade e da causa do povo contra o governo pessoal.

«A sua espada nunca ficou dentro da bainha, quando era necessario oppor ás demasias dos governos a justiça e os direitos do povo.

«Em 1836, 1837, 1846, o marquez de Sá da Bandeira serviu a causa do povo. É certo que tinha sempre os olhos no throno, para que elle não viesse a naufragar nos escolhos que faziam surgir com os seus desvarios e as suas ambições, e para conter tambem as demasias populares.

«Assim o nobre marquez procurava conciliar o que devia á sua consciencia em defeza dos direitos populares, com a lealdade a que não queria faltar para com a filha do duque de Bragança. E foi por isto que, sem o querer, serviu de degrau aos ambiciosos que especulavam com os destinos do povo, e foram depois os agentes do governo pessoal na realisação da nefasta revolta de 1842, no Porto, que tantos males trouxe ao paiz.

«O marquez de Sá não só sustentou com a espada a causa do povo, mas com a penna combateu os principios da mais abjecta subserviencia, quando, em 1845, se praticaram enormissimos attentados nas eleições, pretendendo-se que os militares deviam votar como lhes fosse ordenado, e não conforme a sua consciencia.

«O espirito profundamente monarchico do marquez de Sá da Bandeira modificou sempre as suas resoluções como chefe popular. Não queria curvar-se ao despotismo, mas tambem não queria que se subvertesse aquelle throno, pelo qual arriscára a vida, e que era um precioso legado do duque de Bragança, do qual fôra soldado intrepido e leal.

«A historia apreciará os factos da vida do illustre veterano. N'este momento só vemos o cidadão que sempre encontrámos do lado do povo; só nos recordâmos do general que o despotismo constitucional exautorou dos titulos e condecorações que havia ganho nos campos de batalha em prol d'aquelle mesmo throno deslembado e ingrato.

«Os serviços militares do nobre marquez de Sá estão inscriptos nas mais gloriosas paginas da historia do exercito portuguez, e elle proprio tinha no corpo as provas de que nunca tremêra ante o inimigo, nem lhe voltára as costas.

«Como ministro teve a honra de assentar-se nos conselhos do duque de Bragança, e era o unico que ainda restava dos que foram seus conselheiros. É não foi menor a honra de ter sido ministro do gabinete que se organisou depois da revolução de 9 de setembro de 1836; ga-

binete reformador, ao qual se devem instituições, que hoje illustram o paiz. A fundação da escola polytechnica, da escola do exercito, do conservatorio das artes e officios (instituto industrial), da academia de bellas artes, do conservatorio da arte dramatica, pertence ao ministerio de 9 de setembro. E d'este ministerio é igualmente o decreto de 10 de dezembro de 1836, que aboliu a escravatura. Ao marquez de Sá coube todavia a gloria de ser o apostolo d'aquelle grandioso pensamento, em cuja prosecução foi pertinaz até o ver realisado em toda a monarchia. Viveu bastante para ver completa a sua obra, e coroado o seu apostolado com os applausos de todas as nações cultas.

«Tem o marquez de Sá parte mui activa nos negocios politicos do paiz, foi muitas vezes ministro, e ultimamente era chefe do partido reformista, postoque chefe independente, porque em algumas questões votou em separado dos do seu gremio politico.

«Sejam quaes forem os erros que o nobre marquez haja praticado como ministro, sempre foi respeitada a sua probidade politica e a sua boa fé. Não se deixou contaminar pelo espirito faccioso; se o prisma pelo qual via as cousas não era o mais conveniente, não procedia isso, ou de ambição, ou de qualquer paixão má, que lhe torcesse a consciencia. Naturalmente pertinaz nos seus propositos, e n'aquellas cousas que reputava de verdadeira utilidade publica, não descorçoava com os obstaculos que encontrava.

«Era assim nos campos de batalha; para elle não havia perigos que o valor não vencesse, ou com os quaes não devesse arrostar. Este caracter do militar transpareceu no politico.

«A abolição da escravatura e as fortificações de Lisboa e defeza do paiz foram as duas preoccupações do seu espirito durante muitos annos. A primeira chegou a vél-a realisada, a segunda deixou-a apenas em principio.

«O marquez de Sá da Bandeira occupará um logar preeminente na historia dos ultimos cincoenta annos, e o seu nome será exaltado, porque o não maculará a nota de ambicioso, e fica ligado a successos gloriosos para o paiz.

«Este jornal é devedor ao marquez de Sá da Bandeira de muitas attentões e deferencias. Escripitor intelligente, deixa algumas obras que abonam o seu estudo e o seu talento, e nas columnas do *Jornal do Commercio* figura o seu nome por differentes vezes, em escriptos de interesse publico.

«Não esqueceremos que foi um dos maiores subscriptores para o monumento de José Xavier Mousinho da Silveira, e se escusou de assistir á trasladação dos seus restos mortaes, pelo justificado motivo da sua deteriorada saude. N'isto mostrou mais uma vez o nobre marquez que era verdadeiro liberal; elle lembrou-se do grande legislador da restauração liberal, emquanto outros, que deveriam ser agradecidos,

inteiramente se esqueceram d'esse vulto venerando para todos que amam a liberdade.

«Cumpriu o marquez de Sá da Bandeira a sua missão no mundo com honra e gloria; a patria lhe é agradecida, e o povo saúda o seu nome como o de um cidadão benemerito.»

A Revolução de Setembro de 9 de janeiro (Lisboa):

«Envolve-se de novo em crepes a bandeira do grande partido liberal. Mais um dos heroes da santa causa, tão ardentemente pleiteada nos campos de batalha e na arena parlamentar, acaba de cair prostrado pela inexoravel mão da morte! Não está de lucto só um partido, está de lucto a nação inteira; porque os vultos como o do marquez de Sá, como o de Joaquim Antonio de Aguiar, como o do duque de Loulé, que o antecederam de curto espaço no somno eterno do sepulchro, porque os vultos dos grandes homens, que têm honrado a familia liberal portugueza não pertencem exclusivamente ás facções a que as eventualidades da politica os fazem presidir, mas pertencem a todos os partidos liberaes simultaneamente, que em todos tem amigos, admiradores, discipulos, que a todos ao mesmo tempo são conselho e exemplo; pertencem principalmente ao paiz em cujos destinos influem, quer empunhem as redeas do poder, quer militem nas fileiras opposicionistas.

«Se o partido reformista recebe pezames pela morte do seu honrado chefe, não menos os recebem os outros partidos, não menos os recebe a nação toda pelo passamento d'aquelle notavel homem de estado. É commum o sentimento, como commum foi a perda.

«E a morte parece que, no seu capricho cego, como que se deliberou a distribuir com mão igual a calamidade. Hontem era o duque de Loulé, como na vespera fôra Joaquim Antonio de Aguiar, como hoje foi o marquez de Sá da Bandeira. Os chefes dos tres partidos liberaes, os tres derradeiros representantes dos ministerios da confiança de D. Pedro IV succumbiram uns após outros a curtos intervallos. Foram tres perdas iguaes, irreparaveis, immensas para os partidos, e sobre tudo para a nação, foram tres grandes corações de patriotas, de liberaes, de progressistas que deixaram de pulsar, foram tres vozes leaes e experimentadas que deixaram de se ouvir nos conselhos da corôa, foram tres honrados e dedicadissimos amigos da monarchia democratica que deixaram de lhe prestar o seu apoio, colhendo-os a morte, a todos tres, nos seus postos de honra, sempre com a face voltada para o inimigo commum, sentindo sempre n'alma as grandes inspirações do amor do progresso e da devoção patriotica.

«Dizer das virtudes do marquez de Sá da Bandeira, das suas elevadas qualidades moraes, dos seus nobilissimos sentimentos de honestidade, da sua inconcussa honradez, da sua heroica e provada valentia, seria empenho inutil como lição aos coevos, e superior ás nossas forças

como commemoração para os posterios. Na geração de hoje ninguem desconhece os altissimos dotes do finado, e os relevantissimos serviços que a patria e a liberdade lhes devem; e entre as vindouras gerações não seria a nossa voz que perpetuaria a gloriosa tradição do vulto notavel, que acaba de se esconder na campa para se erguer redivivo para a immortalidade da historia, escripta no marmore e no bronze dos monumentos, escripta nas paginas dos livros, sagrados pelos nomes dos nossos mais distinctos historiadores, escripta sobre tudo, e indelevelmente, nas tradições que se transmittirão de paes a filhos, enquanto houver um portuguez, que ame a sua patria, que preze os sentimentos de honra, que professe as santas doutrinas do credo liberal, de que o marquez de Sá foi apostolo e soldado.

«Exprimindo o sentimento geral da nação, as duas casas do parlamento resolveram nomear commissões que as representasse no saimento funebre do illustre marquez, e suspender por tres dias as suas sessões, sendo na camara electiva consagrada a de hoje á commemoração das altas qualidades do morto, que inspiraram sentidas e eloquentes palavras aos srs. Teixeira de Vasconcellos, Pinheiro Chagas, Osorio de Vasconcellos e Palma.

«Eram de rasão estas treguas na luta politica! Perante as grandes calamidades que simultaneamente ferem os partidos belligerantes, põem-se em funeral as armas em todos os arraiaes, envolvem-se de crepe todas as signas, e não ha occasião para o combate, mas apenas para o recolhimento solemne da saudade!»

O Jornal de Vizeu de 9 de janeiro (Vizeu):

«Tarjámos de lucto a nossa folha, como testemunho de saudade pelo perecimento de um varão illustre.

«Os homens, que, pelo exemplo nobilissimo que legam aos vindouros, merecem os respetos de seus contemporaneos e a admiração do futuro, não pertencem a si, não á familia, não ao seu paiz. São de todo o mundo honra e luz, são da humanidade brazão e vida e sol.

«Homens de tão superior quilate vivem sempre muitas vidas, enquanto existem, porque, por uma constante e léda miragem, o seu vulto venerando, rodeado de diversas aureolas, se reproduz sem cessar, no reino mais elevado do espirito humano.

«Agora é o homem do estudo procurando nos orbes da sciencia as incognitas, para transformal-as em chuva de oiro para a humanidade. Logo, é o estadista investigando o principio mais salutar da felicidade publica, para o consubstanciar em leis Moraes e justas para o bem de seus concidadãos.

«Hontem, o soldado que não é valente, porque quer matar; não é corajoso, porque o cheiro do sangue lhe dilata os pulmões; não é despedido, porque os aromas da polvora ou o pó dos campos da batalha lhe embriagam os sentidos.

«Mas sim, o filho da patria, que a defende; o apostolo da idéa, que a engrandece; o escravo do dever, que por elle combate.

«Amanhã, é o general que dá o plano, e mostra, por seus feitos, a bondade da concepção e a certeza dos resultados. O cabo de guerra, cuja espada não é o anjo pavoroso do exterminio, que aponta para a morte; mas o pharol da bonança, que indica as auroras da victoria como o primeiro arrebol de um porvir de alegrias.

«Hoje, o amigo do povo pelos esforços incessantes na demanda do progresso pela instrucção e pela moralidade.

«Sempre, o homem do trabalho, o sacerdote da religião das officinas, o crente na santificação da tarefa diaria, como principio indispensavel do quotidiano pão do espirito e do corpo.

«Sempre, por isto mesmo, o homem da justiça, da honra, da liberdade.

«Os varões insignes, assim por si mesmos nobilitados, não morrem. Despedem-se dos outros viventes, deixando em cada um de seus feitos a sua photographia, em cada acção das suas um retrato de suas feições; em cada pagina de sua vida o desenho perfeito de seus sentimentos, a copia authentica das nobres aspirações da sua alma.

«Cada um dos homens assim elevados ás proporções de gigantes, não pertence apenas ao seu tempo. Aperta em amigo abraço os seculos passados, presentes e os que hão de vir, porque em todos viveu, vive e viverá.

«Perante esses vultos veneraveis curva-se a humanidade, quando em vida passam por entre ella; prostra-se reverente e amiga, quando ao darem-lhe o adeus da despedida, voam em espirito até o infinito, e vão dar ao pó e pó que lhes formára a materia.

«Não chora, admira; não vae sobre a campa depositar a corôa de perpetuas, que significa a eternidade do passamento; mas sim as saudades e os lyrios, que manifestam as benções dos que olham para o mundo dos espiritos, reconhecido até mesmo pelas manifestações immorredoiras, que são o legado dos homens verdadeiramente grandes.

«Para esses sublimados heroes fica em cada peito dos seres humanos um altar, em cada alma um peito de sincera adoração.

«Perante esses sarcophagos, venerandos pelas cinzas que encerram, a humanidade, repitámos, não chora; ajoelha, afaga a sombra que passa; bem diz a realidade que fica nos tantissimos fructos semeados.

«Marquez de Sá da Bandeira! eis o preito que mereces: eis o galardão que tens.

«Não morreste. Obreiro incansavel, soou a hora infallivel do repouso: obedeceste, dormiste.

«Bernardo de Sá Nogueira! déste a nossos paes exemplos de raro valor, e elles foram contigo.

«Déste-nos, a nós, lições de amor civico, de estudo e de saber. Bemdizemos-te.

«Á posteridade ensinaste como se redimem os homens da negrura original da ignorancia. Ella colherá as messes e semeará de novo.

«Para ti a liberdade estava na instrucção e na justiça.

«Salve! memoria que és bandeira, honra, valor, saber e gloria.

«Em nome de teus velhos companheiros, que aqui vivem; em nome da liberal cidade de Vizeu, ajoelhâmos tambem perante o teu tumulto para te bemdizer e admirar.»

O *Conimbricense* de 8 de janeiro (Coimbra):

«O partido liberal acaba de soffrer uma grande perda! Já não existe o marquez de Sá da Bandeira!

«Depois de se escrever este nome é inutil acrescentar quaesquer apontamentos biographicos.

«Dizer Bernardo de Sá Nogueira é dizer o bravo militar da guerra peninsular; o liberal dedicadissimo de 1820, de 1828 a 1834, de 1846 a 1847, e emfim de todas as vezes que a patria pedia o seu auxilio.

«Quer nos campos de batalha, quer no gabinete, o valente Sá da Bandeira foi sempre leal á causa do povo.

«Não ha uma só das fracções em que está dividido o partido liberal que não chore vivamente esta morte!

«Sirva ao menos a sua honradez de character e a sua probidade inexcedivel de norma de proceder para todos.

«O ultimo ministro de D. Pedro que existia foi riscado do numero dos vivos! Assim se vae extinguindo aquella geração de bravos!

«Paz ás cinzas do marquez de Sá da Bandeira!»

O *Viriato* de 11 de janeiro (Vizeu):

«Levanta-se unanime o paiz a prantear a morte de Bernardo de Sá Nogueira!

«E com rasão, que era elle uma das suas glorias, uma das suas tradições mais venerandas, uma das reliquias sacrosantas da religião da patria.

«O marquez de Sá da Bandeira era em Portugal o typo do *chevalier sans peur et sans reproche*; e porque fôra bravo entre os bravos, e honrado e leal entre os mais leaes e honrados servidores do throno e do paiz, é justa a nossa dor ao perdê-lo, e justificadissimo o nosso preito á sua memoria, e o nosso orgulho ao apontal-o a naturaes e estrangeiros.

«O marquez de Sá da Bandeira era uma das estrellas d'aquella constellação brilhante, que do meio do oceano surgiu sobre a nossa cerração de 28 a 34, e que, uma por uma, se vão apagando, deixando-nos o horisonte da patria esclarecido do seu brilho.

«E poucas brilharam com mais fulgor.

«Soldado e general, fôra sempre nos campos da batalha um penhor seguro da victoria.

«Homem d'estado e de estudo, foi sempre um conselheiro fiel dos reis, e um dedicado campeão do povo.

«A este, conquistou-lhe a liberdade, inscrevendo com a espada as franquias populares sobre o dorso da tyrannia prostrada em terra.

«Aos reis, alevantou-lhe o throno á altura do amor nacional, e firmou-lh'o depois nas instituições, que soube fazer estimar e respeitar sempre com a palavra e com o exemplo.

«Homem excepcional, typo do lutador, teve sempre na guerra a espada, e na paz o espirito, fulgido como ella, e como ella azado para o combate.

«Lutou toda a vida com a espada ou com a palavra, e depois de ter destruido com aquella a servidão de um povo, empregou esta em destruir a escravidão de uma raça.

«Bello exemplo! Brilhantissima vida!

«Aquella fronte augusta teve sempre um clarão a circumdal-a.

«Nos combates illuminava-lh'a a lamina da espada vencedora.

«Nas pugnas incruentas da palavra e do pensamento illuminava-lh'a a intelligencia, e aquecia-lh'a aquelle grande coração, todo dedicado á patria e á humanidade.

«Muito lhe devemos todos.

«Mas deve consolar-nos no meio d'esta perda irreparavel a idéa de que nem os reis nem o povo se podem accusar de ingratição.

«Pagaram-lhe em vida a homenagem do amor e do respeito, e pagam-lhe hoje n'uma saudade infinda o tributo que aos grandes homens deve a patria reconhecida.

«As vidas dos homens como Bernardo de Sá Nogueira são o livro de oiro das nações, os annaes dos seus feitos heroicos, e o repositorio das glorias e das virtudes que honram os povos, e dão a medida do seu valor e do seu merito.

«Esperando que alguém trace esse quadro glorioso, vamos reproduzir aqui alguns apontamentos da sua biographia.»

A Correspondencia de Coimbra de 9 de janeiro (Coimbra):

«Está quasi encerrado o cyclo glorioso dos notaveis cidadãos e esforçados lidadores que, nos campos de batalha e nos supremos conselhos politicos, cooperaram ao lado do duque de Bragança e á frente do partido liberal para fundar entre nós e consolidar as instituições que vae em meio seculo nos deram a liberdade, e que durante a sua vida trabalharam dedicadamente por manter e aperfeiçoar as instituições que lhe servem de garantia.

«Entre esse grupo de homens sinceramente votados á causa da emancipação popular, e que generosamente lhe sacrificavam o repouso e a propria vida, ergue-se magestoso e inspirando gratidão e respeito, o vulto heroico do nobre e honrado cidadão Bernardo de Sá Nogueira, visconde e depois marquez de Sá da Bandeira.

«Este benemerito estadista, valente e illustrado general, apparece-nos em todas as nossas lutas politicás combatendo com a intelligencia, com a palavra, com a penna e com a espada nas fileiras dos mais avançados, corajosos e convictos defensores das instituições liberaes.

«Ministro em 1832, occupou successivamente em 1835, 36, 37, 38, 46, 56, 57, 58, 60, 65, 68 e 70 os logares mais eminentes na governação do estado; e nas assembléas politicas, e á frente do exercito, manteve illibado o posto honroso em que seus talentos e serviços, e a gratidão do povo e a da realza o collocaram.

«O nobre marquez de Sá da Bandeira em todas as grandes reformas liberaes, e nos mais ousados commettimentos humanitarios, distinguio-se, ou por sua iniciativa ou por seu dedicado empenho. E para coroar com magestosa cupula de oiro o levantado edificio do seu ideal, ao mesmo tempo por suas propostas, com o seu conselho e com a sua palavra eloquente impulsionava as mais avantajadas reformas politicas e economicas, e fazia respeitar nas côrtes estrangeiras o nome e os interesses da patria, lançava um olhar compassivo e piedoso, alargava os affectos do seu generoso coração pela immensidade dos mares, e instaurava e seguia nos conselhos da corôa, nas assembléas nacionaes, na imprensa e perante a consciencia publica o famoso pleito em favor da liberdade dos escravos das nossas colonias, de que elle se constituíra tutor desvelado e advogado officioso.

«Com este rasgo de justiça e caridade, com este brado de uma consciencia pura e de uma alma boa como poucas, conseguiu o nobre marquez de Sá libertar tantos opprimidos, riscar das nossas leis a barbara legislação servil, e apagar da nossa historia contemporanea os vestigios da escravidão que o absolutismo nos legára.

«Homem, cidadão, soldado, estadista, parlamentar e escriptor, foi sempre Bernardo de Sá Nogueira um portuguez leal, um amigo do povo, um militar valente, um conselheiro incorruptivel da corôa, um defensor estrenuo da justiça e da liberdade, querendo-a, pedindo-a e reclamando-a até para os escravos, que nas nossas colonias gemiam sob o peso da tyrannia e da servidão.

«Bernardo de Sá Nogueira já não existe!

«Mas existirá na lembrança de nós todos, e a historia transmittirá aos vindouros a sua memoria honrada, o singular renome dos seus feitos e o exemplo das suas virtudes.

«O partido liberal pranteia com pungente saudade o grande cidadão, o amigo sincero, o homem que tantos e tão relevantes serviços prestou a bem da patria e da humanidade.

«Nós aqui deixámos gravado o testemunho affectuoso do nosso reconhecimento e da nossa admiração.»

O *Brazil* de 8 de janeiro (Lisboa):

«Como o sol depois de ter illuminado a terra, vae descaíndo no horisonte até se esconder no oceano, perdendo-se nas sombras do occidente, assim um dos mais distinctos vultos da nossa historia, um dos principaes paladinos da epopéa liberal, desceu pela voragem de que é porta a sepultura, a mergulhar n'esse mar immenso que se denomina eternidade!

«Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquez de Sá da Bandeira, deixou de existir!

«Finou-se pela uma hora e meia da manhã do dia 6 de janeiro do corrente anno de 1876, perdendo assim o Rei de Portugal um dos seus mais dedicados amigos, um dos mais valentes defensores da sua dynastia, no dia consagrado pela igreja á memoria de tres santos reis do Oriente!

«Não pranteam sós o finado, não estão apenas cobertos de dó os que lhe eram ligados pelo sangue ou pela affinidade, choram-no todos, e todos apreciam as altas qualidades do valente general; está de lucto o paiz, está de lucto a patria, que perdeu um dos seus mais estimados e mais benemeritos filhos.

«Agora que aquelle nobre coração cessou de bater, agora que aquelle forte pulso gelado pelo sôpro da morte não pôde já erguer a espada terrivel, mas gloriosa e sem macula, que se levantem os accusadores, e digam e apontem um só factó, que possa ensombrar ligeiramente aquelle cadaver, aureolado pelos brilhantes clarões de uma vida tão admiravel, que será eternamente lição e exemplo ao mundo.

«Não podem; e ninguem se levantará, porque a mesma calumnia se retrahе confusa e aterrada perante a sombra de um homem, admiravel exemplo de bravura, lealdade e honradez!

«Quando as armas vencedoras de Carlos V derrubavam em París as hostes francezas, caía ao lado do rei da França Francisco I, um dos seus defensores, que, morto n'esse dia, vive e viverá eternamente na historia!

«Era Bayard o cavalleiro *sem medo e sem mancha!*

«Pois bem, o marquez de Sá da Bandeira era o Bayard portuguez!

«A sua vida é uma das paginas mais brilhantes da nossa historia, tão abundante em feitos grandiosos, em acções deslumbrantes, em immorredouros capitulos!»

O *Jornal da Noite* de 7 de janeiro (Lisboa):

«Foi dos primeiros portuguezes do seu tempo. A historia ha de comparal-o aos heroes de cujo patriotismo e abnegação se honram as nações. Tinha as virtudes d'elles.

«A corôa sentirá profundamente a perda de tão leal amigo e conselheiro. O exercito ha de commemorar sempre o nome venerando de

seu honrado general. Aos homens publicos não esquecerão os nobres exemplos de Sá da Bandeira. Os sabios e os homens de letras recordarão a estima fraternal com que os acolhia e honrava. A camara dos pares lastimará a falta de tão illustre membro. A escola do exercito chorará orphã do seu insigne director. A academia continuará á memoria do seu antigo socio as homénagens que lhe prestou em vida. Em todas as casas portuguezas de um a outro extremo do reino será unanime o sentimento de affectuosa mágua e de grande veneração.»

A Democracia de 9 de janeiro (Lisboa):

«Se o progredir da civilisação já não permite á poesia que cante os heroes epicos, porque o homem, por grande que seja, perde-se na concepção immensa da humanidade, porque a especie absorve nos seus seios enormes o individuo, ainda o que mais se levantou pelo esforço do genio; se a epocha, que vamos atravessando, já não consente que floresçam os Homeros e os Virgílios, os Tassos e os Camões, que memoraram em versos immortaes as poderosas personalidades, que symbolisaram um cyclo esplendido da historia, nem por isso o vulto das energicas individualidades deixa de accusar-se e de sobresaír, com traços brilhantes na téla onde se reproduzem os atletas magnanimos.

«Se a poesia emmudece, se o heroe, como o comprehendia a anti-guidade, se perde e esvaece perante o triumpho cada vez mais irresistivel da democracia, que derrocou dos altares os semi-deuses e só rende culto ás virtudes puramente humanas; a historia não se cala. E a historia é a voz potente e desapaixonada da posteridade, é a sentença fria e imparcial esculpida nos bronzes, que as idades não podem cor-roer nem carcomir.

«Entre o heroe antigo, o heroe epico, o heroe legendario, e o heroe como o concebem e explicam as sociedades modernas, medeia um abysmo excavado por longos seculos de progresso incessante.

«Era o heroe antigo o destruidor audaz e implacavel, acorrentando ao seu carro de triumpho os povos escravos, dobrada a cerviz e agri-lhoados os pulsos, regando de lagrimas a via capitolina, como tinham enxarcado de sangue os campos de batalha.

«Armar um povo contra outro povo, accender o brandão da guerra, semear por toda a parte o espanto e o terror, fazer do assombro uma religião, destruir cidades florescentes e levantar sobre as ruinas fume-gantes ainda o arco triumphal ou o obelisco memorativo, que ficaria testemunhando aos evos que um grande homem por ali passou, dispartindo os raios olympicos, que tudo abrasavam, tal é o heroe antigo, que os poetas cantavam e os homens adoravam nas aras profanadas de uma religião sangrenta e feroz.

«Quão differente é o heroe, como se afigura ao ideal do nosso se-culo e da nossa philosophia!

«Para nós o heroe não é aquelle que conquista os homens irmãos, senão o que batalha pela liberdade em todas as suas manifestações, defendendo-a na peleja armada ou nas grandes assembléas publicas, ou nos comicios populares, ou no labor de todos os dias, pela palavra e pela penna.

«O heroe é o emancipador e o libertador, é o que faz cidadãos livres, e annuncia aos povos a boa nova, e com ella o codigo dos direitos e dos deveres civicos.

«E' é assim que Bernardo de Sá Nogueira foi heroe; e quando na face da terra surgir o poeta que escreva a epopéa da humanidade, o nome do illustre portuguez ha de reluzir na constellação brilhante ao lado dos benemeritos, que mais trabalharam pela emancipação dos povos e pela victoria ultima da democracia.

«Que admiravel vida a de Bernardo de Sá Nogueira!

«Ainda adolescente, ouvindo o estertor da velha sociedade, que se desfazia, e assistindo ao raiar da nova aurora, que tinha por mensageiros os exercitos da França imperial, que era sempre a França revolucionaria, Bernardo de Sá Nogueira soltava o grito da independencia da patria, e alcançava logo um logar honrado n'essa geração de fortes, que annos depois haviam de conquistar a liberdade pela revolução.

«Esforçado e gentil guerreiro, viu a metralha ceifar hostes inteiras em todas essas gloriosas e disputadas batalhas, com que a velha patria dos conquistadores e dos navegadores dizia ao mundo que ainda gerava heroes capazes de medir-se com as phalanges, que tinham por theatro das suas façanhas a Europa inteira, do Tejo até ao Newa, desde os plainos adustos da Andaluzia até as neves eternas das terras circumpolares.

«Finda essa guerra de gigantes, em que o juvenil soldado verteu o sangue, eil-o a levantar o seu já alto espirito e a alargar os ambitos dos seus anseios.

«Até então batalhára pela independencia.

«Mas o que vale a independencia para os povos, que gemem na escravidão sob o calcanhar da tyrannia coroada?

«Ser independente e não ser livre é uma d'essas ironias pungentes, contra as quaes os espiritos elevados reagem com todo o vigor e energia.

«Assim fez Bernardo de Sá Nogueira, que poz a mira em dar a liberdade ao seu paiz, assim como lhe dera a independencia.

«E foi assim um dos primeiros a iniciar o movimento liberal, esse espirito culto e logico, que não admittia as vergonhosas transigencias e os pactos accomodatícios, que tanto hão concorrido para demorar o advento da idéa democratica.

«Nas guerras da liberdade foi Bernardo de Sá Nogueira mais alguma cousa de que o valente, o arrojado batalhador das guerras da independencia.

«Entrado já em plena virilidade, robustecido o espirito com estudos severos das sciencias exactas e naturaes; philosopho e politico amadurecido, se na peleja era sempre o valente soldado, que desprezava os perigos e zombava da morte, era no conselho o pensador austero, o experiente estadista, o homem que merecia não só a confiança plena dos seus irmãos d'armas, senão tambem a admiração e o respeito dos proprios adversarios.

«Em homem algum d'aquella geração tão opulenta se hermanavam e consociavam tão amavelmente os dotes do soldado, que levava a heroicidade ao delirio, e as faculdades fecundas do estadista, para quem não tinha segredos a arte de governar.

«Triumphou emfim a liberdade, e a tyrannia do direito divino resvalou no sangue para nunca mais se erguer em terras portuguezas.

«Mas a tradição continuava a exercitar o seu imperio, e vencidos os reaccionarios de 1828, era necessario combater os de 1834.

«A revolução de setembro levantou nos escudos populares o heroe, a quem o povo acclamou como chefe, no qual o desinteresse e abnegação constituíam um preceito de religião da honra.

«E lutou ainda por largos annos; lutou sem que o braço, que lhe restava, deixasse cair a espada, e só descansou, quando viu segura a liberdade.

«Mas se houve homem perfectivel, foi Bernardo de Sá Nogueira.

«Era independente e livre o seu paiz, mas em terras portuguezas imperava a escravidão, esse attentado assombroso contra a dignidade humana.

«E Bernardo de Sá arcou de frente o monstro, que transformava no oiro infamado as lagrimas e os gemidos dos miseros captivos, para quem a bandeira portugueza não era o labaro da resurreição.

«E ao cabo de uma longa e dilatada vida, o veterano, que no seu proprio epitaphio disse que a patria nada lhe devia, logrou ter expungido dos dominios portuguezes os vestigios derradeiros da escravidão.

«Podia morrer. Estava cumprida a sua obra gigante; tinha erigido o monumento que, na phrase de Horacio, é mais imperecedouro do que os bronzes, e ha de lembrar-lhe o nome á mais remota posteridade.

«A sua vida resume-se em poucas palavras.

«Foi o soldado da independencia; foi o evangelista da liberdade; foi o sacerdote da emancipação universal. Foi o verdadeiro heroe, e circunda-lhe o nome a unica magestade augusta, perante a qual a democracia se curva respeitosa.»

O Partido Liberal de 11 de janeiro (Coimbra):

«Mais uma perda no campo liberal. Ainda não ha muito que os liberaes d'esta cidade se vestiram de lucto para chorar sobre as campas do duque de Loulé e de Joaquim Antonio de Aguiar, e eis que sem

tempo para enxugar o pranto, a morte do marquez de Sá da Bandeira vem avivar-nos a dor e reabrir-nos a chaga.

«Não chorámos em Sá da Bandeira a perda do valente soldado. Valente foi toda essa legião de bravos de que elle fazia parte; valente se mostraria ainda hoje o soldado portuguez se a patria ou a liberdade perigassem.

«O que chorámos, é a perda do grande patriota, do honrado cidadão, do nobre coração.

«Em Loulé, Aguiar, Sá da Bandeira, perderam os respectivos partidos um chefe: perderam muito... mas o partido liberal e a monarchia constitucional perderam muito mais. Assim vão caíndo um e um esses vultos gigantes que a nova geração encontrava como mestres e exemplos. E amanhã, quando todos tiverem baixado á campa, restará uma geração de pigmeus que se creou n'uma epocha de transição, geração bastarda que se diz liberal e é despota, que se diz honrada e é cynica e devassa. Continham-a esses vultos venerandos, a cujo mando obedecia contrafeita. Quem conterà amanhã esses mercadores de consciencias, traficantes de votos, *condottieri* politicos, que addictos ora a este ora áquelle partido, ameaçam todos e se deshonram a si sem servir os alliados nem o paiz?

«Descansae em paz Loulé, Aguiar, Sá da Bandeira! Déstes á patria e á liberdade o vosso sangue, o vosso pensamento, a vossa vida. A consciencia do dever cumprido vos acompanhou na vida; o respeito da posteridade vos acompanha mortos.

«Quando a nova geração se levantar como um só homem para julgar as que a precederam, a sua primeira homenagem será para vós; e vosso exemplo será o seu guia.»

O *Popular do Porto* de 9 de janeiro (Porto): -

«Valor, lealdade, abnegação, e crença e fé nas idéas por que verteu o seu sangue, eis o resumo das virtudes do soldado e do tribuno que o paiz acaba de perder.

«O seu testamento foi nobre como toda a sua vida, modesto como a sua alma, e é um livro que deixa aberto a todas as gerações.

«Todos sabem quanto fez pela causa da nossa regeneração politica, como soldado, ministro e legislador, o nobre marquez de Sá da Bandeira, esse prototypo de honradez e dedicação, que na austeridade de bríos e na grandeza dos serviços não teve muitos competidores em toda a illustre pleiade de varões assignalados que com os seus feitos e as suas virtudes escreveram as maiores glorias da humanidade.

«Saibam agora quanto foram sinceras as suas praticas; deve medir-se a sua sinceridade e a sua fé pela recompensa que perdeu ao estado.

«No epitaphio, que escreveu pelo seu proprio punho, o valente e

honrado tribuno quer que as gerações não ignorem que, combatendo pela independência da pátria e pela liberdade, e sendo ferido nos campanhas das duas causas, nada lhe ficou devendo a nação, porque servindo o seu paiz servira as suas convicções!

«Quanto é nobre este ultimo rasgo do seu desinteresse!

«Quanto é sublime esta doutrina liberal!

«Esta austeridade nos tribunos é que póde consolidar pelo amor e enthusiasmo as instituições modernas.

«Não se julgou com direito a recompensas, nem merecedor de honras desde que deixou de prestar serviços.

«Dispensou que o levassem á sua ultima morada os coches da casa real.

«Mas a nação é que não se julga desobrigada de lhe beijar a farda honrada, e de cobrir com saudades a sua memoria.»

A Correspondencia de Portugal de 14 de janeiro (Lisboa):

«Um acontecimento natural, porém, sobresaltante sempre, a morte de um homem illustre deu ultimamente inopinado rebate em todos os corações portuguezes. Restava ainda na quasi despovoada galeria dos principes d'este seculo um vulto magestoso, a quem todos, sem differença de naturaes e forasteiros, rendiamos perenne culto de affectuosa admiração. Com a frente toucada de glorias, que ceifára com a espada no campo das batalhas, e com a palavra no campo das discussões, não se recatava Sá da Bandeira, inspirando o grato perfume dos seus louros, entre as paredes doiradas do seu palacio. Soldado desde 1810, soldado firme e valente, como poucos, nas fileiras da pátria e da humanidade, o seu palacio era a caserna, onde apenas repousava do seu incessante lidar na paz e na guerra pelos mais altos interesses da sociedade.

«Era vê-lo ahi todos os dias no parlamento, na sala, na praça, sempre com todos, sempre com as multidões, dando o peito a todos os braços, e acenando sempre para cima, para um pensamento grande, que lhe trazia sempre levantado o espirito. Era nosso, era de fruição nacional aquelle peito que todos abraçavamos com orgulho, aquelle peito que formavam as vertebraes da honra e do valor, aquelle peito onde indifferente a perigos e sacrificios, serenamente pendulava o mais nobre coração.

«Muito e sempre em defeza da pátria e da humanidade perfez com a espada e com a penna o marquez de Sá da Bandeira. Com a espada levou o arrojo até aos dominios da temeridade; com a penna levou o sentimento até aos dominios da especulação. Mas não foi a realidade de seus esplendidos commettimentos, não foi a lança de Viriato nem a palavra de Wilberforce o que no dia do seu magestoso funeral intimou aquelle solemne respeito ás multidões; foi a infinita virtualidade do seu

caracter, foi aquella pyramide moral com a base na terra da patria e o vertice na alma da humanidade, que logo, abatido o corpo, se levantou em fórma escultural do seu espirito á reverente admiração do mundo.

«Todas as actividades absorveu e suspendeu no sentimento o funeral do marquez de Sá da Bandeira. Calaram-se os partidos, encerrou-se o parlamento, pararam as industrias, pasmeou a vida no rosto do paiz, porque todo o sangue lhe refluiu ao coração, que em todas as imprensas soluçava o lagrimoso canto da morte.

«Não faltará á venerada memoria de tão illustre varão o serviço da biographia, já longamente esboçada na imprensa, porque não faltará de certo á historia de Portugal o desenho dos mais formosos monumentos d'este seculo. Ao expô-lo porém de rosto á posteridade, veja bem o artista que o homem o mais expansivo, o que mais favoreceram as circumstancias para em claros feitos se expandir, não deixa nunca inteira n'esses feitos a imagem do seu espirito.

«Fica sempre áquem da verdade por mais dextras faculdades que o sirvam, este anciado esforço, que nos flagella, por nos mostrarmos quaes somos, quaes por dentro nos vemos formados pela mão do Creador. Esta parte de nós mesmos, que não podendo romper as nevoas d'este mundo vae mais esplendida brilhar na existencia superior, quando, como na vida de Sá da Bandeira, a deixam adivinhar os grandes traços que ficaram na tela da historia, é obrigação do artista, que tão nobre assumpto verdadeiramente inspira, integra-la segundo o risco historico com as tintas ideaes da phantasia. O que deixam no espaço estes bellos monumentos, ao passar de um infinito a outro infinito na continua translação da sua dourada esphera, são apenas as ruinas da sua formosa architectura, uma columna, um plintho, um capitel, fragmentos que só mostram o estylo d'aquellas divinas formações. Se querem pois a verdadeira imagem de Sá da Bandeira dêem-se as mãos na sua feitura a historia e a poesia.»

*

* *

O eximio historiador portuguez, uma das glorias d'este paiz, o sr. Alexandre Herculano, tambem se associou á dor nacional, e nas seguintes linhas dirigidas ao sr. Antonio Cabral de Sá Nogueira, irmão do finado, expressou o vivissimo sentimento que o pungia:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Antonio Cabral de Sá Nogueira. — Meu bom amigo. — O paiz acaba de perder o portuguez mais illustre do nosso seculo. A rasão e a consciencia publica deploram ruidosamente esta imensa perda. O coração do irmão que lhe foi o melhor e mais leal amigo, sei que a sente com a dor calada do desinteressado affecto.

Permitta v. ex.^a que eu me approxime sem ruído d'essa dor profunda, e busque associar-me a ella. V. ex.^a sabe quanto devi em benevolencia, e posso dizer-lo em amizade ao marquez de Sá. É isso que ha de absolver-me de dirigir n'estas horas de angustia a expressão altamente sincera e sentida da minha saudade.—De v. ex.^a, velho amigo e obrigadissimo creado. — *A. Herculano.* — Valle de Lobos, 8 de janeiro de 1876.»

Apenas se soube o fallecimento do marquez de Sá, logo vogou a idéa de se lhe erigir um monumento. Quando falleceu em 1874 o sr. Luiz Teixeira Homem Brederode, «*deixára, em seu testamento, quatrocentos mil réis, destinados para o principio de um monumento ao seu amigo o valente e honesto Bernardo de Sá Nogueira, marquez de Sa da Bandeira.*»

O sr. Simão José da Lua, illustre historiador do cêrco do Porto, um dos melhores amigos do fallecido general, seu companheiro de armas e trabalhos militares desde a ilha Terceira até ao fim da campanha liberal, publicou logo nos jornaes uma manifestação em favor da idéa do monumento que entendia dever levar-se á execução.

Logo se installou para este fim uma commissão que publicou ha poucos dias nos jornaes a seguinte circular:

«Os abaixo assignados, firmemente convencidos dos assignalados serviços prestados com tanto denodo á patria, á causa liberal e á legitima dynastia reinante pelo illustre general marquez de Sá da Bandeira, ultimamente fallecido, e lembrados dos actos de valor e bravura militar que inquestionavelmente o constituem verdadeiro modelo para os que se dedicam á nobre e brilhante carreira das armas; têm para si como certo que a nação não póde deixar de se mostrar reconhecida á memoria de tão preclaro e benemerito cidadão.

«Mas se as virtudes militares e politicas do marquez de Sá da Bandeira só por si o tornariam digno da manifestação de elevado respeito que as populações de Lisboa e de Santarem tão espontaneamente lhe fizeram no dia do seu funeral, dia de lucto para ambas; a grande philanthropia do seu bondoso coração seguramente não contribuiu para isso menos; grangeando-lhe por si só, em vida, alto conceito, mesmo entre estranhos, e até de alguns d'estes os mais subidos elogios, como não podia deixar de ser, vendo-se a inhabalavel dedicação e a firme persistencia com que n'uma luta de trinta e nove annos seguidos, trabalhou incessantemente para conseguir a total extincção da escravatura nos nossos dominios de Africa.

«Só esta luta, eterno brasão de gloria para a sua philanthropia, luta principiada pelo seu decreto de 10 de dezembro de 1836 e terminada pela lei de 29 de abril de 1875, era por si bastante para que, tanto

no paiz como fóra d'elle, de prompto occorresse a idéa de levantar um padrão, que para sempre honrasse a memoria e eternisasse o nome do Marquez entre os que mais se dedicaram á extincção d'aquelle trafico.

«Por todas estas rasões os abaixo assignados, constituindo-se em commissão, promovem uma subscripção publica, a fim de se erigir um monumento, na capital d'este reino, que recorde sempre a presentes e vindouros os grandes e tão distinctos serviços, militares, politicos e philanthropicos prestados ao paiz e á humanidade pelo venerando e sabio Marquez de Sá da Bandeira, e convidam a concorrer para fim tão patriotico quantos de coração prezam a patria, a liberdade e uma philanthropia tão christã. — *Duque de Palmella*, presidente. — *Anselmo José Braamcamp* — *Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello* — *Bernardino Antonio Gomes* — *Bispo de Viseu* — *José Manuel Leitão* — *José Ribeiro da Cunha* — *Marquez d'Avila e de Bolama* — *Marquez de Fronteira* — *Simão José da Luz.*»

Todos estes cavalheiros inscreveram-se logo com valiosas sommas, e alem d'esses, Suas Magestades El-Rei o senhor D. Luiz I, a Rainha a senhora D. Maria Pia, Sua Alteza o Principe Real D. Carlos e o Infante D. Affonso, e bem assim a sr.^a duqueza de Palmella.

Merece ter aqui tambem honrosa menção o alvitre apresentado pelo sr. Aniceto Marcolino Barreto da Rocha, lente da escola do exercito, de dever ser o monumento destinado a perpetuar a memoria do sr. Marquez de Sá, *um instituto de ensino, levantando-se uma escola militar sobre as terras do Valle de Pereiro, para o que elle offerece 1:000\$000 réis.*

Eis o documento a que me refiro:

ESCOLA MILITAR SÁ DA BANDEIRA

«Bernardo de Sá Nogueira foi soldado desde o dia 4 de abril de 1810; combatendo pela independencia da patria, foi gravemente ferido e deixado por morto no campo de Vielle em França; combatendo pela liberdade, foi ferido quatro vezes, e perdeu o braço direito no Alto da Bandeira; servindo o seu paiz, serviu as suas convicções: morre satisfeito: a patria nada lhe deve...»

É este o seu espirito.

«Tendo eu offerecido á escola do exercito, e mandado para a sua bibliotheca a maior parte dos meus livros e mappas... Havendo eu reorganizado esta escola no anno de 1837, e tendo um consideravel numero de seus alumnos adquirido nome honroso como distinctos funcionarios publicos.....
.....
e tendo eu estado, ha mais de vinte annos, á testa d'esta escola, faço esta recommendação com o fim de deixar um testemunho do apreço em

que tenho o corpo cathedratico da escola, bem como os mais empregados e alumnos, e da afeição, que tenho a este instituto. . . »

Foi este o coração.

A sua gloriosa memoria não póde agradar um monumento qualquer, que seja vaidoso e esteril; mas um instituto de ensino e de propagando, levantando-se a *escola militar Sá da Bandeira* sobre as terras do Valle de Pereiro, nas vizinhanças da residencia onde o cidadão benemerito largos annos meditou e trabalhou pela patria, em convívio com as sciencias, e na propaganda pelos melhoramentos da humanidade.

Esta fabrica deve ter um desenvolvimento, que satisfaça aos fins para que é destinada; e para ella subscrevo com 1:000\$000 réis, pequena dadiva para os meus desejos, mas limitada pelos meus recursos. Porém todos os portuguezes e os poderes publicos não deixarão de concorrer generosamente para a construcção do instituto monumental; que, completando a obra do elevado espirito e affectuoso coração, ha de commemorar dignamente o vulto legendario do portuguez excelso; ao mesmo tempo que fará desenvolver a instrucção no exercito, com a riqueza patria pelas obras publicas. E a subscrição britannica corresponderá á magnificencia da Inglaterra, considerando o companheiro de armas do seu heroe Wellington na luta ingente, que affirmou a independencia portugueza, e engrandeceu a riqueza, o poder e a gloria inglezas; estimando o liberal convicto pela generalidade das instituições inglezas; honrando o sabio cultivador das sciencias, e especialmente da geographia; e commemorando o philosopho no apostolado incessante e efficaz para a abolição da escravatura; que é fulgente aureola no magnanimo espirito da Gran-Bretanha. — *Aniceto Rocha*.

As redacções dos jornaes igualmente abriram subscrições nas suas folhas, o que tudo leva a crer que, concorrendo tambem o exercito para obra de tanta justiça e as outras classes sociaes, será digno da nação o monumento, e paga assim por todos uma divida de gratidão.

Depois das manifestações das camaras, das homenagens da imprensa, do respeito das turbas ao ver desfilar o magestoso cortejo que acompanhou o cadaver do marquez de Sá á sua ultima morada, seguir-se-lhe-ha a oração funebre que lhe vae pronunciar um ministro da nossa religião, o sr. conego Alves Matheus, ornamento de tribuna sagrada, e distincto membro do clero portuguez.

*

* *

Terminarei aqui este imperfeito trabalho.

Pennas mais bem aparadas, competencias mais bem provadas dirão do marquez de Sá o que eu só ligeiramente esbocei.

As reformas em que elle escreveu o seu nome, dourado hoje pelo sol da posteridade, merecem bem um panegyrista que firme em letras de oiro os memoraveis feitos que a historia ha de preciosamente arrecadar em seus archivos.

Constrangido a circumscrever em breve quadro a historia dos seus ricos feitos, foi meu intento só dizer a verdade do homem, que deixou brazões esplendidos da grande epocha que viu nascer, resistir e triumphar a liberdade.

Aquelle que pugnou com heroica tenacidade pela liberdade do seu paiz, que fez cessar a epocha da escravidão, chamando todos os habitantes das terras portuguezas de alem-mar aos gosos dos povos civilizados, ao respeito devido á individualidade humana; o homem que fez acabar no exercito o ignominioso castigo das varadas, que degradava a mais nobre carreira social, a classe pundonorosa por excellencia; o homem que, olhando para a historia e conhecendo pelos factos seus contemporaneos quanto a independencia dos pequenos estados precisa de garantias e de precauções para se manter firme e inabalavel, pugnou por isso, sempre com tanta tenacidade, pela construcção das fortificações das duas principaes cidades do reino; esse homem merece ser venerado como lição e como exemplo!

A sua vida symbolizou o sacrificio de todos os interesses ao dever, e as gerações inclinar-se-hão reverentes diante das suas cinzas venerandas!

Muito proximos ainda dos factos e do homem que preparou e ajudou a levar a effeito a regeneração politica d'este paiz, só mais tarde a grande voz da historia, livre da pressão das paixões, dirá bem o que foi o marquez de Sá, e o que patria lhe deveu!

Ver-se-ha então em toda a sua luz o grande vulto d'esse cidadão, e Portugal, apontando então para o monumento que se lhe vae erigir, poderá disputar com desvanecimento primazias ás nações, que nos seus pantheons encerram varões illustres!

O marquez de Sá morreu vendo a liberdade cercada de applausos e de enthusiasmo, vendo a monarchia respeitada no seu paiz, e á frente d'ella um monarcha bondoso, amante do povo e convicto das excellencias do systema liberal!

Só lhe faltou ver a guerra das nações substituida pela arbitragem, vencida a miseria dos povos pelo aniquilamento da ignorancia, ser o continente uma só familia — libertado o commercio das peias que o embaraçam, libertada a industria que as prohibições paralysam, como ainda ha pouco apostolava um grande espirito, Victor Hugo, o grande poeta da França moderna!

Lisboa, 22 de janeiro de 1876.—*André Meyrelles de Tavora do Canto e Castro.*

